

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EDITAL Nº 001/2018 - PCES
NÍVEL SUPERIOR

**PERITO OFICIAL CRIMINAL - ÁREA 8 - CIÊNCIAS
ECONÔMICAS, DIREITO OU PSICOLOGIA**

Nome do Candidato _____

Inscrição _____



Composição do Caderno

Língua Portuguesa	01 a 15
Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações	16 a 20
Noções de Direito Administrativo	21 a 30
Noções de Direito Processual Penal	31 a 40
Noções de Direito Penal	41 a 50
Conhecimentos Específicos	51 a 100



Instruções

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
3. O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
6. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
7. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

MANHÃ

**PROVA
01**

LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

Língua Portuguesa

Utilize o Texto I para responder as questões de 01 a 11

Dicas de Segurança: Em casa

- Em sua residência, ao atender um chamado, certifique-se de quem se trata, antes mesmo de atendê-lo. Em caso de suspeita, chame a Polícia.
- À noite, ao chegar em casa, observe se há pessoas suspeitas próximas à residência. Caso haja suspeita, não estacione; ligue para a polícia e aguarde a sua chegada.
- Não mantenha muito dinheiro em casa e nem armas e joias de muito valor.
- Quando for tirar cópias de suas chaves, escolha chaveiros que trabalhem longe de sua casa. Dê preferência a profissionais estabelecidos e que tenham seus telefones no catálogo telefônico.
- Evite deixar seus filhos em casa de colegas e amigos sem a presença de um adulto responsável.
- Cuidado com pessoas estranhas que podem usar crianças e empregadas para obter informações sobre sua rotina diária.
- Cheque sempre as referências de empregados domésticos (saiba o endereço de sua residência).
- Utilize trancas e fechaduras de qualidade para evitar acesso inoportuno. O uso de fechaduras auxiliares dificulta o trabalho dos ladrões.
- Não deixe luzes acesas durante o dia. Isso significa que não há ninguém em casa.
- Quando possível, deixe alguma pessoa de sua confiança vigiando sua casa. Utilize, se necessário, seu vizinho, solicitando-lhe que recolha suas correspondências e receba seus jornais quando inevitável.
- Ao viajar, suspenda a entrega de jornais e revistas.
- Não coloque cadeados do lado de fora do portão. Isso costuma ser um sinal de que o morador está viajando.
- Cheque a identidade de entregadores, técnicos de telefone ou de aparelhos elétricos.
- Insista com seus filhos: eles devem informar sempre onde estarão, se vão se atrasar ou se

forem para a casa de algum amigo. É muito importante dispor de todos os telefones onde é possível localizá-los.

- Verifique se as portas e janelas estão devidamente trancadas e jamais avise a estranhos que você não vai estar em casa.

Adaptado de <https://sesp.es.gov.br/em-casa>. Acesso em: 30/jan./2019.

1. Assinale a alternativa em que a locução verbal em destaque pode ser substituída pelo verbo principal conjugado no mesmo tempo e modo verbal da locução, sem modificar o sentido da oração.

- (A) “Cuidado com pessoas estranhas que podem usar crianças [...] para obter informações sobre sua rotina diária.”
- (B) “[...] jamais avise a estranhos que você não vai estar em casa.”
- (C) “[...] eles devem informar sempre onde estarão [...]”
- (D) “Antes de sair, você precisa verificar se as portas e janelas estão devidamente trancadas [...]”
- (E) “Isso costuma ser um sinal de que o morador está viajando.”

2. A acentuação é de suma importância ao entendimento do texto. Nesse sentido, assinale a alternativa em que a retirada dos acentos gráficos não configura erro isoladamente, mas pode gerar alterações no sentido ou na classe das palavras, quando em um texto.

- (A) Polícia – cópias.
- (B) Telefônico – está.
- (C) Residência – dê.
- (D) Domésticos – catálogo.
- (E) Responsável – possível.

3. Todas as frases que seguem apresentam oração subordinada temporal, EXCETO

- (A) “Ao viajar, suspenda a entrega de jornais e revistas.”
- (B) “Quando for tirar cópias de suas chaves, escolha chaveiros que trabalhem longe de sua casa.”

- (C) “Em sua residência, ao atender um chamado, certifique-se de quem se trata.”.
- (D) “Caso haja suspeita, não estacione; ligue para a polícia e aguarde a sua chegada.”.
- (E) “À noite, ao chegar em casa, observe se há pessoas suspeitas próximas à residência.”.
- 4. Considerando as regras de regência e de colocação pronominal, assinale a alternativa redigida corretamente.**
- (A) Lembre-se de suspender a entrega de jornais e revistas.
- (B) Lembre da suspensão da entrega de jornais e revistas.
- (C) Não esqueça-se de trancar portas e janelas.
- (D) Não esqueça de trancar portas e janelas.
- (E) É mais preferível pedir que o vizinho recolha as correspondências do que suspender sua entrega.
- 5. No trecho “Seus filhos devem informar sempre [...] se vão se atrasar [...]”, os termos em destaque classificam-se, respectivamente, como**
- (A) conjunção subordinativa causal – partícula de realce.
- (B) pronome apassivador – conjunção subordinativa condicional.
- (C) conjunção subordinativa conformativa – pronome apassivador.
- (D) pronome reflexivo – conjunção integrante.
- (E) conjunção integrante – pronome reflexivo.
- 6. Assinale a alternativa cujo conectivo apresentado relaciona corretamente as seguintes frases, preservando-lhes o sentido: “Não deixe luzes acesas durante o dia. Isso significa que não há ninguém em casa.”**
- (A) Porque.
- (B) Embora.
- (C) Também.
- (D) Contudo.
- (E) Portanto.
- 7. Assinale a alternativa em que a palavra seja formada por prefixação.**
- (A) Entregadores.
- (B) Estranhos.
- (C) Fechaduras.
- (D) Inoportuna.
- (E) Chaveiro.
- 8. No excerto “[...] jamais avise a estranhos que você não estará em casa.”, será obrigatório o uso do sinal indicativo da crase, no caso de o termo em destaque ser substituído por**
- (A) vizinhos da rua.
- (B) vizinhança toda.
- (C) entregadores.
- (D) cobradores.
- (E) quem quer que seja.
- 9. O texto de apoio, por caracterizar-se como uma lista de instruções ao público-alvo, apresenta, predominantemente, o discurso**
- (A) argumentativo.
- (B) narrativo.
- (C) relatado.
- (D) injuntivo.
- (E) preditivo.
- 10. Considere o trecho “Caso haja suspeita, não estacione; ligue para a polícia e aguarde a sua chegada.” e assinale a opção correta quanto ao uso de pontuações alternativas.**
- (A) Caso haja suspeita. Não estacione, ligue para a polícia e aguarde a sua chegada.
- (B) Caso haja suspeita, não estacione; ligue para a polícia, e aguarde a sua chegada.
- (C) Caso haja suspeita, não estacione. Ligue para a polícia e aguarde a sua chegada.
- (D) Caso haja suspeita, não estacione, ligue para a polícia, e aguarde a sua chegada!
- (E) Caso haja suspeita; não estacione. Ligue para a polícia! (e aguarde a sua chegada).
- 11. Assinale a alternativa em que as duas palavras são acentuadas de acordo com a mesma regra.**
- (A) Elétricos – possível.
- (B) Convém – dê.
- (C) Estará – técnicos.
- (D) Residência – cópias.
- (E) Polícia – localizá-los.

Utilize o Texto II para responder as questões de 12 a 15



Disponível em: <www.jobbj.blogspot.com/2016/01/calvin-e-manipulacao-da-midia.html>. Acesso em: 10/fev./2019.

12. Em “Esta tigela de tapioca morna representa meu cérebro.”, ocorre voz ativa. Passando-se a oração para a voz passiva, tem-se

- (A) “Representam meu cérebro em uma tigela de tapioca morna.”.
- (B) “Representa-se esta tigela de tapioca morna pelo meu cérebro.”.
- (C) “Nesta tigela de tapioca morna, meu cérebro é representado.”.
- (D) “No meu cérebro, representam-se tigelas de tapiocas mornas.”.
- (E) “Meu cérebro é representado por esta tigela de tapioca morna.”.

13. Em relação aos sentidos construídos pela tirinha, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O sacrifício feito com o cérebro representa a renúncia à racionalidade e à individualidade.
- (B) No primeiro quadro, os motivos de agradecimento constituem uma gradação.
- (C) Sem os adjetivos, a crítica da tirinha não seria construída.
- (D) Os agradecimentos feitos por Calvin constroem o humor do texto, por meio da ironia a comportamentos alienantes.
- (E) A relação estabelecida entre a tigela de tapioca morna e o cérebro alude à falta de criticidade do ser humano.

14. Quanto às escolhas lexicais no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O pronome demonstrativo “esta” está inadequado por ter função anafórica.
- (B) No segundo quadrinho, “obrigado” deveria estar flexionado no feminino para concordar com “artificialidade das soluções rápidas”.
- (C) O termo “poderoso da mídia de massa” classifica-se como um aposto.
- (D) Por se tratar de um gênero textual informal, a linguagem utilizada por Calvin é inadequada.
- (E) O pronome demonstrativo “esta” é adequado por fazer referência espacial a um objeto próximo do falante.

15. Assinale a alternativa que analisa corretamente o valor semântico das expressões em destaque, nos excertos que seguem.

- (A) “[...] obrigado por elevar a emoção[...]” – consequência.
- (B) “[...] obrigado por [...] reduzir o pensamento[...]” – lugar.
- (C) “Obrigado pela artificialidade das soluções rápidas [...]” – condição.
- (D) “[...] manipulação traíçoeira dos desejos humanos para fins comerciais – finalidade.
- (E) “Mantenha sua luz oscilante para sempre.” – lugar.

Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações

16. A respeito do ato de reintegração, é correto afirmar que

- (A) a reintegração somente será possível por meio de determinação constante em sentença judicial.
- (B) a reintegração é o reingresso do funcionário policial afastado do serviço público, com pleno ressarcimento dos vencimentos, direitos e vantagens ligados ao cargo.
- (C) é dispensada a inspeção médica especializada no funcionário policial reintegrado.
- (D) o funcionário policial que for considerado incapaz ou inválido será readaptado.
- (E) não sendo possível a reintegração do funcionário policial, ele será aposentado, com a remuneração do cargo.

17. São prerrogativas dos funcionários policiais, EXCETO

- (A) portar armas, mediante autorização do órgão competente.
- (B) o desempenho de cargos e funções compatíveis com a sua condição hierárquica.
- (C) o uso de insígnia e identificação funcional, somente quando estiver em serviço.
- (D) assistência jurídica prestada pelo Estado, quando submetido a processo em juízo em razão do exercício do cargo.
- (E) assistência médico-hospitalar às expensas do Estado, quando ferido ou acidentado em serviço.

18. A respeito dos vencimentos, remuneração e descontos dos funcionários policiais, assinale a alternativa correta.

- (A) Remuneração é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo, fixada em lei.
- (B) Vencimento é a retribuição que representa a totalidade do ganho.
- (C) O funcionário policial não perderá o vencimento ou a remuneração quando no exercício de mandato eletivo federal ou estadual.
- (D) Serão descontadas dos vencimentos do funcionário policial as faltas destinadas ao seu casamento, ainda que limitadas a oito dias consecutivos.

- (E) A exoneração e a demissão do funcionário policial em débito para com a Fazenda Pública implicarão na inscrição da quantia devida em dívida ativa.

19. Assinale a alternativa correta a respeito da ajuda de custo e das diárias do funcionário policial.

- (A) É considerada falta grave conceder diárias com o objetivo de remunerar serviços ou encargos outros ou recebê-las com a violação das normas específicas constantes no Estatuto da categoria.
- (B) Será concedida ajuda de custo ao funcionário policial que se deslocar da sede em objeto de serviço, para indenização de despesa de alimentação e pousada.
- (C) Será concedida diária ao funcionário policial, ainda que o deslocamento constitua exigência permanente do cargo.
- (D) Não é autorizada a cumulação da percepção de ajuda de custo e diárias.
- (E) A ajuda de custo, em hipótese alguma, será paga antecipadamente.

20. A respeito das penas disciplinares, assinale a alternativa correta.

- (A) Para aplicação da pena disciplinar, não serão considerados os danos ao serviço público decorrentes da transgressão.
- (B) São penas disciplinares previstas no Estatuto dos Funcionários Policiais do Espírito Santo, dentre outras, a advertência, a suspensão, a demissão e a prisão administrativa por período não superior a 30 dias.
- (C) A comprovação de motivo de força maior para prática da agressão é causa atenuante da pena.
- (D) A aplicação das penas de suspensão até 60 dias, de destituição de função, de alteração compulsória de localização e de advertência será precedida de investigação sumária.
- (E) O fato de o funcionário policial haver cometido a infração sob a influência de violenta emoção provocada por ato injusto de terceiros é causa de justificação da transgressão.

Noções de Direito Administrativo

21. Dentro da organização da Administração Pública, pode-se conceituar o processo de desconcentração como

- (A) a distribuição de competências entre órgãos dentro da mesma pessoa jurídica, a fim de permitir o mais adequado e racional desempenho das atividades estatais.
- (B) o fenômeno inerente à Administração Indireta, que consiste na criação de entidades para atividades de fiscalização e regulação de um determinado setor.
- (C) a prestação de serviço ao Poder Público, por meio de contrato de gestão ou termo de parceria com empresas do setor privado.
- (D) a transferência de poderes e atribuições para um sujeito distinto e autônomo do ente federativo criador.
- (E) o ato de criação de pessoas jurídicas meramente administrativas, sem a característica de ente político.

22. A seguinte definição: “Pessoa jurídica de direito privado administrada exclusivamente pelo poder público, instituída por um ente estatal, com a finalidade prevista em lei e sendo de propriedade única do Estado.” se refere

- (A) a entes do sistema “S”.
- (B) à Fundação Pública.
- (C) à Sociedade de Economia Mista.
- (D) à Empresa Pública.
- (E) à Agência Reguladora.

23. O princípio pelo qual a Administração Pública exerce controle sobre seus próprios atos, tendo a possibilidade de anular os ilegais e de revogar os inoportunos, denomina-se

- (A) Princípio da Legalidade.
- (B) Princípio da Autotutela.
- (C) Princípio da Motivação dos Atos Administrativos.
- (D) Princípio da Continuidade Administrativa.
- (E) Princípio da Moralidade Administrativa.

24. O desdobramento do Poder Hierárquico pelo qual o agente superior detém a prerrogativa para o exercício de competência de atribuições originárias de seus subalternos denomina-se

- (A) Poder Disciplinar.
- (B) Avocação.
- (C) Delegação.

- (D) Subordinação.
- (E) Poder Regulamentar.

25. O poder conferido à Administração para restringir, frenar, condicionar, limitar o exercício de direitos e atividades econômicas dos particulares, a fim de preservar os interesses da coletividade, denomina-se

- (A) Poder Regulamentar.
- (B) Poder Normativo.
- (C) Poder de Polícia.
- (D) Poder Vinculado.
- (E) Poder Discricionário.

26. A Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, do Estado do Espírito Santo, disciplina os casos em que se dará a VACÂNCIA, a qual ocorrerá EXCETO no caso de

- (A) Ascensão.
- (B) Exoneração.
- (C) Destituição de Cargo em Comissão.
- (D) Aposentadoria.
- (E) Demissão.

27. De acordo com a Teoria dos Atos Administrativos, o requisito de validade do ato, discricionário e que consiste na “situação fática ou jurídica cuja ocorrência autoriza ou determina a prática do ato”, denomina-se

- (A) Competência.
- (B) Finalidade.
- (C) Objeto.
- (D) Forma.
- (E) Motivo.

28. Tendo como base a Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, do Estado do Espírito Santo, assinale a alternativa INCORRETA no que se refere aos direitos e vantagens do servidor do Estado do Espírito Santo.

- (A) Os vencimentos dos servidores públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário são idênticos para cargo de atribuições iguais ou semelhantes, observando-se, como parâmetro, aqueles atribuídos aos servidores do Poder Executivo.
- (B) O menor vencimento atribuído aos cargos de carreira não poderá ser inferior a um trinta avos do maior vencimento.
- (C) O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de cinquenta por cento em relação à hora normal de trabalho.

- (D) Por ocasião das férias do servidor público, ser-lhe-á devido um adicional de um terço da remuneração percebida no mês em que se iniciar o período de fruição.
- (E) Constituem indenizações ao servidor público a ajuda de custo, as diárias e o auxílio-transporte.

29. Assinale a alternativa que corresponda a um órgão/entidade que pertença à Administração Pública Direta.

- (A) Agência Reguladora.
- (B) Agência Executiva.
- (C) Departamento de Estradas e Rodagens – DER.
- (D) Secretaria do Tesouro Nacional.
- (E) Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ.

30. Qual dos seguintes órgãos NÃO está vinculado ao Poder Judiciário?

- (A) Superior Tribunal Militar – STM.
- (B) Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
- (C) Tribunal de Contas da União – TCU.
- (D) Tribunal Superior Eleitoral – TSE.
- (E) Tribunal Superior do Trabalho – TST.

Noções de Direito Processual Penal

31. Acerca do inquérito policial brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) A presidência da investigação de natureza criminal é privativa da polícia judiciária.
- (B) É permitido ao Ministério Público conduzir o inquérito policial como autoridade máxima.
- (C) A autoridade policial pode contrariar a moralidade ou a ordem pública na reprodução simulada de fatos concernentes a crimes contra a dignidade sexual.
- (D) A competência de apuração das infrações penais e da sua autoria não excluirá a de outras autoridades administrativas que não a polícia judiciária, a quem, por lei, seja cometida a mesma função.
- (E) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito, caberá recurso para o Tribunal Regional Federal.

32. Sobre os prazos e demais disposições comuns sobre o inquérito policial brasileiro, é correto afirmar que

- (A) o inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão.

- (B) os prazos de término do inquérito policial são disciplinados unicamente pelo Código de Processo Penal.
- (C) os prazos comuns do inquérito policial devem findar rigorosamente em 15 dias úteis.
- (D) o inquérito deverá terminar no prazo de 90 dias, quando o indiciado estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- (E) os prazos do inquérito policial contar-se-ão em dias úteis, contado o prazo do dia inicial e descontado o prazo do dia derradeiro.

33. Nos crimes de ação penal pública,

- (A) o inquérito policial será iniciado a requerimento do ofendido ou de seu procurador, excluídos os seus descendentes.
- (B) o requerimento do ofendido deverá conter imprescindivelmente a narração do fato, com todas as circunstâncias.
- (C) o inquérito policial será iniciado mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.
- (D) o inquérito policial poderá ser iniciado ainda que a ação pública dependa de representação, estando ela inicialmente ausente.
- (E) o inquérito policial não poderá extrapolar o prazo de 30 dias corridos quando se tratar de indiciados soltos, ainda que a autoridade policial requeira dilação.

34. O interesse de agir da ação penal deve ser analisado sob três aspectos distintos: a necessidade de obtenção da tutela jurisdicional pleiteada; a adequação entre o pedido e a proteção jurisdicional que se pretende obter; e a utilidade, que se traduz na eficácia da atividade jurisdicional para satisfazer o interesse do autor. Sobre essa temática, assinale a alternativa correta.

- (A) A obrigatoriedade de oferecer a denúncia significa que, em sede de alegações orais (ou de memoriais), o Ministério Público estará sempre objetivamente obrigado a pedir a condenação do acusado.
- (B) A utilidade consiste no ajustamento da providência judicial requerida à solução do conflito subjacente ao pedido.
- (C) A representação do ofendido, nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, não é uma condição da ação penal.
- (D) Por força do princípio da obrigatoriedade, reservam-se aos órgãos persecutórios criminais todo e qualquer critério político ou de utilidade social para decidir se atuarão ou não.
- (E) A "justa causa" é o suporte probatório mínimo (em regra constituído no inquérito policial) que deve lastrear toda e qualquer acusação penal.

35. O direito de ação penal é o direito público subjetivo de se pedir ao Estado-Juiz a aplicação do direito penal objetivo a um caso concreto. Sobre a ação penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A representação é retratável até o recebimento da denúncia pelo Juízo.
- (B) A ação penal, nas contravenções, só será iniciada com o auto de prisão em flagrante.
- (C) Ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo, caberá intentar a ação pública subsidiária da pública.
- (D) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.
- (E) As fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas não poderão exercer a ação penal.

36. Sobre o direito de queixa e representação condicionantes da ação penal, vigora no Código de Processo Penal qual das seguintes regras?

- (A) O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.
- (B) O órgão do Ministério Público não poderá dispensar o inquérito, ainda que, com a representação, forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal.
- (C) O Ministério Público não poderá desistir da ação penal pública condicionada já recebida pelo Juízo.
- (D) A queixa, quando a ação penal for privativa do ofendido, jamais poderá ser aditada pelo Ministério Público.
- (E) Não existe perempção na ação penal privada.

37. Sobre jurisdição e competência, assinale a alternativa integralmente de acordo com o que prescreve o Código de Processo Penal.

- (A) A distribuição dos autos jamais será determinante para a fixação da competência jurisdicional.
- (B) A competência será, de regra, determinada pela natureza da infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- (C) Compete ao Tribunal do Júri o julgamento de todos os crimes contra a vida previstos no Código Penal, consumados ou tentados.
- (D) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pela prerrogativa de função.
- (E) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.

38. Jurisdição é o poder atribuído, constitucionalmente, ao Estado para aplicar a lei ao caso concreto, compondo litígios e resolvendo conflitos. Sobre a temática da competência jurisdicional, assinale a alternativa correta.

- (A) Continência significa o liame existente entre infrações, cometidas em situações de tempo e lugar que as tornem indissociáveis, bem como a união entre delitos, uns cometidos para, de alguma forma, propiciar,

fundamentar ou assegurar outros, além de poder ser o cometimento de atos criminosos de vários agentes reciprocamente.

- (B) A conexão e a continência não são ordinariamente consideradas causas suficientes para a modificação da competência.
- (C) Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação.
- (D) No concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência deste.
- (E) A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento inclusive no concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores (vara da infância e juventude).

39. A respeito das competências por prevenção e prerrogativa de função, assinale a alternativa correta.

- (A) Caso um juiz decida um *habeas corpus* impetrado contra delegado que estaria constringendo ilegalmente algum suspeito, torna-se ele prevento para decidir o processo futuramente instaurado.
- (B) Verificar-se-á a competência por prevenção toda vez que, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a este relativa, ainda que anterior ao oferecimento da denúncia ou da queixa.
- (C) Competirá, originariamente, aos Tribunais Regionais Federais o julgamento dos advogados públicos dos Estados ou Territórios.
- (D) Ao Supremo Tribunal Federal, competirá, privativamente, processar e julgar os governadores dos Estados.
- (E) A competência pela prerrogativa de função é tão somente dos tribunais superiores (STF, STJ, TST, STM e TSE), relativamente às pessoas que devam responder perante eles por crimes comuns e de responsabilidade.

40. Sobre o rito especial dos processos sobre crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, o que prescreve o direito processual penal brasileiro?

- (A) Nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, competirá o processo e julgamento aos juízes leigos até o recebimento da denúncia.
- (B) Se não for conhecida a residência do acusado, ou este se achar fora da jurisdição do juiz, ser-lhe-á nomeado advogado público filiado à procuradoria respectiva ao ente federativo, a quem caberá apresentar o pedido de suspensão dos autos até a devida citação.
- (C) A resposta não poderá ser instruída com documentos e justificações, mas tão somente com a indicação de eventuais testemunhas abonatórias.
- (D) Na instrução criminal dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos e nos demais termos desse tipo de processo, observar-se-á o disposto nos capítulos do Código de Processo Penal relativos após processos de rito comum.
- (E) O Juízo não poderá rejeitar a denúncia antes que se efetive a fase instrutória do processo penal com o interrogatório do réu.

Noções de Direito Penal

41. Segundo dispõe o artigo 7º, inciso I, do Código Penal, fica sujeito à lei brasileira, embora cometido no estrangeiro, o crime

- (A) de genocídio, ainda que o agente seja estrangeiro e não resida no Brasil.
- (B) contra o patrimônio do Presidente da República.
- (C) contra a liberdade de Ministro das Relações Exteriores.
- (D) contra o patrimônio de fundação instituída pelo Poder Público.
- (E) contra a vida de empregado de Sociedade de Economia Mista.

42. O agente que pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se, age amparado por qual causa excludente de ilicitude?

- (A) Legítima defesa.
- (B) Estado de necessidade.
- (C) Estrito cumprimento de dever legal.
- (D) Exercício regular de direito.
- (E) Consentimento do ofendido.

43. Um servidor público estadual apropriou-se de um computador, do qual tinha a posse em razão de seu cargo, a fim de entregá-lo como presente para sua esposa. Qual foi o delito praticado por esse servidor?

- (A) Furto.
- (B) Concussão.
- (C) Peculato.
- (D) Prevaricação.
- (E) Corrupção passiva.

44. Assinale a alternativa que apresenta crimes que admitem a forma culposa.

- (A) Homicídio, lesão corporal e emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- (B) Concussão, injúria e dano.
- (C) Prevaricação, homicídio e omissão de socorro.
- (D) Homicídio, lesão corporal e peculato.
- (E) Advocacia administrativa, dano e lesão corporal.

45. A conduta de deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos, configura

- (A) crime de abuso de autoridade, previsto na Lei nº 4.898/1965.
- (B) crime contra a administração pública, previsto no Código Penal.
- (C) crime contra a ordem tributária, previsto na Lei nº 8.137/1990.
- (D) crime previsto na Lei nº 11.343/2006 (Lei Antidrogas).
- (E) crime hediondo, previsto na Lei nº 8.072/1990.

46. Nos termos do artigo 107 do Código Penal, extingue-se a punibilidade

- (A) pela anistia, mas não pela graça ou indulto.
- (B) pelo perdão aceito, nos crimes de ação penal pública.
- (C) pela prescrição e decadência, mas não pela perempção.
- (D) pela retroatividade de lei que não mais considera o fato criminoso.
- (E) pela retratação do agente, em qualquer delito contra o patrimônio.

47. De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução, mas não os efeitos penais da sentença condenatória.
- (B) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, exceto se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- (C) Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.
- (D) Considera-se praticado o crime no momento em que o agente atinge o resultado pretendido.
- (E) Em nenhuma situação, a lei brasileira pode ser aplicada aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada.

48. Considerando as disposições do Código Penal em relação ao concurso de pessoas, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- (B) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.
- (C) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

- (D) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, ainda que elementares do crime.
- (E) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

49. De acordo com a Lei nº 8.072/1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências, assinale a alternativa correta.

- (A) É considerado crime hediondo o homicídio, quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, exceto se cometido por um só agente.
- (B) Não é considerado hediondo o crime de epidemia com resultado morte.
- (C) Não é considerado hediondo o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.
- (D) É considerado hediondo o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.
- (E) Não é considerado hediondo o crime de homicídio qualificado.

50. Em relação aos crimes contra a Administração Pública, é correto afirmar que

- (A) não se equipara a funcionário público, para os efeitos penais, quem exerce emprego em entidade paraestatal.
- (B) o funcionário público que deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, para satisfazer sentimento pessoal, pratica o crime de condescendência criminosa.
- (C) no crime de corrupção passiva, a pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.
- (D) pratica o delito de prevaricação o funcionário público que deixar, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.
- (E) não constitui crime contra a Administração Pública abandonar cargo público, fora dos casos permitidos em lei.

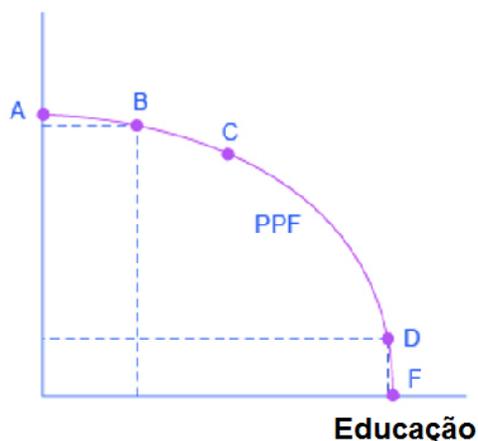
Conhecimentos Específicos

51. Assinale a alternativa que apresenta o conceito de preços macroeconômicos.

- (A) Constituem-se, integralmente, pelas taxas de salários.
- (B) Contemplam os preços de um determinado mercado que opera em concorrência perfeita.
- (C) Afetam, sem exceção, todos os setores e decisões de investimento em uma economia.
- (D) Representam, exclusivamente, a demanda agregada externa.
- (E) São determinados pela taxa de lucro vigente em uma dada economia.

52. O seguinte gráfico ilustra uma fronteira de possibilidades de produção de Assistência médica x Educação.

Assistência médica



Considerando o gráfico, o que ocorreu no ponto "F"?

- (A) A sociedade hipotética alocou todos os seus recursos em assistência médica.
- (B) A sociedade hipotética alocou todos os seus recursos em educação.
- (C) A sociedade hipotética tem recursos suficientes para produzir uma combinação de assistência médica e educação que seja fora da fronteira de possibilidades de produção.
- (D) A sociedade hipotética não alocou seus recursos.
- (E) A sociedade hipotética alocou 50% dos seus recursos em assistência médica e 50% em educação.

- 53. Assinale a alternativa que apresenta o que relaciona a quantidade demandada de um bem com o nível de renda, *coeteris paribus*.**
- (A) Cesta de Consumo.
 (B) Isocusto.
 (C) Bens de Giffen.
 (D) Curva de Engel.
 (E) Curva de Oferta.
- 54. *Coeteris paribus*, quando ocorre uma mudança no preço do papel A4, de forma a alterar o poder de compra do consumidor (Estado), tal mudança de consumo que daí resulta intitula-se**
- (A) efeito de longo-prazo.
 (B) efeito crawling-peg.
 (C) efeito-preço constante.
 (D) efeito Oliveira-Tanzi.
 (E) efeito-renda.
- 55. A respeito da Teoria do Consumidor e a Escolha Ótima, assinale a alternativa correta.**
- (A) No ponto ótimo, a curva de indiferença não pode se cruzar com a reta orçamentária.
 (B) A escolha ótima corresponderá à cesta ofertada pelo consumidor.
 (C) Se ambos os bens são normais, a curva de renda-consumo tem inclinação negativa.
 (D) No ponto ótimo, a curva de indiferença se cruza com a reta orçamentária.
 (E) As preferências não são homotéticas se todas as curvas de indiferença são relacionadas por expansões proporcionais ao longo de raios.
- 56. "É aquele que poderia ser alcançado e sustentado no futuro, usando-se eficiente e plenamente os fatores de produção ao longo do tempo.". O enunciado refere-se à definição de**
- (A) hiato do produto.
 (B) PIB real.
 (C) preço nominal.
 (D) produto potencial.
 (E) PIB *per capita*.
- 57. Considerando as relações de uma economia com o "Resto do Mundo", assinale a alternativa que apresenta a identidade macroeconômica básica.**
- (A) $I = S_p + S_g + S_e$
 (B) $I = S_p + S_g$
 (C) $I = S_p + S_e$
 (D) $I = S_p$
 (E) $I = S_g + S_e$
- 58. Em Política Monetária, *coeteris paribus*, o que ocorre quando o Banco Central aumenta o nível das reservas bancárias?**
- (A) Empréstimos de liquidez.
 (B) Diminuição da oferta de moeda.
 (C) Taxa de redesconto.
 (D) Aumento da taxa de câmbio real.
 (E) Redução dos gastos do governo.
- 59. Qual é a taxa de juros de um capital de R\$ 10.000.000,00 que foi aplicado durante 7 meses e rendeu juros de R\$ 140.000,00?**
- (A) 0,1% a.m.
 (B) 1,4% a.m.
 (C) 0,7% a.m.
 (D) 2% a.m.
 (E) 0,2% a.m.
- 60. "Conjunto de pagamentos (ou recebimentos) de valor nominal igual, que se encontram dispostos em períodos de tempo constantes, ao longo de um fluxo de caixa". O enunciado refere-se ao conceito de**
- (A) depreciação.
 (B) correção monetária.
 (C) série uniforme de capitais.
 (D) investimento de longo prazo.
 (E) crédito direto ao consumidor.
- 61. A respeito do cálculo financeiro em contextos inflacionários, assinale a alternativa que corresponde à indexação de valores.**
- (A) IPCA.
 (B) Correção dos valores nominais de uma data, em moeda representativa de mesmo poder de compra em momento posterior.
 (C) Somatório do valor atual do desconto racional composto de cada parcela da anuidade.
 (D) Devolução do principal em parcelas desiguais.
 (E) Misto entre o Sistema Francês de Amortização e o Sistema de Amortização Constante.
- 62. Dentre os seguintes índices, qual tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias com rendimentos de 1 a 40 salários mínimos?**
- (A) IPCA.
 (B) IGP.
 (C) IPC.

- (D) IPP.
- (E) IPCH.

63. A respeito da alavancagem operacional, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A alavancagem operacional consiste na promoção do crescimento das vendas a fim de aumentar o lucro bruto do negócio, mantendo os custos fixos.
- (B) A medida da alavancagem operacional se dá pela proporção entre os custos fixos e os custos variáveis.
- (C) A alavancagem operacional pode funcionar como instrumento para que as empresas criem novos produtos e aumentem suas vendas.
- (D) Se a organização tiver uma alavancagem operacional e financeira boa, pequenas alterações nas vendas resultarão em grandes flutuações na lucratividade.
- (E) A diferença básica entre alavancagem operacional e financeira é que, enquanto a alavancagem operacional avalia o efeito das despesas com juros, a financeira mede o efeito dos custos fixos.

64. Em relação ao elemento que diferencia o fluxo de caixa e o custo de produção, assinale a alternativa correta.

- (A) O fluxo de caixa evidenciará somente as entradas operacionais, enquanto o custo de produção considera especificamente os juros sobre o capital investido.
- (B) O Sistema de Amortização Constante é o que diferencia o fluxo de caixa e o custo de produção.
- (C) O fluxo de caixa indica a relação das entradas e saídas financeiras. No custo de produção, são apropriados apenas a depreciação e os juros sobre o capital investido.
- (D) O índice que irá corrigir a inflação do período é o que diferencia o fluxo de caixa e o custo de produção.
- (E) O tipo de série uniforme a ser utilizado para o cálculo de ambos agregados é o que diferencia o fluxo de caixa e o custo de produção.

65. A respeito do Valor Presente Líquido (VPL), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O VPL consiste na concentração de todos os valores esperados de um fluxo de caixa na data zero.
- (B) A taxa de juros que é descontada no cálculo do VPL corresponde ao custo de capital, também chamado de custo de oportunidade.
- (C) A taxa de desconto utilizada no cálculo do VPL deve refletir o valor do dinheiro no tempo, o custo de capital e o risco do projeto.
- (D) Se o VPL é menor que 0, recomenda-se o investimento no projeto.
- (E) O VPL é calculado subtraindo o valor presente do fluxo de caixa projetado (VP) do investimento inicial.

66. Constitui(em) objetivo(s) fundamental(is) da República Federativa do Brasil previstos no artigo 3º da Constituição Federal:

- (A) erradicar a pobreza e o desemprego e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (B) garantir o desenvolvimento cultural.
- (C) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- (D) a irretroatividade da lei penal, salvo para beneficiar o réu.
- (E) garantir o direito de propriedade.

67. No Brasil, a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, a segurança pública é exercida por quais órgãos?

- (A) Forças armadas, polícias federais, civis, militares e corpo de bombeiros.
- (B) Polícias federais, civis, militares e corpo de bombeiros.
- (C) Ministério público, polícias federais, civis e militares.
- (D) Ministério público, polícias federais, civis, militares e corpo de bombeiros.
- (E) Forças armadas, polícias federais, civis e militares.

68. Para o Direito Administrativo, o princípio que determina privilégios jurídicos, sobrepondo o interesse público ao particular, privilegiando a administração pública em face dos administrados e garantindo à Administração Pública prerrogativas e obrigações não extensíveis aos administrados, é denominado

- (A) princípio da supremacia do interesse público.
- (B) princípio da indisponibilidade do interesse público.
- (C) princípio da legalidade.
- (D) princípio da impessoalidade.
- (E) princípio da moralidade.

69. Com fundamento na Lei nº 8.666/1993, que regulamenta as licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, sobre licitação, assinale a alternativa correta.

- (A) É indispensável a realização de licitação mesmo quando a União tiver de intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- (B) Em casos excepcionais, previstos em lei, à administração pública, é permitido descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha vinculada.
- (C) A tomada de preços é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes em edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 dias.
- (D) O procedimento licitatório caracteriza ato administrativo formal, independentemente da esfera da Administração Pública que o pratique.
- (E) A concorrência e o leilão não são modalidades licitatórias.

70. Em relação aos Sindicatos, observada a legislação nacional a respeito da matéria, é correto afirmar que

- (A) é possível a criação de mais de um sindicato da mesma categoria em uma mesma base territorial.
- (B) os sindicatos não devem participar das negociações coletivas de trabalho da categoria que representam.
- (C) não há vedação à sindicalização dos militares.
- (D) é vedada, ao servidor público civil, a associação sindical.
- (E) segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, é livre a associação profissional ou sindical, observados os termos constitucionais.

71. Segundo a legislação processual trabalhista, a respeito dos Recursos na Justiça do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Os recursos são interpostos por simples petição.
- (B) A interposição do Recurso permite a execução provisória até a penhora, salvo exceções legais.
- (C) O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial.
- (D) Os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial devem proceder o depósito recursal.
- (E) Os recursos têm efeito meramente devolutivo, salvo exceções previstas em lei.

72. A respeito do Negócio Jurídico, assinale a alternativa correta.

- (A) Para ser válida, a declaração de vontade depende de forma especial, ainda que a lei não a exija.
- (B) A renúncia não deve ser interpretada de forma restrita.
- (C) O silêncio, por si só, não importa anuência, ainda que as circunstâncias ou os usos o autorizem e não seja necessária a declaração de vontade expressa.
- (D) A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico, ainda que seja relativa, ou cesse antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- (E) Para ser válido, o negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, determinado ou determinável e forma prescrita e não defesa em lei.

73. De acordo com o que dispõe a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei do país em que nasceu a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
- (B) Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país do comprador.
- (C) No Direito Brasileiro, não ocorre o fenômeno chamado de reprivatização automática, ou seja, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência, salvo em caso de disposição específica nesse sentido.
- (D) A sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país de nacionalidade do defunto ou do desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens.
- (E) A competência da autoridade judiciária brasileira, para conhecer ações relativas a imóveis situados no Brasil, é relativa ou concorrente.

74. Júlio, no dia 25 de agosto de 2018, após muitas ameaças, invadiu o imóvel onde Roberto residia com sua família, localizado na cidade de São Paulo (SP), e o impediu de entrar no imóvel, trocando todas as fechaduras e mantendo a casa constantemente fechada. Durante a invasão, Júlio causou vários danos ao imóvel de Roberto. Com base no caso apresentado e nas disposições do Código de Processo Civil em vigor, sobre Ações Possessórias, assinale a alternativa correta.

- (A) O ato praticado por Júlio configura turbacão e enseja a propositura de Ação de Manutenção de Posse.
- (B) Caso Roberto ingresse com a Ação Possessória cabível, poderá cumular, ao pedido possessório, a condenação de Júlio à reparação por perdas e danos, pelos danos causados ao imóvel no ato da invasão.
- (C) Caso Roberto ingresse com o tipo de Ação Possessória incorreta para o caso, o Juiz deverá extinguir a Ação para que Roberto ingresse com a Ação adequada.
- (D) A Ação Possessória proposta por Roberto, no dia 05 de fevereiro de 2019, deverá seguir o Procedimento Comum.

- (E) Na petição inicial, Roberto não precisará provar a data do ato de invasão praticado por Júlio, já que esta não tem relevância jurídica para o processo.

75. Segundo o Código de Processo Civil em vigor, assinale a alternativa que NÃO apresenta um requisito da petição inicial.

- (A) Número do Registro Geral (RG) do autor e do réu.
- (B) Estado civil do autor e do réu.
- (C) A opção ou não do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.
- (D) Número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do autor e do réu.
- (E) As provas com que o autor pretende demonstrar o pedido e suas especificações.

76. A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações apresentadas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, e observado o disposto no Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172/1966. A respeito da Competência Tributária, assinale a alternativa correta.

- (A) O não-exercício da competência tributária não a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.
- (B) É vedado aos Estados e aos Municípios, mas não à União, cobrar impostos de templos de qualquer culto.
- (C) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerão à competência legislativa daquela responsável pela arrecadação do tributo.
- (D) À União, é autorizado instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, mesmo que importe distinção ou preferência em favor de determinado Estado ou Município.
- (E) É vedado à União, mas não aos Estados e Municípios, cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda.

77. A respeito da classificação dos Tributos, assinale a alternativa que se refere à Taxa.

- (A) A taxa é o tributo vinculado que incide porque o imóvel foi valorizado em decorrência de obra pública.
- (B) A taxa é a modalidade de tributo contraprestacional, que depende sempre de uma ação estatal.
- (C) A taxa não é tributo, segundo a legislação nacional vigente a respeito da matéria.
- (D) A taxa é o tributo instituído para atender despesas extraordinárias em razão de calamidade pública, guerra externa ou de sua iminência.
- (E) A taxa é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal relativa ao contribuinte.

78. No que se refere à Ação Penal e suas espécies, assinale a alternativa correta.

- (A) A ação penal privada é exercida pelo ofendido, mediante denúncia do Ministério Público.
- (B) A ação penal pública condicionada é exercida pelo ofendido e independe de denúncia do Ministério Público.
- (C) A ação penal privada é exercida pelo ofendido, mediante requisição do Ministro da Justiça.
- (D) A ação penal pública incondicionada será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- (E) A ação penal pública incondicionada será promovida por denúncia do Ministério Público.

79. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto. No que se refere ao exame de corpo de delito, com fundamento no que dispõe o Código de Processo Penal Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) O exame de corpo de delito será feito em qualquer dia, sempre em horário diurno.
- (B) Não é necessário que o exame de corpo de delito seja realizado por perito oficial portador de diploma de curso superior, bastando que se trate de pessoa com ampla *expertise* e experiência na área.

- (C) A realização de exame de corpo de delito terá prioridade de realização quando se tratar de crime que envolva violência doméstica e familiar.
- (D) O juiz ou a autoridade policial negará o exame de corpo de delito requerido pelas partes, quando não for necessário ao esclarecimento da verdade.
- (E) O exame de corpo de delito poderá ser suprido com a confissão do acusado.

80. A Lei nº 8.072/1990 dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. A respeito dos Crimes Hediondos, assinale a alternativa correta.

- (A) A pena imposta pelo cometimento de crime hediondo deverá ser cumprida inicialmente em regime fechado ou semiaberto, mediante decisão fundamentada do Juiz.
- (B) O crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, tentado ou consumado, também é considerado crime hediondo, contudo o de posse ilegal de arma de fogo de uso restrito, não.
- (C) Os crimes hediondos são insuscetíveis de anistia, graça e fiança, porém são suscetíveis de indulto.
- (D) A epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º, do Código Penal) é considerada crime hediondo.
- (E) Em caso de sentença condenatória de crime hediondo, o réu não poderá recorrer em liberdade.

81. Os casos que constituem abuso de autoridade, a forma de exercício do direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal estão regulados pela Lei nº 4.898/1965. Com base no que dispõe a referida lei, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Constitui abuso de autoridade qualquer atentado aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício do voto.
- (B) O abuso de autoridade sujeitará o seu autor à sanção administrativa, além da civil e penal, a qual poderá consistir em advertência, destituição de função, demissão, perda do cargo e a inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública por prazo de três anos.
- (C) Quando o abuso for cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar, de

- qualquer categoria, poderá ser cominada a pena autônoma ou acessória, de não poder o acusado exercer funções de natureza policial ou militar no município da culpa, por prazo de um a cinco anos.
- (D) Considera-se autoridade, para os efeitos dessa lei, quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, ou militar, ainda que transitoriamente e sem remuneração.
- (E) O inquérito administrativo obedecerá às normas estabelecidas nas leis municipais, estaduais ou federais, civis ou militares, que estabeleçam o respectivo processo.

82. A respeito dos Crimes de Tortura, regulados pela Lei nº 9.455/1997, assinale a alternativa correta.

- (A) A pena prevista para o crime de tortura consistente em submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo, é de reclusão de dois a cinco anos.
- (B) A pena prevista para aquele que se omite em face de condutas que caracterizam crimes de tortura, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, é de um a três anos.
- (C) O agente público que pratica uma das condutas que caracterizam crimes de tortura terá a pena aumentada em dois terços.
- (D) O agente público condenado por crime de tortura perderá o cargo, função ou emprego público e sofrerá interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.
- (E) O crime de tortura é insuscetível de fiança ou graça, mas é suscetível de anistia.

83. Com base na Lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, assinale a alternativa correta.

- (A) Subtrair criança ou adolescente do poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto, constitui crime punido com pena de detenção de dois a cinco anos, e multa.
- (B) A autoridade judiciária poderá aplicar medida socioeducativa ainda que o ato praticado pelo adolescente não constitua ato infracional.

- (C) A sentença que deferir a adoção não produz efeito desde logo, devendo a apelação, em qualquer caso, ser recebida nos efeitos devolutivo e suspensivo.
- (D) Alguns dos crimes definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente são de ação penal pública condicionada à representação.
- (E) O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente.

84. O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência. O Juizado Especial Criminal está regulado pela Lei nº 9.099/1995. No que se refere ao Procedimento nos Juizados Especiais Criminais, segundo a referida Lei, é correto afirmar que

- (A) todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.
- (B) a sentença, que deverá conter o relatório, mencionará os elementos de convicção do Juiz.
- (C) em nenhuma hipótese poderá ser oferecida queixa oralmente.
- (D) da decisão de rejeição da denúncia ou queixa não caberá apelação.
- (E) em sede de Juizados Especiais Criminais não cabem Embargos de Declaração, em razão do princípio da celeridade processual que rege o procedimento.

85. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 22 de novembro de 1969, também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, foi incorporada ao Direito Brasileiro por meio do Decreto nº 678/1992. Segundo essa importante legislação internacional, é correto afirmar que

- (A) as penas privativas da liberdade devem ter por finalidade essencial a punição, a reforma e a readaptação social dos condenados.
- (B) toda pessoa tem direito à nacionalidade do Estado em cujo território estiver domiciliada, se não tiver direito à outra.
- (C) toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais.
- (D) todo o acusado tem direito de defender-se, devendo, contudo, ser assistido por um defensor de sua escolha.
- (E) em casos expressamente previstos em lei é autorizada a expulsão coletiva de estrangeiros.

86. O Conselho Federal de Psicologia, em contribuição ao Ministério do Trabalho, emitiu um documento de Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil (CFP, 1992), no qual descrevia a função de várias ocupações dos psicólogos, dentre elas, a de psicólogo jurídico. Segundo o referido documento, o(a) psicólogo(a) jurídico(a) colabora, dentre outros, com

- (A) o âmbito jurídico.
- (B) o cumprimento e o rigor das leis.
- (C) a prevenção da violência.
- (D) o aumento da desigualdade.
- (E) o enriquecimento das famílias.

87. O Estatuto do Idoso, de acordo com o próprio documento, visa à regulamentação dos direitos assegurados das pessoas consideradas idosas. Essa categoria se refere a pessoas com idade igual ou superior a

- (A) 55 anos.
- (B) 60 anos.
- (C) 65 anos.
- (D) 70 anos.
- (E) 58 anos.

88. Preencha as lacunas e assinale a alternativa correta.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é possível afirmar que é considerada criança a pessoa com até ____ anos incompletos de idade, e adolescente quem apresentar de ____ anos a ____ anos de idade.

- (A) 14 / 16 / 19
- (B) 12 / 14 / 18
- (C) 10 / 12 / 19
- (D) 12 / 12 / 18
- (E) 10 / 10 / 18

89. Uma das disposições descritas no Estatuto da Pessoa com Deficiência se refere à avaliação da deficiência, a qual considera quatro itens. Dentre as seguintes alternativas, qual NÃO corresponde a um desses itens?

- (A) A volição que permeia o desenvolvimento de uma deficiência.
- (B) Os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo.
- (C) Os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais.
- (D) A limitação no desempenho de atividades.
- (E) A restrição de participação.

90. Uma das funções do profissional da Psicologia, nos diversos âmbitos em que está inserido, é a da Avaliação Psicológica. De acordo com a Resolução CFP nº 009/2018, que estabelece diretrizes para a realização da Avaliação Psicológica, é correto afirmar que a avaliação psicológica tem como objetivo

- (A) avaliar fenômenos psicológicos.
- (B) prover informações para a tomada de decisões.
- (C) classificar os diversos graus de inteligência.
- (D) produzir um laudo psicológico.
- (E) produzir um relatório psicológico.

91. Na situação de realização de uma perícia, é possível afirmar que há uma determinada estrutura específica para o trabalho pericial concernente às responsabilidades da Psicologia, descrita na Resolução CFP nº 008/2010. Considerando o exposto, quais são as funções possíveis dos profissionais da Psicologia na realização de uma perícia e qual é a relação entre essas funções?

- (A) Psicólogo Juiz e Psicólogo Perito – o Psicólogo Juiz tem autoridade sobre o Psicólogo Perito.
- (B) Psicólogo Perito e Psicólogo Assistente Técnico – não deve haver intervenção de um na dinâmica de trabalho do outro.
- (C) Psicólogo Perito e Psicólogo Assistente Técnico – o Psicólogo Perito tem autoridade sobre o Psicólogo Assistente Técnico.
- (D) Psicólogo Avaliador e Psicólogo Assistente Técnico – não deve haver intervenção de um na dinâmica de trabalho do outro.
- (E) Psicólogo Avaliador e Psicólogo Juiz – o Psicólogo Avaliador realiza uma avaliação psicológica para possibilitar a tomada de decisão do Psicólogo Juiz.

92. Acerca do grupo dos transtornos psicóticos, é possível indicar a esquizofrenia como um de seus principais representantes. Considerando os sintomas típicos da esquizofrenia, assinale a alternativa que apresenta três desses sintomas.

- (A) Instabilidade de humor, alucinações e discurso desorganizado.
- (B) Conversões, delírios e alucinações.
- (C) Compulsões alimentares, obsessões e delírios.
- (D) Discurso desorganizado, obsessões e alucinações.
- (E) Delírios, alucinações e discurso desorganizado.

93. Episódios de raiva, com agressões e falta de controle de impulsos, podem estar associados a alguns transtornos psicopatológicos. Em algumas situações mais específicas, eles podem ser respostas a eventos muito agudos e traumáticos que ocorreram e que geraram reações de medo e impotência. O enunciado refere-se a qual transtorno neurótico?

- (A) Transtorno de estresse pós-traumático.
- (B) Transtorno obsessivo-compulsivo.
- (C) Transtorno dissociativo.
- (D) Transtorno da personalidade.
- (E) Transtornos relacionados a substâncias.

94. Delírios paranoides podem ser sintomas da esquizofrenia paranoide, porém podem ocorrer também com o uso de substância. Dentre as seguintes alternativas, qual apresenta a substância que mais promove delírios paranoides?

- (A) Maconha.
- (B) Haxixe.
- (C) Cocaína.
- (D) LSD.
- (E) Álcool.

95. O impulso de expor os genitais para uma pessoa desavisada pode caracterizar uma parafilia, mais precisamente o exibicionismo. Quais características, dentre as seguintes alternativas, indicam se tratar de uma parafilia e não de um ato experimental?

- (A) Ser recorrente e compulsivo.
- (B) Ser compulsivo e prazeroso.
- (C) Ser exibicionista e masoquista.
- (D) Estar associada à esquizofrenia.
- (E) Ser compulsivo e obsessivo.

96. O conceito de normalidade é de difícil definição e grande controvérsia. Do mesmo modo, é importante, por exemplo, para o estabelecimento de políticas assistenciais. Um modo possível de definição é o estabelecimento de critérios. Qual, dentre os seguintes critérios, NÃO pode ser classificado como um critério de definição de normalidade?

- (A) Normalidade como ausência de doença.
- (B) Normalidade ideal.
- (C) Normalidade como excelência.
- (D) Normalidade estatística.
- (E) Normalidade como bem-estar.

97. Acerca da Psicologia do Desenvolvimento, é possível afirmar que há várias escolas de pensamento. Dentre as seguintes alternativas, qual apresenta a linha que busca entender os processos psíquicos e o desenvolvimento, principalmente a partir da internalização de relações interpessoais?

- (A) Teoria das relações objetais.
- (B) Psicologia do Ego.
- (C) Psicologia do *Self*.
- (D) Teoria Cognitivo-Comportamental.
- (E) Teoria Comportamental Dialética.

98. De acordo com a Lei nº 11.340/2006, que trata da violência contra a mulher, a violência psicológica é uma das formas de agressão possíveis. Considerando o exposto, qual alternativa apresenta uma das formas de violência psicológica descritas nessa Lei?

- (A) Abuso de álcool.
- (B) Controle de crenças.
- (C) Episódios de raiva.
- (D) Falta de controle de impulsos.
- (E) Agressões físicas.

99. Em casos de abuso sexual, uma perícia psicológica pode auxiliar na tomada de providências legais necessárias. No entanto, é possível não haver vestígios ou marcas físicas que sirvam de indicadores da situação ocorrida para a perícia médica. Nesses casos, é correto afirmar, a respeito da perícia psicológica, que

- (A) as marcas físicas servirão como indicadores do abuso sexual.
- (B) se deve buscar a confissão do abusado.
- (C) se deve buscar a confissão do abusador.
- (D) a situação psicológica definirá o abuso sexual.
- (E) não há indicadores específicos que determinem o abuso sexual.

100. No contexto das atividades psicológicas, alguns tipos de documentos psicológicos são produzidos. Um tipo específico de documento é produzido quando se deve relatar informações para amparar a tomada de ações, decisões ou encaminhamentos. Com base no exposto, qual documento é esse?

- (A) Atestado médico.
- (B) Declaração.
- (C) Atestado psicológico.
- (D) Relatório psicológico.
- (E) Laudo psicológico.

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EDITAL Nº 001/2018 - PCES
NÍVEL SUPERIOR

**PERITO OFICIAL CRIMINAL - ÁREA 8 - CIÊNCIAS
ECONÔMICAS, DIREITO OU PSICOLOGIA**

Nome do Candidato _____

Inscrição _____

Composição do Caderno

Língua Portuguesa	01 a 15
Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações	16 a 20
Noções de Direito Administrativo	21 a 30
Noções de Direito Processual Penal	31 a 40
Noções de Direito Penal	41 a 50
Conhecimentos Específicos	51 a 100

MANHÃ

**PROVA
02**

LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!

Instruções

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
3. O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
6. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
7. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

Língua Portuguesa

Utilize o Texto I para responder as questões de 01 a 11

Dicas de Segurança: Em casa

- Em sua residência, ao atender um chamado, certifique-se de quem se trata, antes mesmo de atendê-lo. Em caso de suspeita, chame a Polícia.
- À noite, ao chegar em casa, observe se há pessoas suspeitas próximas à residência. Caso haja suspeita, não estacione; ligue para a polícia e aguarde a sua chegada.
- Não mantenha muito dinheiro em casa e nem armas e joias de muito valor.
- Quando for tirar cópias de suas chaves, escolha chaveiros que trabalhem longe de sua casa. Dê preferência a profissionais estabelecidos e que tenham seus telefones no catálogo telefônico.
- Evite deixar seus filhos em casa de colegas e amigos sem a presença de um adulto responsável.
- Cuidado com pessoas estranhas que podem usar crianças e empregadas para obter informações sobre sua rotina diária.
- Cheque sempre as referências de empregados domésticos (saiba o endereço de sua residência).
- Utilize trancas e fechaduras de qualidade para evitar acesso inoportuno. O uso de fechaduras auxiliares dificulta o trabalho dos ladrões.
- Não deixe luzes acesas durante o dia. Isso significa que não há ninguém em casa.
- Quando possível, deixe alguma pessoa de sua confiança vigiando sua casa. Utilize, se necessário, seu vizinho, solicitando-lhe que recolha suas correspondências e receba seus jornais quando inevitável.
- Ao viajar, suspenda a entrega de jornais e revistas.
- Não coloque cadeados do lado de fora do portão. Isso costuma ser um sinal de que o morador está viajando.
- Cheque a identidade de entregadores, técnicos de telefone ou de aparelhos elétricos.
- Insista com seus filhos: eles devem informar sempre onde estarão, se vão se atrasar ou se

forem para a casa de algum amigo. É muito importante dispor de todos os telefones onde é possível localizá-los.

- Verifique se as portas e janelas estão devidamente trancadas e jamais avise a estranhos que você não vai estar em casa.

Adaptado de <https://sesp.es.gov.br/em-casa>. Acesso em: 30/jan./2019.

1. Considere o trecho “Caso haja suspeita, não estacione; ligue para a polícia e aguarde a sua chegada.” e assinale a opção correta quanto ao uso de pontuações alternativas.

- (A) Caso haja suspeita. Não estacione, ligue para a polícia e aguarde a sua chegada.
- (B) Caso haja suspeita, não estacione; ligue para a polícia, e aguarde a sua chegada.
- (C) Caso haja suspeita, não estacione. Ligue para a polícia e aguarde a sua chegada.
- (D) Caso haja suspeita, não estacione, ligue para a polícia, e aguarde a sua chegada!
- (E) Caso haja suspeita; não estacione. Ligue para a polícia! (e aguarde a sua chegada).

2. Assinale a alternativa em que as duas palavras são acentuadas de acordo com a mesma regra.

- (A) Elétricos – possível.
- (B) Convém – dê.
- (C) Estará – técnicos.
- (D) Residência – cópias.
- (E) Polícia – localizá-los.

3. Assinale a alternativa em que a locução verbal em destaque pode ser substituída pelo verbo principal conjugado no mesmo tempo e modo verbal da locução, sem modificar o sentido da oração.

- (A) “Cuidado com pessoas estranhas que podem usar crianças [...] para obter informações sobre sua rotina diária.”
- (B) “[...] jamais avise a estranhos que você não vai estar em casa.”
- (C) “[...] eles devem informar sempre onde estarão [...]”
- (D) “Antes de sair, você precisa verificar se as portas e janelas estão devidamente trancadas [...]”

(E) “Isso costuma ser um sinal de que o morador está viajando.”.

4. A acentuação é de suma importância ao entendimento do texto. Nesse sentido, assinale a alternativa em que a retirada dos acentos gráficos não configura erro isoladamente, mas pode gerar alterações no sentido ou na classe das palavras, quando em um texto.

- (A) Polícia – cópias.
- (B) Telefônico – está.
- (C) Residência – dê.
- (D) Domésticos – catálogo.
- (E) Responsável – possível.

5. Todas as frases que seguem apresentam oração subordinada temporal, EXCETO

- (A) “Ao viajar, suspenda a entrega de jornais e revistas.”.
- (B) “Quando for tirar cópias de suas chaves, escolha chaveiros que trabalhem longe de sua casa.”.
- (C) “Em sua residência, ao atender um chamado, certifique-se de quem se trata.”.
- (D) “Caso haja suspeita, não estacione; ligue para a polícia e aguarde a sua chegada.”.
- (E) “À noite, ao chegar em casa, observe se há pessoas suspeitas próximas à residência.”.

6. Considerando as regras de regência e de colocação pronominal, assinale a alternativa redigida corretamente.

- (A) Lembre-se de suspender a entrega de jornais e revistas.
- (B) Lembre da suspensão da entrega de jornais e revistas.
- (C) Não esqueça-se de trancar portas e janelas.
- (D) Não esqueça de trancar portas e janelas.
- (E) É mais preferível pedir que o vizinho recolha as correspondências do que suspender sua entrega.

7. No trecho “Seus filhos devem informar sempre [...] se vão se atrasar [...]”, os termos em destaque classificam-se, respectivamente, como

- (A) conjunção subordinativa causal – partícula de realce.
- (B) pronome apassivador – conjunção subordinativa condicional.
- (C) conjunção subordinativa conformativa – pronome apassivador.
- (D) pronome reflexivo – conjunção integrante.
- (E) conjunção integrante – pronome reflexivo.

8. Assinale a alternativa cujo conectivo apresentado relaciona corretamente as seguintes frases, preservando-lhes o sentido: “Não deixe luzes acesas durante o dia. Isso significa que não há ninguém em casa.”

- (A) Porque.
- (B) Embora.
- (C) Também.
- (D) Contudo.
- (E) Portanto.

9. Assinale a alternativa em que a palavra seja formada por prefixação.

- (A) Entregadores.
- (B) Estranhos.
- (C) Fechaduras.
- (D) Inoportuna.
- (E) Chaveiro.

10. No excerto “[...] jamais avise a estranhos que você não estará em casa.”, será obrigatório o uso do sinal indicativo da crase, no caso de o termo em destaque ser substituído por

- (A) vizinhos da rua.
- (B) vizinhança toda.
- (C) entregadores.
- (D) cobradores.
- (E) quem quer que seja.

11. O texto de apoio, por caracterizar-se como uma lista de instruções ao público-alvo, apresenta, predominantemente, o discurso

- (A) argumentativo.
- (B) narrativo.
- (C) relatado.
- (D) injuntivo.
- (E) preditivo.

Utilize o Texto II para responder as questões de 12 a 15



Disponível em: <www.jobbj.blogspot.com/2016/01/calvin-e-manipulacao-da-midia.html>. Acesso em: 10/fev./2019.

12. Assinale a alternativa que analisa corretamente o valor semântico das expressões em destaque, nos excertos que seguem.

- (A) “[...] obrigado por elevar a emoção[...]” – consequência.
- (B) “[...] obrigado por [...] reduzir o pensamento[...]” – lugar.
- (C) “Obrigado pela artificialidade das soluções rápidas [...]” – condição.
- (D) “[...] manipulação traíçoeira dos desejos humanos para fins comerciais – finalidade.
- (E) “Mantenha sua luz oscilante para sempre.” – lugar.

13. Em “Esta tigela de tapioca morna representa meu cérebro.”, ocorre voz ativa. Passando-se a oração para a voz passiva, tem-se

- (A) “Representam meu cérebro em uma tigela de tapioca morna.”.
- (B) “Representa-se esta tigela de tapioca morna pelo meu cérebro.”.
- (C) “Nesta tigela de tapioca morna, meu cérebro é representado.”.
- (D) “No meu cérebro, representam-se tigelas de tapiocas mornas.”.
- (E) “Meu cérebro é representado por esta tigela de tapioca morna.”.

14. Em relação aos sentidos construídos pela tirinha, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O sacrifício feito com o cérebro representa a renúncia à racionalidade e à individualidade.
- (B) No primeiro quadro, os motivos de agradecimento constituem uma gradação.
- (C) Sem os adjetivos, a crítica da tirinha não seria construída.
- (D) Os agradecimentos feitos por Calvin constroem o humor do texto, por meio da ironia a comportamentos alienantes.
- (E) A relação estabelecida entre a tigela de tapioca morna e o cérebro alude à falta de criticidade do ser humano.

15. Quanto às escolhas lexicais no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O pronome demonstrativo “esta” está inadequado por ter função anafórica.
- (B) No segundo quadrinho, “obrigado” deveria estar flexionado no feminino para concordar com “artificialidade das soluções rápidas”.
- (C) O termo “poderoso da mídia de massa” classifica-se como um aposto.
- (D) Por se tratar de um gênero textual informal, a linguagem utilizada por Calvin é inadequada.
- (E) O pronome demonstrativo “esta” é adequado por fazer referência espacial a um objeto próximo do falante.

Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações

16. Assinale a alternativa correta a respeito da ajuda de custo e das diárias do funcionário policial.

- (A) É considerada falta grave conceder diárias com o objetivo de remunerar serviços ou encargos outros ou recebê-las com a violação das normas específicas constantes no Estatuto da categoria.
- (B) Será concedida ajuda de custo ao funcionário policial que se deslocar da sede em objeto de serviço, para indenização de despesa de alimentação e pousada.
- (C) Será concedida diária ao funcionário policial, ainda que o deslocamento constitua exigência permanente do cargo.
- (D) Não é autorizada a cumulação da percepção de ajuda de custo e diárias.
- (E) A ajuda de custo, em hipótese alguma, será paga antecipadamente.

17. A respeito das penas disciplinares, assinale a alternativa correta.

- (A) Para aplicação da pena disciplinar, não serão considerados os danos ao serviço público decorrentes da transgressão.
- (B) São penas disciplinares previstas no Estatuto dos Funcionários Policiais do Espírito Santo, dentre outras, a advertência, a suspensão, a demissão e a prisão administrativa por período não superior a 30 dias.
- (C) A comprovação de motivo de força maior para prática da agressão é causa atenuante da pena.
- (D) A aplicação das penas de suspensão até 60 dias, de destituição de função, de alteração compulsória de localização e de advertência será precedida de investigação sumária.
- (E) O fato de o funcionário policial haver cometido a infração sob a influência de violenta emoção provocada por ato injusto de terceiros é causa de justificação da transgressão.

18. A respeito do ato de reintegração, é correto afirmar que

- (A) a reintegração somente será possível por meio de determinação constante em sentença judicial.
- (B) a reintegração é o reingresso do funcionário policial afastado do serviço público, com

pleno ressarcimento dos vencimentos, direitos e vantagens ligados ao cargo.

- (C) é dispensada a inspeção médica especializada no funcionário policial reintegrado.
- (D) o funcionário policial que for considerado incapaz ou inválido será readaptado.
- (E) não sendo possível a reintegração do funcionário policial, ele será aposentado, com a remuneração do cargo.

19. São prerrogativas dos funcionários policiais, EXCETO

- (A) portar armas, mediante autorização do órgão competente.
- (B) o desempenho de cargos e funções compatíveis com a sua condição hierárquica.
- (C) o uso de insígnia e identificação funcional, somente quando estiver em serviço.
- (D) assistência jurídica prestada pelo Estado, quando submetido a processo em juízo em razão do exercício do cargo.
- (E) assistência médico-hospitalar às expensas do Estado, quando ferido ou acidentado em serviço.

20. A respeito dos vencimentos, remuneração e descontos dos funcionários policiais, assinale a alternativa correta.

- (A) Remuneração é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo, fixada em lei.
- (B) Vencimento é a retribuição que representa a totalidade do ganho.
- (C) O funcionário policial não perderá o vencimento ou a remuneração quando no exercício de mandato eletivo federal ou estadual.
- (D) Serão descontadas dos vencimentos do funcionário policial as faltas destinadas ao seu casamento, ainda que limitadas a oito dias consecutivos.
- (E) A exoneração e a demissão do funcionário policial em débito para com a Fazenda Pública implicarão na inscrição da quantia devida em dívida ativa.

Noções de Direito Administrativo

21. Assinale a alternativa que corresponda a um órgão/entidade que pertença à Administração Pública Direta.

- (A) Agência Reguladora.
- (B) Agência Executiva.
- (C) Departamento de Estradas e Rodagens – DER.
- (D) Secretaria do Tesouro Nacional.
- (E) Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ.

22. Qual dos seguintes órgãos NÃO está vinculado ao Poder Judiciário?

- (A) Superior Tribunal Militar – STM.
- (B) Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
- (C) Tribunal de Contas da União – TCU.
- (D) Tribunal Superior Eleitoral – TSE.
- (E) Tribunal Superior do Trabalho – TST.

23. Dentro da organização da Administração Pública, pode-se conceituar o processo de desconcentração como

- (A) a distribuição de competências entre órgãos dentro da mesma pessoa jurídica, a fim de permitir o mais adequado e racional desempenho das atividades estatais.
- (B) o fenômeno inerente à Administração Indireta, que consiste na criação de entidades para atividades de fiscalização e regulação de um determinado setor.
- (C) a prestação de serviço ao Poder Público, por meio de contrato de gestão ou termo de parceria com empresas do setor privado.
- (D) a transferência de poderes e atribuições para um sujeito distinto e autônomo do ente federativo criador.
- (E) o ato de criação de pessoas jurídicas meramente administrativas, sem a característica de ente político.

24. A seguinte definição: “Pessoa jurídica de direito privado administrada exclusivamente pelo poder público, instituída por um ente estatal, com a finalidade prevista em lei e sendo de propriedade única do Estado.” se refere

- (A) a entes do sistema “S”.
- (B) à Fundação Pública.
- (C) à Sociedade de Economia Mista.
- (D) à Empresa Pública.
- (E) à Agência Reguladora.

25. O princípio pelo qual a Administração Pública exerce controle sobre seus próprios atos, tendo a possibilidade de anular os ilegais e de revogar os inoportunos, denomina-se

- (A) Princípio da Legalidade.
- (B) Princípio da Autotutela.
- (C) Princípio da Motivação dos Atos Administrativos.
- (D) Princípio da Continuidade Administrativa.
- (E) Princípio da Moralidade Administrativa.

26. O desdobramento do Poder Hierárquico pelo qual o agente superior detém a prerrogativa para o exercício de competência de atribuições originárias de seus subalternos denomina-se

- (A) Poder Disciplinar.
- (B) Avocação.
- (C) Delegação.
- (D) Subordinação.
- (E) Poder Regulamentar.

27. O poder conferido à Administração para restringir, frenar, condicionar, limitar o exercício de direitos e atividades econômicas dos particulares, a fim de preservar os interesses da coletividade, denomina-se

- (A) Poder Regulamentar.
- (B) Poder Normativo.
- (C) Poder de Polícia.
- (D) Poder Vinculado.
- (E) Poder Discricionário.

28. A Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, do Estado do Espírito Santo, disciplina os casos em que se dará a VACÂNCIA, a qual ocorrerá EXCETO no caso de

- (A) Ascensão.
- (B) Exoneração.
- (C) Destituição de Cargo em Comissão.
- (D) Aposentadoria.
- (E) Demissão.

29. De acordo com a Teoria dos Atos Administrativos, o requisito de validade do ato, discricionário e que consiste na “situação fática ou jurídica cuja ocorrência autoriza ou determina a prática do ato”, denomina-se

- (A) Competência.
- (B) Finalidade.
- (C) Objeto.
- (D) Forma.
- (E) Motivo.

30. Tendo como base a Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, do Estado do Espírito Santo, assinale a alternativa INCORRETA no que se refere aos direitos e vantagens do servidor do Estado do Espírito Santo.

- (A) Os vencimentos dos servidores públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário são idênticos para cargo de atribuições iguais ou semelhantes, observando-se, como parâmetro, aqueles atribuídos aos servidores do Poder Executivo.
- (B) O menor vencimento atribuído aos cargos de carreira não poderá ser inferior a um trinta avos do maior vencimento.
- (C) O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de cinquenta por cento em relação à hora normal de trabalho.
- (D) Por ocasião das férias do servidor público, ser-lhe-á devido um adicional de um terço da remuneração percebida no mês em que se iniciar o período de fruição.
- (E) Constituem indenizações ao servidor público a ajuda de custo, as diárias e o auxílio-transporte.

Noções de Direito Processual Penal

31. A respeito das competências por prevenção e prerrogativa de função, assinale a alternativa correta.

- (A) Caso um juiz decida um *habeas corpus* impetrado contra delegado que estaria constringendo ilegalmente algum suspeito, torna-se ele prevento para decidir o processo futuramente instaurado.
- (B) Verificar-se-á a competência por prevenção toda vez que, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a este relativa, ainda que anterior ao oferecimento da denúncia ou da queixa.
- (C) Competirá, originariamente, aos Tribunais Regionais Federais o julgamento dos advogados públicos dos Estados ou Territórios.
- (D) Ao Supremo Tribunal Federal, competirá, privativamente, processar e julgar os governadores dos Estados.

(E) A competência pela prerrogativa de função é tão somente dos tribunais superiores (STF, STJ, TST, STM e TSE), relativamente às pessoas que devam responder perante eles por crimes comuns e de responsabilidade.

32. Sobre o rito especial dos processos sobre crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, o que prescreve o direito processual penal brasileiro?

- (A) Nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, competirá o processo e julgamento aos juízes leigos até o recebimento da denúncia.
- (B) Se não for conhecida a residência do acusado, ou este se achar fora da jurisdição do juiz, ser-lhe-á nomeado advogado público filiado à procuradoria respectiva ao ente federativo, a quem caberá apresentar o pedido de suspensão dos autos até a devida citação.
- (C) A resposta não poderá ser instruída com documentos e justificações, mas tão somente com a indicação de eventuais testemunhas abonatórias.
- (D) Na instrução criminal dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos e nos demais termos desse tipo de processo, observar-se-á o disposto nos capítulos do Código de Processo Penal relativos após processos de rito comum.
- (E) O Juízo não poderá rejeitar a denúncia antes que se efetive a fase instrutória do processo penal com o interrogatório do réu.

33. Acerca do inquérito policial brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) A presidência da investigação de natureza criminal é privativa da polícia judiciária.
- (B) É permitido ao Ministério Público conduzir o inquérito policial como autoridade máxima.
- (C) A autoridade policial pode contrariar a moralidade ou a ordem pública na reprodução simulada de fatos concernentes a crimes contra a dignidade sexual.
- (D) A competência de apuração das infrações penais e da sua autoria não excluirá a de outras autoridades administrativas que não a polícia judiciária, a quem, por lei, seja cometida a mesma função.
- (E) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito, caberá recurso para o Tribunal Regional Federal.

34. Sobre os prazos e demais disposições comuns sobre o inquérito policial brasileiro, é correto afirmar que

- (A) o inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão.
- (B) os prazos de término do inquérito policial são disciplinados unicamente pelo Código de Processo Penal.
- (C) os prazos comuns do inquérito policial devem findar rigorosamente em 15 dias úteis.
- (D) o inquérito deverá terminar no prazo de 90 dias, quando o indiciado estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- (E) os prazos do inquérito policial contar-se-ão em dias úteis, contado o prazo do dia inicial e descontado o prazo do dia derradeiro.

35. Nos crimes de ação penal pública,

- (A) o inquérito policial será iniciado a requerimento do ofendido ou de seu procurador, excluídos os seus descendentes.
- (B) o requerimento do ofendido deverá conter imprescindivelmente a narração do fato, com todas as circunstâncias.
- (C) o inquérito policial será iniciado mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.
- (D) o inquérito policial poderá ser iniciado ainda que a ação pública dependa de representação, estando ela inicialmente ausente.
- (E) o inquérito policial não poderá extrapolar o prazo de 30 dias corridos quando se tratar de indiciados soltos, ainda que a autoridade policial requeira dilação.

36. O interesse de agir da ação penal deve ser analisado sob três aspectos distintos: a necessidade de obtenção da tutela jurisdicional pleiteada; a adequação entre o pedido e a proteção jurisdicional que se pretende obter; e a utilidade, que se traduz na eficácia da atividade jurisdicional para satisfazer o interesse do autor. Sobre essa temática, assinale a alternativa correta.

- (A) A obrigatoriedade de oferecer a denúncia significa que, em sede de alegações orais (ou de memoriais), o Ministério Público estará sempre objetivamente obrigado a pedir a condenação do acusado.

- (B) A utilidade consiste no ajustamento da providência judicial requerida à solução do conflito subjacente ao pedido.
- (C) A representação do ofendido, nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, não é uma condição da ação penal.
- (D) Por força do princípio da obrigatoriedade, reservam-se aos órgãos persecutórios criminais todo e qualquer critério político ou de utilidade social para decidir se atuarão ou não.
- (E) A "justa causa" é o suporte probatório mínimo (em regra constituído no inquérito policial) que deve lastrear toda e qualquer acusação penal.

37. O direito de ação penal é o direito público subjetivo de se pedir ao Estado-Juiz a aplicação do direito penal objetivo a um caso concreto. Sobre a ação penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A representação é retratável até o recebimento da denúncia pelo Juízo.
- (B) A ação penal, nas contravenções, só será iniciada com o auto de prisão em flagrante.
- (C) Ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo, caberá intentar a ação pública subsidiária da pública.
- (D) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.
- (E) As fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas não poderão exercer a ação penal.

38. Sobre o direito de queixa e representação condicionantes da ação penal, vigora no Código de Processo Penal qual das seguintes regras?

- (A) O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.
- (B) O órgão do Ministério Público não poderá dispensar o inquérito, ainda que, com a representação, forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal.
- (C) O Ministério Público não poderá desistir da ação penal pública condicionada já recebida pelo Juízo.

- (D) A queixa, quando a ação penal for privativa do ofendido, jamais poderá ser aditada pelo Ministério Público.
- (E) Não existe perempção na ação penal privada.

39. Sobre jurisdição e competência, assinale a alternativa integralmente de acordo com o que prescreve o Código de Processo Penal.

- (A) A distribuição dos autos jamais será determinante para a fixação da competência jurisdicional.
- (B) A competência será, de regra, determinada pela natureza da infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- (C) Compete ao Tribunal do Júri o julgamento de todos os crimes contra a vida previstos no Código Penal, consumados ou tentados.
- (D) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pela prerrogativa de função.
- (E) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.

40. Jurisdição é o poder atribuído, constitucionalmente, ao Estado para aplicar a lei ao caso concreto, compondo litígios e resolvendo conflitos. Sobre a temática da competência jurisdicional, assinale a alternativa correta.

- (A) Continência significa o liame existente entre infrações, cometidas em situações de tempo e lugar que as tornem indissociáveis, bem como a união entre delitos, uns cometidos para, de alguma forma, propiciar, fundamentar ou assegurar outros, além de poder ser o cometimento de atos criminosos de vários agentes reciprocamente.
- (B) A conexão e a continência não são ordinariamente consideradas causas suficientes para a modificação da competência.
- (C) Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação.
- (D) No concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência deste.

- (E) A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento inclusive no concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores (vara da infância e juventude).

Noções de Direito Penal

41. De acordo com a Lei nº 8.072/1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências, assinale a alternativa correta.

- (A) É considerado crime hediondo o homicídio, quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, exceto se cometido por um só agente.
- (B) Não é considerado hediondo o crime de epidemia com resultado morte.
- (C) Não é considerado hediondo o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.
- (D) É considerado hediondo o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.
- (E) Não é considerado hediondo o crime de homicídio qualificado.

42. Em relação aos crimes contra a Administração Pública, é correto afirmar que

- (A) não se equipara a funcionário público, para os efeitos penais, quem exerce emprego em entidade paraestatal.
- (B) o funcionário público que deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, para satisfazer sentimento pessoal, pratica o crime de condescendência criminosa.
- (C) no crime de corrupção passiva, a pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.
- (D) pratica o delito de prevaricação o funcionário público que deixar, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.
- (E) não constitui crime contra a Administração Pública abandonar cargo público, fora dos casos permitidos em lei.

- 43. Segundo dispõe o artigo 7º, inciso I, do Código Penal, fica sujeito à lei brasileira, embora cometido no estrangeiro, o crime**
- (A) de genocídio, ainda que o agente seja estrangeiro e não resida no Brasil.
 - (B) contra o patrimônio do Presidente da República.
 - (C) contra a liberdade de Ministro das Relações Exteriores.
 - (D) contra o patrimônio de fundação instituída pelo Poder Público.
 - (E) contra a vida de empregado de Sociedade de Economia Mista.
- 44. O agente que pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se, age amparado por qual causa excludente de ilicitude?**
- (A) Legítima defesa.
 - (B) Estado de necessidade.
 - (C) Estrito cumprimento de dever legal.
 - (D) Exercício regular de direito.
 - (E) Consentimento do ofendido.
- 45. Um servidor público estadual apropriou-se de um computador, do qual tinha a posse em razão de seu cargo, a fim de entregá-lo como presente para sua esposa. Qual foi o delito praticado por esse servidor?**
- (A) Furto.
 - (B) Concussão.
 - (C) Peculato.
 - (D) Prevaricação.
 - (E) Corrupção passiva.
- 46. Assinale a alternativa que apresenta crimes que admitem a forma culposa.**
- (A) Homicídio, lesão corporal e emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
 - (B) Concussão, injúria e dano.
 - (C) Prevaricação, homicídio e omissão de socorro.
 - (D) Homicídio, lesão corporal e peculato.
 - (E) Advocacia administrativa, dano e lesão corporal.
- 47. A conduta de deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos, configura**

- (A) crime de abuso de autoridade, previsto na Lei nº 4.898/1965.
 - (B) crime contra a administração pública, previsto no Código Penal.
 - (C) crime contra a ordem tributária, previsto na Lei nº 8.137/1990.
 - (D) crime previsto na Lei nº 11.343/2006 (Lei Antidrogas).
 - (E) crime hediondo, previsto na Lei nº 8.072/1990.
- 48. Nos termos do artigo 107 do Código Penal, extingue-se a punibilidade**
- (A) pela anistia, mas não pela graça ou indulto.
 - (B) pelo perdão aceito, nos crimes de ação penal pública.
 - (C) pela prescrição e decadência, mas não pela perempção.
 - (D) pela retroatividade de lei que não mais considera o fato criminoso.
 - (E) pela retratação do agente, em qualquer delito contra o patrimônio.
- 49. De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta.**
- (A) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução, mas não os efeitos penais da sentença condenatória.
 - (B) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, exceto se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
 - (C) Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.
 - (D) Considera-se praticado o crime no momento em que o agente atinge o resultado pretendido.
 - (E) Em nenhuma situação, a lei brasileira pode ser aplicada aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada.
- 50. Considerando as disposições do Código Penal em relação ao concurso de pessoas, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- (B) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.
- (C) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
- (D) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, ainda que elementares do crime.
- (E) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

Conhecimentos Específicos

51. Em relação ao elemento que diferencia o fluxo de caixa e o custo de produção, assinale a alternativa correta.

- (A) O fluxo de caixa evidenciará somente as entradas operacionais, enquanto o custo de produção considera especificamente os juros sobre o capital investido.
- (B) O Sistema de Amortização Constante é o que diferencia o fluxo de caixa e o custo de produção.
- (C) O fluxo de caixa indica a relação das entradas e saídas financeiras. No custo de produção, são apropriados apenas a depreciação e os juros sobre o capital investido.
- (D) O índice que irá corrigir a inflação do período é o que diferencia o fluxo de caixa e o custo de produção.
- (E) O tipo de série uniforme a ser utilizado para o cálculo de ambos agregados é o que diferencia o fluxo de caixa e o custo de produção.

52. A respeito do Valor Presente Líquido (VPL), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O VPL consiste na concentração de todos os valores esperados de um fluxo de caixa na data zero.
- (B) A taxa de juros que é descontada no cálculo do VPL corresponde ao custo de capital, também chamado de custo de oportunidade.
- (C) A taxa de desconto utilizada no cálculo do VPL deve refletir o valor do dinheiro no tempo, o custo de capital e o risco do projeto.

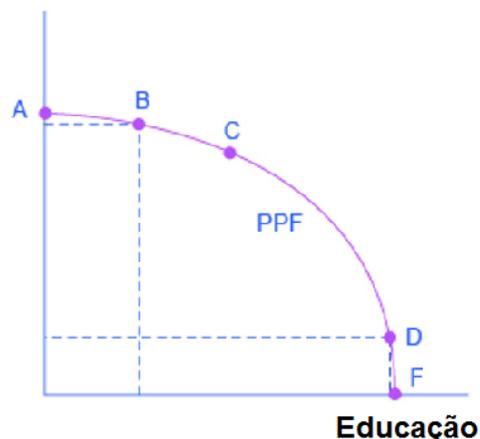
- (D) Se o VPL é menor que 0, recomenda-se o investimento no projeto.
- (E) O VPL é calculado subtraindo o valor presente do fluxo de caixa projetado (VP) do investimento inicial.

53. Assinale a alternativa que apresenta o conceito de preços macroeconômicos.

- (A) Constituem-se, integralmente, pelas taxas de salários.
- (B) Contemplam os preços de um determinado mercado que opera em concorrência perfeita.
- (C) Afetam, sem exceção, todos os setores e decisões de investimento em uma economia.
- (D) Representam, exclusivamente, a demanda agregada externa.
- (E) São determinados pela taxa de lucro vigente em uma dada economia.

54. O seguinte gráfico ilustra uma fronteira de possibilidades de produção de Assistência médica x Educação.

Assistência médica



Considerando o gráfico, o que ocorreu no ponto "F"?

- (A) A sociedade hipotética alocou todos os seus recursos em assistência médica.
- (B) A sociedade hipotética alocou todos os seus recursos em educação.
- (C) A sociedade hipotética tem recursos suficientes para produzir uma combinação de assistência médica e educação que seja fora da fronteira de possibilidades de produção.
- (D) A sociedade hipotética não alocou seus recursos.
- (E) A sociedade hipotética alocou 50% dos seus recursos em assistência médica e 50% em educação.

- 55. Assinale a alternativa que apresenta o que relaciona a quantidade demandada de um bem com o nível de renda, *coeteris paribus*.**
- (A) Cesta de Consumo.
 (B) Isocusto.
 (C) Bens de Giffen.
 (D) Curva de Engel.
 (E) Curva de Oferta.
- 56. *Coeteris paribus*, quando ocorre uma mudança no preço do papel A4, de forma a alterar o poder de compra do consumidor (Estado), tal mudança de consumo que daí resulta intitula-se**
- (A) efeito de longo-prazo.
 (B) efeito crawling-peg.
 (C) efeito-preço constante.
 (D) efeito Oliveira-Tanzi.
 (E) efeito-renda.
- 57. A respeito da Teoria do Consumidor e a Escolha Ótima, assinale a alternativa correta.**
- (A) No ponto ótimo, a curva de indiferença não pode se cruzar com a reta orçamentária.
 (B) A escolha ótima corresponderá à cesta ofertada pelo consumidor.
 (C) Se ambos os bens são normais, a curva de renda-consumo tem inclinação negativa.
 (D) No ponto ótimo, a curva de indiferença se cruza com a reta orçamentária.
 (E) As preferências não são homotéticas se todas as curvas de indiferença são relacionadas por expansões proporcionais ao longo de raios.
- 58. "É aquele que poderia ser alcançado e sustentado no futuro, usando-se eficiente e plenamente os fatores de produção ao longo do tempo.". O enunciado refere-se à definição de**
- (A) hiato do produto.
 (B) PIB real.
 (C) preço nominal.
 (D) produto potencial.
 (E) PIB *per capita*.
- 59. Considerando as relações de uma economia com o "Resto do Mundo", assinale a alternativa que apresenta a identidade macroeconômica básica.**
- (A) $I = S_p + S_g + S_e$
 (B) $I = S_p + S_g$
 (C) $I = S_p + S_e$
 (D) $I = S_p$
 (E) $I = S_g + S_e$
- 60. Em Política Monetária, *coeteris paribus*, o que ocorre quando o Banco Central aumenta o nível das reservas bancárias?**
- (A) Empréstimos de liquidez.
 (B) Diminuição da oferta de moeda.
 (C) Taxa de redesconto.
 (D) Aumento da taxa de câmbio real.
 (E) Redução dos gastos do governo.
- 61. Qual é a taxa de juros de um capital de R\$ 10.000.000,00 que foi aplicado durante 7 meses e rendeu juros de R\$ 140.000,00?**
- (A) 0,1% a.m.
 (B) 1,4% a.m.
 (C) 0,7% a.m.
 (D) 2% a.m.
 (E) 0,2% a.m.
- 62. "Conjunto de pagamentos (ou recebimentos) de valor nominal igual, que se encontram dispostos em períodos de tempo constantes, ao longo de um fluxo de caixa". O enunciado refere-se ao conceito de**
- (A) depreciação.
 (B) correção monetária.
 (C) série uniforme de capitais.
 (D) investimento de longo prazo.
 (E) crédito direto ao consumidor.
- 63. A respeito do cálculo financeiro em contextos inflacionários, assinale a alternativa que corresponde à indexação de valores.**
- (A) IPCA.
 (B) Correção dos valores nominais de uma data, em moeda representativa de mesmo poder de compra em momento posterior.
 (C) Somatório do valor atual do desconto racional composto de cada parcela da anuidade.
 (D) Devolução do principal em parcelas desiguais.
 (E) Misto entre o Sistema Francês de Amortização e o Sistema de Amortização Constante.
- 64. Dentre os seguintes índices, qual tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias com rendimentos de 1 a 40 salários mínimos?**
- (A) IPCA.
 (B) IGP.
 (C) IPC.

- (D) IPP.
- (E) IPCH.

65. A respeito da alavancagem operacional, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A alavancagem operacional consiste na promoção do crescimento das vendas a fim de aumentar o lucro bruto do negócio, mantendo os custos fixos.
- (B) A medida da alavancagem operacional se dá pela proporção entre os custos fixos e os custos variáveis.
- (C) A alavancagem operacional pode funcionar como instrumento para que as empresas criem novos produtos e aumentem suas vendas.
- (D) Se a organização tiver uma alavancagem operacional e financeira boa, pequenas alterações nas vendas resultarão em grandes flutuações na lucratividade.
- (E) A diferença básica entre alavancagem operacional e financeira é que, enquanto a alavancagem operacional avalia o efeito das despesas com juros, a financeira mede o efeito dos custos fixos.

66. O Juizado Especial Criminal, provido por juizes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência. O Juizado Especial Criminal está regulado pela Lei nº 9.099/1995. No que se refere ao Procedimento nos Juizados Especiais Criminais, segundo a referida Lei, é correto afirmar que

- (A) todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.
- (B) a sentença, que deverá conter o relatório, mencionará os elementos de convicção do Juiz.
- (C) em nenhuma hipótese poderá ser oferecida queixa oralmente.
- (D) da decisão de rejeição da denúncia ou queixa não caberá apelação.
- (E) em sede de Juizados Especiais Criminais não cabem Embargos de Declaração, em razão do princípio da celeridade processual que rege o procedimento.

67. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 22 de novembro de 1969, também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, foi incorporada ao Direito Brasileiro por meio do Decreto nº 678/1992. Segundo essa importante legislação internacional, é correto afirmar que

- (A) as penas privativas da liberdade devem ter por finalidade essencial a punição, a reforma e a readaptação social dos condenados.
- (B) toda pessoa tem direito à nacionalidade do Estado em cujo território estiver domiciliada, se não tiver direito à outra.
- (C) toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais.
- (D) todo o acusado tem direito de defender-se, devendo, contudo, ser assistido por um defensor de sua escolha.
- (E) em casos expressamente previstos em lei é autorizada a expulsão coletiva de estrangeiros.

68. Constitui(em) objetivo(s) fundamental(is) da República Federativa do Brasil previstos no artigo 3º da Constituição Federal:

- (A) erradicar a pobreza e o desemprego e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (B) garantir o desenvolvimento cultural.
- (C) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- (D) a irretroatividade da lei penal, salvo para beneficiar o réu.
- (E) garantir o direito de propriedade.

69. No Brasil, a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, a segurança pública é exercida por quais órgãos?

- (A) Forças armadas, polícias federais, civis, militares e corpo de bombeiros.
- (B) Polícias federais, civis, militares e corpo de bombeiros.
- (C) Ministério público, polícias federais, civis e militares.
- (D) Ministério público, polícias federais, civis, militares e corpo de bombeiros.
- (E) Forças armadas, polícias federais, civis e militares.

70. Para o Direito Administrativo, o princípio que determina privilégios jurídicos, sobrepondo o interesse público ao particular, privilegiando a administração pública em face dos administrados e garantindo à Administração Pública prerrogativas e obrigações não extensíveis aos administrados, é denominado

- (A) princípio da supremacia do interesse público.
- (B) princípio da indisponibilidade do interesse público.
- (C) princípio da legalidade.
- (D) princípio da impessoalidade.
- (E) princípio da moralidade.

71. Com fundamento na Lei nº 8.666/1993, que regulamenta as licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, sobre licitação, assinale a alternativa correta.

- (A) É indispensável a realização de licitação mesmo quando a União tiver de intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- (B) Em casos excepcionais, previstos em lei, à administração pública, é permitido descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha vinculada.
- (C) A tomada de preços é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes em edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 dias.
- (D) O procedimento licitatório caracteriza ato administrativo formal, independentemente da esfera da Administração Pública que o pratique.
- (E) A concorrência e o leilão não são modalidades licitatórias.

72. Em relação aos Sindicatos, observada a legislação nacional a respeito da matéria, é correto afirmar que

- (A) é possível a criação de mais de um sindicato da mesma categoria em uma mesma base territorial.
- (B) os sindicatos não devem participar das negociações coletivas de trabalho da categoria que representam.
- (C) não há vedação à sindicalização dos militares.

- (D) é vedada, ao servidor público civil, a associação sindical.
- (E) segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, é livre a associação profissional ou sindical, observados os termos constitucionais.

73. Segundo a legislação processual trabalhista, a respeito dos Recursos na Justiça do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Os recursos são interpostos por simples petição.
- (B) A interposição do Recurso permite a execução provisória até a penhora, salvo exceções legais.
- (C) O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial.
- (D) Os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial devem proceder o depósito recursal.
- (E) Os recursos têm efeito meramente devolutivo, salvo exceções previstas em lei.

74. A respeito do Negócio Jurídico, assinale a alternativa correta.

- (A) Para ser válida, a declaração de vontade depende de forma especial, ainda que a lei não a exija.
- (B) A renúncia não deve ser interpretada de forma restrita.
- (C) O silêncio, por si só, não importa anuência, ainda que as circunstâncias ou os usos o autorizem e não seja necessária a declaração de vontade expressa.
- (D) A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico, ainda que seja relativa, ou cesse antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- (E) Para ser válido, o negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, determinado ou determinável e forma prescrita e não defesa em lei.

75. De acordo com o que dispõe a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei do país em que nasceu a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

- (B) Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país do comprador.
- (C) No Direito Brasileiro, não ocorre o fenômeno chamado de reprivatização automática, ou seja, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência, salvo em caso de disposição específica nesse sentido.
- (D) A sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país de nacionalidade do defunto ou do desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens.
- (E) A competência da autoridade judiciária brasileira, para conhecer ações relativas a imóveis situados no Brasil, é relativa ou concorrente.

76. Júlio, no dia 25 de agosto de 2018, após muitas ameaças, invadiu o imóvel onde Roberto residia com sua família, localizado na cidade de São Paulo (SP), e o impediu de entrar no imóvel, trocando todas as fechaduras e mantendo a casa constantemente fechada. Durante a invasão, Júlio causou vários danos ao imóvel de Roberto. Com base no caso apresentado e nas disposições do Código de Processo Civil em vigor, sobre Ações Possessórias, assinale a alternativa correta.

- (A) O ato praticado por Júlio configura turbação e enseja a propositura de Ação de Manutenção de Posse.
- (B) Caso Roberto ingresse com a Ação Possessória cabível, poderá cumular, ao pedido possessório, a condenação de Júlio à reparação por perdas e danos, pelos danos causados ao imóvel no ato da invasão.
- (C) Caso Roberto ingresse com o tipo de Ação Possessória incorreta para o caso, o Juiz deverá extinguir a Ação para que Roberto ingresse com a Ação adequada.
- (D) A Ação Possessória proposta por Roberto, no dia 05 de fevereiro de 2019, deverá seguir o Procedimento Comum.
- (E) Na petição inicial, Roberto não precisará provar a data do ato de invasão praticado por Júlio, já que esta não tem relevância jurídica para o processo.

77. Segundo o Código de Processo Civil em vigor, assinale a alternativa que NÃO apresenta um requisito da petição inicial.

- (A) Número do Registro Geral (RG) do autor e do réu.
- (B) Estado civil do autor e do réu.
- (C) A opção ou não do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.
- (D) Número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do autor e do réu.
- (E) As provas com que o autor pretende demonstrar o pedido e suas especificações.

78. A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações apresentadas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, e observado o disposto no Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172/1966. A respeito da Competência Tributária, assinale a alternativa correta.

- (A) O não-exercício da competência tributária não a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.
- (B) É vedado aos Estados e aos Municípios, mas não à União, cobrar impostos de templos de qualquer culto.
- (C) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerão à competência legislativa daquela responsável pela arrecadação do tributo.
- (D) À União, é autorizado instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, mesmo que importe distinção ou preferência em favor de determinado Estado ou Município.
- (E) É vedado à União, mas não aos Estados e Municípios, cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda.

79. A respeito da classificação dos Tributos, assinale a alternativa que se refere à Taxa.

- (A) A taxa é o tributo vinculado que incide porque o imóvel foi valorizado em decorrência de obra pública.
- (B) A taxa é a modalidade de tributo contraprestacional, que depende sempre de uma ação estatal.
- (C) A taxa não é tributo, segundo a legislação nacional vigente a respeito da matéria.
- (D) A taxa é o tributo instituído para atender despesas extraordinárias em razão de calamidade pública, guerra externa ou de sua iminência.
- (E) A taxa é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal relativa ao contribuinte.

80. No que se refere à Ação Penal e suas espécies, assinale a alternativa correta.

- (A) A ação penal privada é exercida pelo ofendido, mediante denúncia do Ministério Público.
- (B) A ação penal pública condicionada é exercida pelo ofendido e independe de denúncia do Ministério Público.
- (C) A ação penal privada é exercida pelo ofendido, mediante requisição do Ministro da Justiça.
- (D) A ação penal pública incondicionada será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- (E) A ação penal pública incondicionada será promovida por denúncia do Ministério Público.

81. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto. No que se refere ao exame de corpo de delito, com fundamento no que dispõe o Código de Processo Penal Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) O exame de corpo de delito será feito em qualquer dia, sempre em horário diurno.
- (B) Não é necessário que o exame de corpo de delito seja realizado por perito oficial portador de diploma de curso superior, bastando que se trate de pessoa com ampla *expertise* e experiência na área.
- (C) A realização de exame de corpo de delito terá prioridade de realização quando se

tratar de crime que envolva violência doméstica e familiar.

- (D) O juiz ou a autoridade policial negará o exame de corpo de delito requerido pelas partes, quando não for necessário ao esclarecimento da verdade.
- (E) O exame de corpo de delito poderá ser suprido com a confissão do acusado.

82. A Lei nº 8.072/1990 dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. A respeito dos Crimes Hediondos, assinale a alternativa correta.

- (A) A pena imposta pelo cometimento de crime hediondo deverá ser cumprida inicialmente em regime fechado ou semiaberto, mediante decisão fundamentada do Juiz.
- (B) O crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, tentado ou consumado, também é considerado crime hediondo, contudo o de posse ilegal de arma de fogo de uso restrito, não.
- (C) Os crimes hediondos são insuscetíveis de anistia, graça e fiança, porém são suscetíveis de indulto.
- (D) A epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º, do Código Penal) é considerada crime hediondo.
- (E) Em caso de sentença condenatória de crime hediondo, o réu não poderá recorrer em liberdade.

83. Os casos que constituem abuso de autoridade, a forma de exercício do direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal estão regulados pela Lei nº4.898/1965. Com base no que dispõe a referida lei, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Constitui abuso de autoridade qualquer atentado aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício do voto.
- (B) O abuso de autoridade sujeitará o seu autor à sanção administrativa, além da civil e penal, a qual poderá consistir em advertência, destituição de função, demissão, perda do cargo e a inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública por prazo de três anos.
- (C) Quando o abuso for cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar, de qualquer categoria, poderá ser cominada a pena autônoma ou acessória, de não poder

- o acusado exercer funções de natureza policial ou militar no município da culpa, por prazo de um a cinco anos.
- (D) Considera-se autoridade, para os efeitos dessa lei, quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, ou militar, ainda que transitoriamente e sem remuneração.
- (E) O inquérito administrativo obedecerá às normas estabelecidas nas leis municipais, estaduais ou federais, civis ou militares, que estabeleçam o respectivo processo.
- 84. A respeito dos Crimes de Tortura, regulados pela Lei nº 9.455/1997, assinale a alternativa correta.**
- (A) A pena prevista para o crime de tortura consistente em submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo, é de reclusão de dois a cinco anos.
- (B) A pena prevista para aquele que se omite em face de condutas que caracterizam crimes de tortura, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, é de um a três anos.
- (C) O agente público que pratica uma das condutas que caracterizam crimes de tortura terá a pena aumentada em dois terços.
- (D) O agente público condenado por crime de tortura perderá o cargo, função ou emprego público e sofrerá interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.
- (E) O crime de tortura é insuscetível de fiança ou graça, mas é suscetível de anistia.
- 85. Com base na Lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, assinale a alternativa correta.**
- (A) Subtrair criança ou adolescente do poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto, constitui crime punido com pena de detenção de dois a cinco anos, e multa.
- (B) A autoridade judiciária poderá aplicar medida socioeducativa ainda que o ato praticado pelo adolescente não constitua ato infracional.
- (C) A sentença que deferir a adoção não produz efeito desde logo, devendo a apelação, em qualquer caso, ser recebida nos efeitos devolutivo e suspensivo.
- (D) Alguns dos crimes definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente são de ação penal pública condicionada à representação.
- (E) O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente.
- 86. Em casos de abuso sexual, uma perícia psicológica pode auxiliar na tomada de providências legais necessárias. No entanto, é possível não haver vestígios ou marcas físicas que sirvam de indicadores da situação ocorrida para a perícia médica. Nesses casos, é correto afirmar, a respeito da perícia psicológica, que**
- (A) as marcas físicas servirão como indicadores do abuso sexual.
- (B) se deve buscar a confissão do abusado.
- (C) se deve buscar a confissão do abusador.
- (D) a situação psicológica definirá o abuso sexual.
- (E) não há indicadores específicos que determinem o abuso sexual.
- 87. No contexto das atividades psicológicas, alguns tipos de documentos psicológicos são produzidos. Um tipo específico de documento é produzido quando se deve relatar informações para amparar a tomada de ações, decisões ou encaminhamentos. Com base no exposto, qual documento é esse?**
- (A) Atestado médico.
- (B) Declaração.
- (C) Atestado psicológico.
- (D) Relatório psicológico.
- (E) Laudo psicológico.
- 88. O Conselho Federal de Psicologia, em contribuição ao Ministério do Trabalho, emitiu um documento de Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil (CFP, 1992), no qual descrevia a função de várias ocupações dos psicólogos, dentre elas, a de psicólogo jurídico. Segundo o referido documento, o(a) psicólogo(a) jurídico(a) colabora, dentre outros, com**
- (A) o âmbito jurídico.
- (B) o cumprimento e o rigor das leis.
- (C) a prevenção da violência.
- (D) o aumento da desigualdade.
- (E) o enriquecimento das famílias.

89. O Estatuto do Idoso, de acordo com o próprio documento, visa à regulamentação dos direitos assegurados das pessoas consideradas idosas. Essa categoria se refere a pessoas com idade igual ou superior a

- (A) 55 anos.
- (B) 60 anos.
- (C) 65 anos.
- (D) 70 anos.
- (E) 58 anos.

90. Preencha as lacunas e assinale a alternativa correta.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é possível afirmar que é considerada criança a pessoa com até ____ anos incompletos de idade, e adolescente quem apresentar de ____ anos a ____ anos de idade.

- (A) 14 / 16 / 19
- (B) 12 / 14 / 18
- (C) 10 / 12 / 19
- (D) 12 / 12 / 18
- (E) 10 / 10 / 18

91. Uma das disposições descritas no Estatuto da Pessoa com Deficiência se refere à avaliação da deficiência, a qual considera quatro itens. Dentre as seguintes alternativas, qual NÃO corresponde a um desses itens?

- (A) A volição que permeia o desenvolvimento de uma deficiência.
- (B) Os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo.
- (C) Os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais.
- (D) A limitação no desempenho de atividades.
- (E) A restrição de participação.

92. Uma das funções do profissional da Psicologia, nos diversos âmbitos em que está inserido, é a da Avaliação Psicológica. De acordo com a Resolução CFP nº 009/2018, que estabelece diretrizes para a realização da Avaliação Psicológica, é correto afirmar que a avaliação psicológica tem como objetivo

- (A) avaliar fenômenos psicológicos.
- (B) prover informações para a tomada de decisões.
- (C) classificar os diversos graus de inteligência.
- (D) produzir um laudo psicológico.
- (E) produzir um relatório psicológico.

93. Na situação de realização de uma perícia, é possível afirmar que há uma determinada estrutura específica para o trabalho pericial concernente às responsabilidades da Psicologia, descrita na Resolução CFP nº 008/2010. Considerando o exposto, quais são as funções possíveis dos profissionais da Psicologia na realização de uma perícia e qual é a relação entre essas funções?

- (A) Psicólogo Juiz e Psicólogo Perito – o Psicólogo Juiz tem autoridade sobre o Psicólogo Perito.
- (B) Psicólogo Perito e Psicólogo Assistente Técnico – não deve haver intervenção de um na dinâmica de trabalho do outro.
- (C) Psicólogo Perito e Psicólogo Assistente Técnico – o Psicólogo Perito tem autoridade sobre o Psicólogo Assistente Técnico.
- (D) Psicólogo Avaliador e Psicólogo Assistente Técnico – não deve haver intervenção de um na dinâmica de trabalho do outro.
- (E) Psicólogo Avaliador e Psicólogo Juiz – o Psicólogo Avaliador realiza uma avaliação psicológica para possibilitar a tomada de decisão do Psicólogo Juiz.

94. Acerca do grupo dos transtornos psicóticos, é possível indicar a esquizofrenia como um de seus principais representantes. Considerando os sintomas típicos da esquizofrenia, assinale a alternativa que apresenta três desses sintomas.

- (A) Instabilidade de humor, alucinações e discurso desorganizado.
- (B) Conversões, delírios e alucinações.
- (C) Compulsões alimentares, obsessões e delírios.
- (D) Discurso desorganizado, obsessões e alucinações.
- (E) Delírios, alucinações e discurso desorganizado.

95. Episódios de raiva, com agressões e falta de controle de impulsos, podem estar associados a alguns transtornos psicopatológicos. Em algumas situações mais específicas, eles podem ser respostas a eventos muito agudos e traumáticos que ocorreram e que geraram reações de medo e impotência. O enunciado refere-se a qual transtorno neurótico?

- (A) Transtorno de estresse pós-traumático.
- (B) Transtorno obsessivo-compulsivo.

- (C) Transtorno dissociativo.
(D) Transtorno da personalidade.
(E) Transtornos relacionados a substâncias.
- 96. Delírios paranoides podem ser sintomas da esquizofrenia paranoide, porém podem ocorrer também com o uso de substância. Dentre as seguintes alternativas, qual apresenta a substância que mais promove delírios paranoides?**
- (A) Maconha.
(B) Haxixe.
(C) Cocaína.
(D) LSD.
(E) Álcool.
- 97. O impulso de expor os genitais para uma pessoa desavisada pode caracterizar uma parafilia, mais precisamente o exibicionismo. Quais características, dentre as seguintes alternativas, indicam se tratar de uma parafilia e não de um ato experimental?**
- (A) Ser recorrente e compulsivo.
(B) Ser compulsivo e prazeroso.
(C) Ser exibicionista e masoquista.
(D) Estar associada à esquizofrenia.
(E) Ser compulsivo e obsessivo.
- 98. O conceito de normalidade é de difícil definição e grande controvérsia. Do mesmo modo, é importante, por exemplo, para o estabelecimento de políticas assistenciais. Um modo possível de definição é o estabelecimento de critérios. Qual, dentre os seguintes critérios, NÃO pode ser classificado como um critério de definição de normalidade?**
- (A) Normalidade como ausência de doença.
(B) Normalidade ideal.
(C) Normalidade como excelência.
(D) Normalidade estatística.
(E) Normalidade como bem-estar.
- 99. Acerca da Psicologia do Desenvolvimento, é possível afirmar que há várias escolas de pensamento. Dentre as seguintes alternativas, qual apresenta a linha que busca entender os processos psíquicos e o desenvolvimento, principalmente a partir da internalização de relações interpessoais?**
- (A) Teoria das relações objetais.
(B) Psicologia do Ego.
(C) Psicologia do *Self*.
(D) Teoria Cognitivo-Comportamental.
(E) Teoria Comportamental Dialética.

100. De acordo com a Lei nº 11.340/2006, que trata da violência contra a mulher, a violência psicológica é uma das formas de agressão possíveis. Considerando o exposto, qual alternativa apresenta uma das formas de violência psicológica descritas nessa Lei?

- (A) Abuso de álcool.
(B) Controle de crenças.
(C) Episódios de raiva.
(D) Falta de controle de impulsos.
(E) Agressões físicas.

.....
ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.
.....

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EDITAL Nº 001/2018 - PCES
NÍVEL SUPERIOR

**PERITO OFICIAL CRIMINAL - ÁREA 8 - CIÊNCIAS
ECONÔMICAS, DIREITO OU PSICOLOGIA**

Nome do Candidato _____

Inscrição _____

Composição do Caderno

Língua Portuguesa	01 a 15
Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações	16 a 20
Noções de Direito Administrativo	21 a 30
Noções de Direito Processual Penal	31 a 40
Noções de Direito Penal	41 a 50
Conhecimentos Específicos	51 a 100

MANHÃ

**PROVA
03**

LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!

Instruções

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
3. O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
6. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
7. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

Língua Portuguesa

Utilize o Texto I para responder as questões de 01 a 11

Dicas de Segurança: Em casa

- Em sua residência, ao atender um chamado, certifique-se de quem se trata, antes mesmo de atendê-lo. Em caso de suspeita, chame a Polícia.
- À noite, ao chegar em casa, observe se há pessoas suspeitas próximas à residência. Caso haja suspeita, não estacione; ligue para a polícia e aguarde a sua chegada.
- Não mantenha muito dinheiro em casa e nem armas e joias de muito valor.
- Quando for tirar cópias de suas chaves, escolha chaveiros que trabalhem longe de sua casa. Dê preferência a profissionais estabelecidos e que tenham seus telefones no catálogo telefônico.
- Evite deixar seus filhos em casa de colegas e amigos sem a presença de um adulto responsável.
- Cuidado com pessoas estranhas que podem usar crianças e empregadas para obter informações sobre sua rotina diária.
- Cheque sempre as referências de empregados domésticos (saiba o endereço de sua residência).
- Utilize trancas e fechaduras de qualidade para evitar acesso inoportuno. O uso de fechaduras auxiliares dificulta o trabalho dos ladrões.
- Não deixe luzes acesas durante o dia. Isso significa que não há ninguém em casa.
- Quando possível, deixe alguma pessoa de sua confiança vigiando sua casa. Utilize, se necessário, seu vizinho, solicitando-lhe que recolha suas correspondências e receba seus jornais quando inevitável.
- Ao viajar, suspenda a entrega de jornais e revistas.
- Não coloque cadeados do lado de fora do portão. Isso costuma ser um sinal de que o morador está viajando.
- Cheque a identidade de entregadores, técnicos de telefone ou de aparelhos elétricos.
- Insista com seus filhos: eles devem informar sempre onde estarão, se vão se atrasar ou se

forem para a casa de algum amigo. É muito importante dispor de todos os telefones onde é possível localizá-los.

- Verifique se as portas e janelas estão devidamente trancadas e jamais avise a estranhos que você não vai estar em casa.

Adaptado de <https://sesp.es.gov.br/em-casa>. Acesso em: 30/jan./2019.

1. No excerto “[...] jamais avise a estranhos que você não estará em casa.”, será obrigatório o uso do sinal indicativo da crase, no caso de o termo em destaque ser substituído por

- (A) vizinhos da rua.
- (B) vizinhança toda.
- (C) entregadores.
- (D) cobradores.
- (E) quem quer que seja.

2. O texto de apoio, por caracterizar-se como uma lista de instruções ao público-alvo, apresenta, predominantemente, o discurso

- (A) argumentativo.
- (B) narrativo.
- (C) relatado.
- (D) injuntivo.
- (E) preditivo.

3. Considere o trecho “Caso haja suspeita, não estacione; ligue para a polícia e aguarde a sua chegada.” e assinale a opção correta quanto ao uso de pontuações alternativas.

- (A) Caso haja suspeita. Não estacione, ligue para a polícia e aguarde a sua chegada.
- (B) Caso haja suspeita, não estacione; ligue para a polícia, e aguarde a sua chegada.
- (C) Caso haja suspeita, não estacione. Ligue para a polícia e aguarde a sua chegada.
- (D) Caso haja suspeita, não estacione, ligue para a polícia, e aguarde a sua chegada!
- (E) Caso haja suspeita; não estacione. Ligue para a polícia! (e aguarde a sua chegada).

- 4. Assinale a alternativa em que as duas palavras são acentuadas de acordo com a mesma regra.**
- (A) Elétricos – possível.
(B) Convém – dê.
(C) Estará – técnicos.
(D) Residência – cópias.
(E) Polícia – localizá-los.
- 5. Assinale a alternativa em que a locução verbal em destaque pode ser substituída pelo verbo principal conjugado no mesmo tempo e modo verbal da locução, sem modificar o sentido da oração.**
- (A) “Cuidado com pessoas estranhas que podem usar crianças [...] para obter informações sobre sua rotina diária.”
(B) “[...] jamais avise a estranhos que você não vai estar em casa.”
(C) “[...] eles devem informar sempre onde estarão [...]”
(D) “Antes de sair, você precisa verificar se as portas e janelas estão devidamente trancadas [...]”
(E) “Isso costuma ser um sinal de que o morador está viajando.”
- 6. A acentuação é de suma importância ao entendimento do texto. Nesse sentido, assinale a alternativa em que a retirada dos acentos gráficos não configura erro isoladamente, mas pode gerar alterações no sentido ou na classe das palavras, quando em um texto.**
- (A) Polícia – cópias.
(B) Telefônico – está.
(C) Residência – dê.
(D) Domésticos – catálogo.
(E) Responsável – possível.
- 7. Todas as frases que seguem apresentam oração subordinada temporal, EXCETO**
- (A) “Ao viajar, suspenda a entrega de jornais e revistas.”
(B) “Quando for tirar cópias de suas chaves, escolha chaveiros que trabalhem longe de sua casa.”
(C) “Em sua residência, ao atender um chamado, certifique-se de quem se trata.”
(D) “Caso haja suspeita, não estacione; ligue para a polícia e aguarde a sua chegada.”
(E) “À noite, ao chegar em casa, observe se há pessoas suspeitas próximas à residência.”
- 8. Considerando as regras de regência e de colocação pronominal, assinale a alternativa redigida corretamente.**
- (A) Lembre-se de suspender a entrega de jornais e revistas.
(B) Lembre da suspensão da entrega de jornais e revistas.
(C) Não esqueça-se de trancar portas e janelas.
(D) Não esqueça de trancar portas e janelas.
(E) É mais preferível pedir que o vizinho recolha as correspondências do que suspender sua entrega.
- 9. No trecho “Seus filhos devem informar sempre [...] se vão se atrasar [...]”, os termos em destaque classificam-se, respectivamente, como**
- (A) conjunção subordinativa causal – partícula de realce.
(B) pronome apassivador – conjunção subordinativa condicional.
(C) conjunção subordinativa conformativa – pronome apassivador.
(D) pronome reflexivo – conjunção integrante.
(E) conjunção integrante – pronome reflexivo.
- 10. Assinale a alternativa cujo conectivo apresentado relaciona corretamente as seguintes frases, preservando-lhes o sentido: “Não deixe luzes acesas durante o dia. Isso significa que não há ninguém em casa.”**
- (A) Porque.
(B) Embora.
(C) Também.
(D) Contudo.
(E) Portanto.
- 11. Assinale a alternativa em que a palavra seja formada por prefixação.**
- (A) Entregadores.
(B) Estranhos.
(C) Fechaduras.
(D) Inoportuna.
(E) Chaveiro.

Utilize o Texto II para responder as questões de 12 a 15



Disponível em: <www.jobbj.blogspot.com/2016/01/calvin-e-manipulacao-da-midia.html>. Acesso em: 10/fev./2019.

12. Quanto às escolhas lexicais no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O pronome demonstrativo “esta” está inadequado por ter função anafórica.
- (B) No segundo quadrinho, “obrigado” deveria estar flexionado no feminino para concordar com “artificialidade das soluções rápidas”.
- (C) O termo “poderoso da mídia de massa” classifica-se como um aposto.
- (D) Por se tratar de um gênero textual informal, a linguagem utilizada por Calvin é inadequada.
- (E) O pronome demonstrativo “esta” é adequado por fazer referência espacial a um objeto próximo do falante.

13. Assinale a alternativa que analisa corretamente o valor semântico das expressões em destaque, nos excertos que seguem.

- (A) “[...] obrigado por elevar a emoção[...]” – consequência.
- (B) “[...] obrigado por [...] reduzir o pensamento[...]” – lugar.
- (C) “Obrigado pela artificialidade das soluções rápidas [...]” – condição.
- (D) “[...] manipulação traiçoeira dos desejos humanos para fins comerciais” – finalidade.
- (E) “Mantenha sua luz oscilante para sempre.” – lugar.

14. Em “Esta tigela de tapioca morna representa meu cérebro.”, ocorre voz ativa. Passando-se a oração para a voz passiva, tem-se

- (A) “Representam meu cérebro em uma tigela de tapioca morna.”.
- (B) “Representa-se esta tigela de tapioca morna pelo meu cérebro.”.
- (C) “Nesta tigela de tapioca morna, meu cérebro é representado.”.
- (D) “No meu cérebro, representam-se tigelas de tapiocas mornas.”.
- (E) “Meu cérebro é representado por esta tigela de tapioca morna.”.

15. Em relação aos sentidos construídos pela tirinha, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O sacrifício feito com o cérebro representa a renúncia à racionalidade e à individualidade.
- (B) No primeiro quadro, os motivos de agradecimento constituem uma gradação.
- (C) Sem os adjetivos, a crítica da tirinha não seria construída.
- (D) Os agradecimentos feitos por Calvin constroem o humor do texto, por meio da ironia a comportamentos alienantes.
- (E) A relação estabelecida entre a tigela de tapioca morna e o cérebro alude à falta de criticidade do ser humano.

Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações

16. São prerrogativas dos funcionários policiais, EXCETO

- (A) portar armas, mediante autorização do órgão competente.
- (B) o desempenho de cargos e funções compatíveis com a sua condição hierárquica.
- (C) o uso de insígnia e identificação funcional, somente quando estiver em serviço.
- (D) assistência jurídica prestada pelo Estado, quando submetido a processo em juízo em razão do exercício do cargo.
- (E) assistência médico-hospitalar às expensas do Estado, quando ferido ou acidentado em serviço.

17. A respeito dos vencimentos, remuneração e descontos dos funcionários policiais, assinale a alternativa correta.

- (A) Remuneração é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo, fixada em lei.
- (B) Vencimento é a retribuição que representa a totalidade do ganho.
- (C) O funcionário policial não perderá o vencimento ou a remuneração quando no exercício de mandato eletivo federal ou estadual.
- (D) Serão descontadas dos vencimentos do funcionário policial as faltas destinadas ao seu casamento, ainda que limitadas a oito dias consecutivos.
- (E) A exoneração e a demissão do funcionário policial em débito para com a Fazenda Pública implicarão na inscrição da quantia devida em dívida ativa.

18. Assinale a alternativa correta a respeito da ajuda de custo e das diárias do funcionário policial.

- (A) É considerada falta grave conceder diárias com o objetivo de remunerar serviços ou encargos outros ou recebê-las com a violação das normas específicas constantes no Estatuto da categoria.
- (B) Será concedida ajuda de custo ao funcionário policial que se deslocar da sede em objeto de serviço, para indenização de despesa de alimentação e pousada.
- (C) Será concedida diária ao funcionário policial, ainda que o deslocamento constitua exigência permanente do cargo.

- (D) Não é autorizada a cumulação da percepção de ajuda de custo e diárias.
- (E) A ajuda de custo, em hipótese alguma, será paga antecipadamente.

19. A respeito das penas disciplinares, assinale a alternativa correta.

- (A) Para aplicação da pena disciplinar, não serão considerados os danos ao serviço público decorrentes da transgressão.
- (B) São penas disciplinares previstas no Estatuto dos Funcionários Policiais do Espírito Santo, dentre outras, a advertência, a suspensão, a demissão e a prisão administrativa por período não superior a 30 dias.
- (C) A comprovação de motivo de força maior para prática da agressão é causa atenuante da pena.
- (D) A aplicação das penas de suspensão até 60 dias, de destituição de função, de alteração compulsória de localização e de advertência será precedida de investigação sumária.
- (E) O fato de o funcionário policial haver cometido a infração sob a influência de violenta emoção provocada por ato injusto de terceiros é causa de justificação da transgressão.

20. A respeito do ato de reintegração, é correto afirmar que

- (A) a reintegração somente será possível por meio de determinação constante em sentença judicial.
- (B) a reintegração é o reingresso do funcionário policial afastado do serviço público, com pleno ressarcimento dos vencimentos, direitos e vantagens ligados ao cargo.
- (C) é dispensada a inspeção médica especializada no funcionário policial reintegrado.
- (D) o funcionário policial que for considerado incapaz ou inválido será readaptado.
- (E) não sendo possível a reintegração do funcionário policial, ele será aposentado, com a remuneração do cargo.

Noções de Direito Administrativo

21. De acordo com a Teoria dos Atos Administrativos, o requisito de validade do ato, discricionário e que consiste na “situação fática ou jurídica cuja ocorrência autoriza ou determina a prática do ato”, denomina-se

- (A) Competência.
- (B) Finalidade.
- (C) Objeto.
- (D) Forma.
- (E) Motivo.

22. Tendo como base a Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, do Estado do Espírito Santo, assinale a alternativa INCORRETA no que se refere aos direitos e vantagens do servidor do Estado do Espírito Santo.

- (A) Os vencimentos dos servidores públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário são idênticos para cargo de atribuições iguais ou assemelhadas, observando-se, como parâmetro, aqueles atribuídos aos servidores do Poder Executivo.
- (B) O menor vencimento atribuído aos cargos de carreira não poderá ser inferior a um trinta avos do maior vencimento.
- (C) O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de cinquenta por cento em relação à hora normal de trabalho.
- (D) Por ocasião das férias do servidor público, ser-lhe-á devido um adicional de um terço da remuneração percebida no mês em que se iniciar o período de fruição.
- (E) Constituem indenizações ao servidor público a ajuda de custo, as diárias e o auxílio-transporte.

23. Assinale a alternativa que corresponda a um órgão/entidade que pertença à Administração Pública Direta.

- (A) Agência Reguladora.
- (B) Agência Executiva.
- (C) Departamento de Estradas e Rodagens – DER.
- (D) Secretaria do Tesouro Nacional.
- (E) Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ.

24. Qual dos seguintes órgãos NÃO está vinculado ao Poder Judiciário?

- (A) Superior Tribunal Militar – STM.
- (B) Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

- (C) Tribunal de Contas da União – TCU.
- (D) Tribunal Superior Eleitoral – TSE.
- (E) Tribunal Superior do Trabalho – TST.

25. Dentro da organização da Administração Pública, pode-se conceituar o processo de desconcentração como

- (A) a distribuição de competências entre órgãos dentro da mesma pessoa jurídica, a fim de permitir o mais adequado e racional desempenho das atividades estatais.
- (B) o fenômeno inerente à Administração Indireta, que consiste na criação de entidades para atividades de fiscalização e regulação de um determinado setor.
- (C) a prestação de serviço ao Poder Público, por meio de contrato de gestão ou termo de parceria com empresas do setor privado.
- (D) a transferência de poderes e atribuições para um sujeito distinto e autônomo do ente federativo criador.
- (E) o ato de criação de pessoas jurídicas meramente administrativas, sem a característica de ente político.

26. A seguinte definição: “Pessoa jurídica de direito privado administrada exclusivamente pelo poder público, instituída por um ente estatal, com a finalidade prevista em lei e sendo de propriedade única do Estado.” se refere

- (A) a entes do sistema “S”.
- (B) à Fundação Pública.
- (C) à Sociedade de Economia Mista.
- (D) à Empresa Pública.
- (E) à Agência Reguladora.

27. O princípio pelo qual a Administração Pública exerce controle sobre seus próprios atos, tendo a possibilidade de anular os ilegais e de revogar os inoportunos, denomina-se

- (A) Princípio da Legalidade.
- (B) Princípio da Autotutela.
- (C) Princípio da Motivação dos Atos Administrativos.
- (D) Princípio da Continuidade Administrativa.
- (E) Princípio da Moralidade Administrativa.

28. O desdobramento do Poder Hierárquico pelo qual o agente superior detém a prerrogativa para o exercício de competência de atribuições originárias de seus subalternos denomina-se

- (A) Poder Disciplinar.
- (B) Avocação.
- (C) Delegação.

- (D) Subordinação.
- (E) Poder Regulamentar.

29. O poder conferido à Administração para restringir, frenar, condicionar, limitar o exercício de direitos e atividades econômicas dos particulares, a fim de preservar os interesses da coletividade, denomina-se

- (A) Poder Regulamentar.
- (B) Poder Normativo.
- (C) Poder de Polícia.
- (D) Poder Vinculado.
- (E) Poder Discricionário.

30. A Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, do Estado do Espírito Santo, disciplina os casos em que se dará a VACÂNCIA, a qual ocorrerá EXCETO no caso de

- (A) Ascensão.
- (B) Exoneração.
- (C) Destituição de Cargo em Comissão.
- (D) Aposentadoria.
- (E) Demissão.

Noções de Direito Processual Penal

31. Sobre jurisdição e competência, assinale a alternativa integralmente de acordo com o que prescreve o Código de Processo Penal.

- (A) A distribuição dos autos jamais será determinante para a fixação da competência jurisdicional.
- (B) A competência será, de regra, determinada pela natureza da infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- (C) Compete ao Tribunal do Júri o julgamento de todos os crimes contra a vida previstos no Código Penal, consumados ou tentados.
- (D) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pela prerrogativa de função.
- (E) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.

32. Jurisdição é o poder atribuído, constitucionalmente, ao Estado para aplicar a lei ao caso concreto, compondo litígios e resolvendo conflitos. Sobre a temática da competência jurisdicional, assinale a alternativa correta.

- (A) Continência significa o liame existente entre infrações, cometidas em situações de tempo e lugar que as tornem indissociáveis, bem como a união entre delitos, uns cometidos para, de alguma forma, propiciar, fundamentar ou assegurar outros, além de poder ser o cometimento de atos criminosos de vários agentes reciprocamente.
- (B) A conexão e a continência não são ordinariamente consideradas causas suficientes para a modificação da competência.
- (C) Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação.
- (D) No concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência deste.
- (E) A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento inclusive no concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores (vara da infância e juventude).

33. A respeito das competências por prevenção e prerrogativa de função, assinale a alternativa correta.

- (A) Caso um juiz decida um *habeas corpus* impetrado contra delegado que estaria constringendo ilegalmente algum suspeito, torna-se ele prevento para decidir o processo futuramente instaurado.
- (B) Verificar-se-á a competência por prevenção toda vez que, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a este relativa, ainda que anterior ao oferecimento da denúncia ou da queixa.
- (C) Competirá, originariamente, aos Tribunais Regionais Federais o julgamento dos advogados públicos dos Estados ou Territórios.
- (D) Ao Supremo Tribunal Federal, competirá, privativamente, processar e julgar os governadores dos Estados.
- (E) A competência pela prerrogativa de função é tão somente dos tribunais superiores (STF, STJ, TST, STM e TSE), relativamente às pessoas que devam responder perante eles por crimes comuns e de responsabilidade.

34. Sobre o rito especial dos processos sobre crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, o que prescreve o direito processual penal brasileiro?

- (A) Nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, competirá o processo e julgamento aos juízes leigos até o recebimento da denúncia.
- (B) Se não for conhecida a residência do acusado, ou este se achar fora da jurisdição do juiz, ser-lhe-á nomeado advogado público filiado à procuradoria respectiva ao ente federativo, a quem caberá apresentar o pedido de suspensão dos autos até a devida citação.
- (C) A resposta não poderá ser instruída com documentos e justificações, mas tão somente com a indicação de eventuais testemunhas abonatórias.
- (D) Na instrução criminal dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos e nos demais termos desse tipo de processo, observar-se-á o disposto nos capítulos do Código de Processo Penal relativos após processos de rito comum.

- (E) O Juízo não poderá rejeitar a denúncia antes que se efetive a fase instrutória do processo penal com o interrogatório do réu.

35. Acerca do inquérito policial brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) A presidência da investigação de natureza criminal é privativa da polícia judiciária.
- (B) É permitido ao Ministério Público conduzir o inquérito policial como autoridade máxima.
- (C) A autoridade policial pode contrariar a moralidade ou a ordem pública na reprodução simulada de fatos concernentes a crimes contra a dignidade sexual.
- (D) A competência de apuração das infrações penais e da sua autoria não excluirá a de outras autoridades administrativas que não a polícia judiciária, a quem, por lei, seja cometida a mesma função.
- (E) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito, caberá recurso para o Tribunal Regional Federal.

36. Sobre os prazos e demais disposições comuns sobre o inquérito policial brasileiro, é correto afirmar que

- (A) o inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão.
- (B) os prazos de término do inquérito policial são disciplinados unicamente pelo Código de Processo Penal.
- (C) os prazos comuns do inquérito policial devem findar rigorosamente em 15 dias úteis.
- (D) o inquérito deverá terminar no prazo de 90 dias, quando o indiciado estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- (E) os prazos do inquérito policial contar-se-ão em dias úteis, contado o prazo do dia inicial e descontado o prazo do dia derradeiro.

37. Nos crimes de ação penal pública,

- (A) o inquérito policial será iniciado a requerimento do ofendido ou de seu procurador, excluídos os seus descendentes.
- (B) o requerimento do ofendido deverá conter imprescindivelmente a narração do fato, com todas as circunstâncias.
- (C) o inquérito policial será iniciado mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.

- (D) o inquérito policial poderá ser iniciado ainda que a ação pública dependa de representação, estando ela inicialmente ausente.
- (E) o inquérito policial não poderá extrapolar o prazo de 30 dias corridos quando se tratar de indiciados soltos, ainda que a autoridade policial requiera dilação.

38. O interesse de agir da ação penal deve ser analisado sob três aspectos distintos: a necessidade de obtenção da tutela jurisdicional pleiteada; a adequação entre o pedido e a proteção jurisdicional que se pretende obter; e a utilidade, que se traduz na eficácia da atividade jurisdicional para satisfazer o interesse do autor. Sobre essa temática, assinale a alternativa correta.

- (A) A obrigatoriedade de oferecer a denúncia significa que, em sede de alegações orais (ou de memoriais), o Ministério Público estará sempre objetivamente obrigado a pedir a condenação do acusado.
- (B) A utilidade consiste no ajustamento da providência judicial requerida à solução do conflito subjacente ao pedido.
- (C) A representação do ofendido, nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, não é uma condição da ação penal.
- (D) Por força do princípio da obrigatoriedade, reservam-se aos órgãos persecutórios criminais todo e qualquer critério político ou de utilidade social para decidir se atuarão ou não.
- (E) A "justa causa" é o suporte probatório mínimo (em regra constituído no inquérito policial) que deve lastrear toda e qualquer acusação penal.

39. O direito de ação penal é o direito público subjetivo de se pedir ao Estado-Juiz a aplicação do direito penal objetivo a um caso concreto. Sobre a ação penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A representação é retratável até o recebimento da denúncia pelo Juízo.
- (B) A ação penal, nas contravenções, só será iniciada com o auto de prisão em flagrante.
- (C) Ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo, caberá intentar a ação pública subsidiária da pública.
- (D) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-

lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

- (E) As fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas não poderão exercer a ação penal.

40. Sobre o direito de queixa e representação condicionantes da ação penal, vigora no Código de Processo Penal qual das seguintes regras?

- (A) O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.
- (B) O órgão do Ministério Público não poderá dispensar o inquérito, ainda que, com a representação, forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal.
- (C) O Ministério Público não poderá desistir da ação penal pública condicionada já recebida pelo Juízo.
- (D) A queixa, quando a ação penal for privativa do ofendido, jamais poderá ser aditada pelo Ministério Público.
- (E) Não existe perempção na ação penal privada.

Noções de Direito Penal

41. De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução, mas não os efeitos penais da sentença condenatória.
- (B) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, exceto se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- (C) Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.
- (D) Considera-se praticado o crime no momento em que o agente atinge o resultado pretendido.
- (E) Em nenhuma situação, a lei brasileira pode ser aplicada aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada.

42. Considerando as disposições do Código Penal em relação ao concurso de pessoas, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- (B) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.
- (C) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
- (D) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, ainda que elementares do crime.
- (E) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

43. De acordo com a Lei nº 8.072/1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências, assinale a alternativa correta.

- (A) É considerado crime hediondo o homicídio, quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, exceto se cometido por um só agente.
- (B) Não é considerado hediondo o crime de epidemia com resultado morte.
- (C) Não é considerado hediondo o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.
- (D) É considerado hediondo o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.
- (E) Não é considerado hediondo o crime de homicídio qualificado.

44. Em relação aos crimes contra a Administração Pública, é correto afirmar que

- (A) não se equipara a funcionário público, para os efeitos penais, quem exerce emprego em entidade paraestatal.
- (B) o funcionário público que deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, para satisfazer sentimento pessoal, pratica o crime de condescendência criminosa.
- (C) no crime de corrupção passiva, a pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.
- (D) pratica o delito de prevaricação o funcionário público que deixar, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.
- (E) não constitui crime contra a Administração Pública abandonar cargo público, fora dos casos permitidos em lei.

45. Segundo dispõe o artigo 7º, inciso I, do Código Penal, fica sujeito à lei brasileira, embora cometido no estrangeiro, o crime

- (A) de genocídio, ainda que o agente seja estrangeiro e não resida no Brasil.
- (B) contra o patrimônio do Presidente da República.
- (C) contra a liberdade de Ministro das Relações Exteriores.

- (D) contra o patrimônio de fundação instituída pelo Poder Público.
- (E) contra a vida de empregado de Sociedade de Economia Mista.
- 46. O agente que pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se, age amparado por qual causa excludente de ilicitude?**
- (A) Legítima defesa.
- (B) Estado de necessidade.
- (C) Estrito cumprimento de dever legal.
- (D) Exercício regular de direito.
- (E) Consentimento do ofendido.
- 47. Um servidor público estadual apropriou-se de um computador, do qual tinha a posse em razão de seu cargo, a fim de entregá-lo como presente para sua esposa. Qual foi o delito praticado por esse servidor?**
- (A) Furto.
- (B) Concussão.
- (C) Peculato.
- (D) Prevaricação.
- (E) Corrupção passiva.
- 48. Assinale a alternativa que apresenta crimes que admitem a forma culposa.**
- (A) Homicídio, lesão corporal e emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- (B) Concussão, injúria e dano.
- (C) Prevaricação, homicídio e omissão de socorro.
- (D) Homicídio, lesão corporal e peculato.
- (E) Advocacia administrativa, dano e lesão corporal.
- 49. A conduta de deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos, configura**
- (A) crime de abuso de autoridade, previsto na Lei nº 4.898/1965.
- (B) crime contra a administração pública, previsto no Código Penal.
- (C) crime contra a ordem tributária, previsto na Lei nº 8.137/1990.
- (D) crime previsto na Lei nº 11.343/2006 (Lei Antidrogas).

- (E) crime hediondo, previsto na Lei nº 8.072/1990.

50. Nos termos do artigo 107 do Código Penal, extingue-se a punibilidade

- (A) pela anistia, mas não pela graça ou indulto.
- (B) pelo perdão aceito, nos crimes de ação penal pública.
- (C) pela prescrição e decadência, mas não pela perempção.
- (D) pela retroatividade de lei que não mais considera o fato criminoso.
- (E) pela retratação do agente, em qualquer delito contra o patrimônio.

Conhecimentos Específicos

51. Dentre os seguintes índices, qual tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias com rendimentos de 1 a 40 salários mínimos?

- (A) IPCA.
- (B) IGP.
- (C) IPC.
- (D) IPP.
- (E) IPCH.

52. A respeito da alavancagem operacional, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A alavancagem operacional consiste na promoção do crescimento das vendas a fim de aumentar o lucro bruto do negócio, mantendo os custos fixos.
- (B) A medida da alavancagem operacional se dá pela proporção entre os custos fixos e os custos variáveis.
- (C) A alavancagem operacional pode funcionar como instrumento para que as empresas criem novos produtos e aumentem suas vendas.
- (D) Se a organização tiver uma alavancagem operacional e financeira boa, pequenas alterações nas vendas resultarão em grandes flutuações na lucratividade.
- (E) A diferença básica entre alavancagem operacional e financeira é que, enquanto a alavancagem operacional avalia o efeito das despesas com juros, a financeira mede o efeito dos custos fixos.

53. Em relação ao elemento que diferencia o fluxo de caixa e o custo de produção, assinale a alternativa correta.

- (A) O fluxo de caixa evidenciará somente as entradas operacionais, enquanto o custo de produção considera especificamente os juros sobre o capital investido.
- (B) O Sistema de Amortização Constante é o que diferencia o fluxo de caixa e o custo de produção.
- (C) O fluxo de caixa indica a relação das entradas e saídas financeiras. No custo de produção, são apropriados apenas a depreciação e os juros sobre o capital investido.
- (D) O índice que irá corrigir a inflação do período é o que diferencia o fluxo de caixa e o custo de produção.
- (E) O tipo de série uniforme a ser utilizado para o cálculo de ambos agregados é o que diferencia o fluxo de caixa e o custo de produção.

54. A respeito do Valor Presente Líquido (VPL), assinale a alternativa INCORRETA.

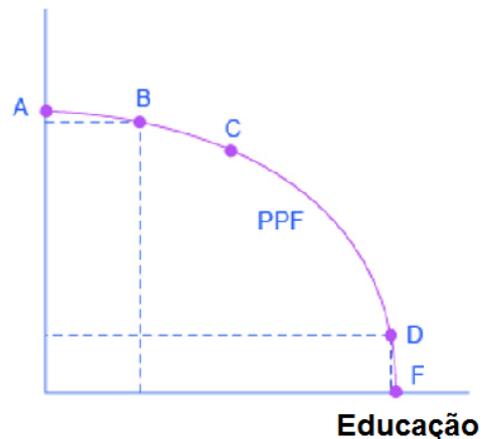
- (A) O VPL consiste na concentração de todos os valores esperados de um fluxo de caixa na data zero.
- (B) A taxa de juros que é descontada no cálculo do VPL corresponde ao custo de capital, também chamado de custo de oportunidade.
- (C) A taxa de desconto utilizada no cálculo do VPL deve refletir o valor do dinheiro no tempo, o custo de capital e o risco do projeto.
- (D) Se o VPL é menor que 0, recomenda-se o investimento no projeto.
- (E) O VPL é calculado subtraindo o valor presente do fluxo de caixa projetado (VP) do investimento inicial.

55. Assinale a alternativa que apresenta o conceito de preços macroeconômicos.

- (A) Constituem-se, integralmente, pelas taxas de salários.
- (B) Contemplam os preços de um determinado mercado que opera em concorrência perfeita.
- (C) Afetam, sem exceção, todos os setores e decisões de investimento em uma economia.
- (D) Representam, exclusivamente, a demanda agregada externa.
- (E) São determinados pela taxa de lucro vigente em uma dada economia.

56. O seguinte gráfico ilustra uma fronteira de possibilidades de produção de Assistência médica x Educação.

Assistência médica



Considerando o gráfico, o que ocorreu no ponto "F"?

- (A) A sociedade hipotética alocou todos os seus recursos em assistência médica.
- (B) A sociedade hipotética alocou todos os seus recursos em educação.
- (C) A sociedade hipotética tem recursos suficientes para produzir uma combinação de assistência médica e educação que seja fora da fronteira de possibilidades de produção.
- (D) A sociedade hipotética não alocou seus recursos.
- (E) A sociedade hipotética alocou 50% dos seus recursos em assistência médica e 50% em educação.

57. Assinale a alternativa que apresenta o que relaciona a quantidade demandada de um bem com o nível de renda, *coeteris paribus*.

- (A) Cesta de Consumo.
- (B) Isocusto.
- (C) Bens de Giffen.
- (D) Curva de Engel.
- (E) Curva de Oferta.

58. *Coeteris paribus*, quando ocorre uma mudança no preço do papel A4, de forma a alterar o poder de compra do consumidor (Estado), tal mudança de consumo que daí resulta intitula-se

- (A) efeito de longo-prazo.
- (B) efeito crawling-peg.
- (C) efeito-preço constante.
- (D) efeito Oliveira-Tanzi.
- (E) efeito-renda.

- 59. A respeito da Teoria do Consumidor e a Escolha Ótima, assinale a alternativa correta.**
- (A) No ponto ótimo, a curva de indiferença não pode se cruzar com a reta orçamentária.
 - (B) A escolha ótima corresponderá à cesta ofertada pelo consumidor.
 - (C) Se ambos os bens são normais, a curva de renda-consumo tem inclinação negativa.
 - (D) No ponto ótimo, a curva de indiferença se cruza com a reta orçamentária.
 - (E) As preferências não são homotéticas se todas as curvas de indiferença são relacionadas por expansões proporcionais ao longo de raios.
- 60. "É aquele que poderia ser alcançado e sustentado no futuro, usando-se eficiente e plenamente os fatores de produção ao longo do tempo.". O enunciado refere-se à definição de**
- (A) hiato do produto.
 - (B) PIB real.
 - (C) preço nominal.
 - (D) produto potencial.
 - (E) PIB *per capita*.
- 61. Considerando as relações de uma economia com o "Resto do Mundo", assinale a alternativa que apresenta a identidade macroeconômica básica.**
- (A) $I = S_p + S_g + S_e$
 - (B) $I = S_p + S_g$
 - (C) $I = S_p + S_e$
 - (D) $I = S_p$
 - (E) $I = S_g + S_e$
- 62. Em Política Monetária, *coeteris paribus*, o que ocorre quando o Banco Central aumenta o nível das reservas bancárias?**
- (A) Empréstimos de liquidez.
 - (B) Diminuição da oferta de moeda.
 - (C) Taxa de redesconto.
 - (D) Aumento da taxa de câmbio real.
 - (E) Redução dos gastos do governo.
- 63. Qual é a taxa de juros de um capital de R\$ 10.000.000,00 que foi aplicado durante 7 meses e rendeu juros de R\$ 140.000,00?**
- (A) 0,1% a.m.
 - (B) 1,4% a.m.
 - (C) 0,7% a.m.
 - (D) 2% a.m.
 - (E) 0,2% a.m.
- 64. "Conjunto de pagamentos (ou recebimentos) de valor nominal igual, que se encontram dispostos em períodos de tempo constantes, ao longo de um fluxo de caixa". O enunciado refere-se ao conceito de**
- (A) depreciação.
 - (B) correção monetária.
 - (C) série uniforme de capitais.
 - (D) investimento de longo prazo.
 - (E) crédito direto ao consumidor.
- 65. A respeito do cálculo financeiro em contextos inflacionários, assinale a alternativa que corresponde à indexação de valores.**
- (A) IPCA.
 - (B) Correção dos valores nominais de uma data, em moeda representativa de mesmo poder de compra em momento posterior.
 - (C) Somatório do valor atual do desconto racional composto de cada parcela da anuidade.
 - (D) Devolução do principal em parcelas desiguais.
 - (E) Misto entre o Sistema Francês de Amortização e o Sistema de Amortização Constante.
- 66. A respeito dos Crimes de Tortura, regulados pela Lei nº 9.455/1997, assinale a alternativa correta.**
- (A) A pena prevista para o crime de tortura consistente em submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo, é de reclusão de dois a cinco anos.
 - (B) A pena prevista para aquele que se omite em face de condutas que caracterizam crimes de tortura, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, é de um a três anos.
 - (C) O agente público que pratica uma das condutas que caracterizam crimes de tortura terá a pena aumentada em dois terços.
 - (D) O agente público condenado por crime de tortura perderá o cargo, função ou emprego público e sofrerá interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.
 - (E) O crime de tortura é insuscetível de fiança ou graça, mas é suscetível de anistia.

67. Com base na Lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, assinale a alternativa correta.

- (A) Subtrair criança ou adolescente do poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto, constitui crime punido com pena de detenção de dois a cinco anos, e multa.
- (B) A autoridade judiciária poderá aplicar medida socioeducativa ainda que o ato praticado pelo adolescente não constitua ato infracional.
- (C) A sentença que deferir a adoção não produz efeito desde logo, devendo a apelação, em qualquer caso, ser recebida nos efeitos devolutivo e suspensivo.
- (D) Alguns dos crimes definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente são de ação penal pública condicionada à representação.
- (E) O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente.

68. O Juizado Especial Criminal, provido por juizes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência. O Juizado Especial Criminal está regulado pela Lei nº 9.099/1995. No que se refere ao Procedimento nos Juizados Especiais Criminais, segundo a referida Lei, é correto afirmar que

- (A) todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.
- (B) a sentença, que deverá conter o relatório, mencionará os elementos de convicção do Juiz.
- (C) em nenhuma hipótese poderá ser oferecida queixa oralmente.
- (D) da decisão de rejeição da denúncia ou queixa não caberá apelação.
- (E) em sede de Juizados Especiais Criminais não cabem Embargos de Declaração, em razão do princípio da celeridade processual que rege o procedimento.

69. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 22 de novembro de 1969, também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, foi incorporada ao Direito Brasileiro por meio do Decreto nº 678/1992. Segundo essa importante legislação internacional, é correto afirmar que

- (A) as penas privativas da liberdade devem ter por finalidade essencial a punição, a reforma e a readaptação social dos condenados.
- (B) toda pessoa tem direito à nacionalidade do Estado em cujo território estiver domiciliada, se não tiver direito à outra.
- (C) toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais.
- (D) todo o acusado tem direito de defender-se, devendo, contudo, ser assistido por um defensor de sua escolha.
- (E) em casos expressamente previstos em lei é autorizada a expulsão coletiva de estrangeiros.

70. Constitui(em) objetivo(s) fundamental(is) da República Federativa do Brasil previstos no artigo 3º da Constituição Federal:

- (A) erradicar a pobreza e o desemprego e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (B) garantir o desenvolvimento cultural.
- (C) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- (D) a irretroatividade da lei penal, salvo para beneficiar o réu.
- (E) garantir o direito de propriedade.

71. No Brasil, a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, a segurança pública é exercida por quais órgãos?

- (A) Forças armadas, polícias federais, civis, militares e corpo de bombeiros.
- (B) Polícias federais, civis, militares e corpo de bombeiros.
- (C) Ministério público, polícias federais, civis e militares.
- (D) Ministério público, polícias federais, civis, militares e corpo de bombeiros.
- (E) Forças armadas, polícias federais, civis e militares.

- 72. Para o Direito Administrativo, o princípio que determina privilégios jurídicos, sobrepondo o interesse público ao particular, privilegiando a administração pública em face dos administrados e garantindo à Administração Pública prerrogativas e obrigações não extensíveis aos administrados, é denominado**
- (A) princípio da supremacia do interesse público.
 - (B) princípio da indisponibilidade do interesse público.
 - (C) princípio da legalidade.
 - (D) princípio da impessoalidade.
 - (E) princípio da moralidade.
- 73. Com fundamento na Lei nº 8.666/1993, que regulamenta as licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, sobre licitação, assinale a alternativa correta.**
- (A) É indispensável a realização de licitação mesmo quando a União tiver de intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
 - (B) Em casos excepcionais, previstos em lei, à administração pública, é permitido descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha vinculada.
 - (C) A tomada de preços é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes em edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 dias.
 - (D) O procedimento licitatório caracteriza ato administrativo formal, independentemente da esfera da Administração Pública que o pratique.
 - (E) A concorrência e o leilão não são modalidades licitatórias.
- 74. Em relação aos Sindicatos, observada a legislação nacional a respeito da matéria, é correto afirmar que**
- (A) é possível a criação de mais de um sindicato da mesma categoria em uma mesma base territorial.
 - (B) os sindicatos não devem participar das negociações coletivas de trabalho da categoria que representam.
 - (C) não há vedação à sindicalização dos militares.
 - (D) é vedada, ao servidor público civil, a associação sindical.
 - (E) segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, é livre a associação profissional ou sindical, observados os termos constitucionais.
- 75. Segundo a legislação processual trabalhista, a respeito dos Recursos na Justiça do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA.**
- (A) Os recursos são interpostos por simples petição.
 - (B) A interposição do Recurso permite a execução provisória até a penhora, salvo exceções legais.
 - (C) O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial.
 - (D) Os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial devem proceder o depósito recursal.
 - (E) Os recursos têm efeito meramente devolutivo, salvo exceções previstas em lei.
- 76. A respeito do Negócio Jurídico, assinale a alternativa correta.**
- (A) Para ser válida, a declaração de vontade depende de forma especial, ainda que a lei não a exija.
 - (B) A renúncia não deve ser interpretada de forma restrita.
 - (C) O silêncio, por si só, não importa anuência, ainda que as circunstâncias ou os usos o autorizem e não seja necessária a declaração de vontade expressa.
 - (D) A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico, ainda que seja relativa, ou cesse antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
 - (E) Para ser válido, o negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, determinado ou determinável e forma prescrita e não defesa em lei.

77. De acordo com o que dispõe a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei do país em que nasceu a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
- (B) Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país do comprador.
- (C) No Direito Brasileiro, não ocorre o fenômeno chamado de reconstituição automática, ou seja, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência, salvo em caso de disposição específica nesse sentido.
- (D) A sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país de nacionalidade do defunto ou do desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens.
- (E) A competência da autoridade judiciária brasileira, para conhecer ações relativas a imóveis situados no Brasil, é relativa ou concorrente.

78. Júlio, no dia 25 de agosto de 2018, após muitas ameaças, invadiu o imóvel onde Roberto residia com sua família, localizado na cidade de São Paulo (SP), e o impediu de entrar no imóvel, trocando todas as fechaduras e mantendo a casa constantemente fechada. Durante a invasão, Júlio causou vários danos ao imóvel de Roberto. Com base no caso apresentado e nas disposições do Código de Processo Civil em vigor, sobre Ações Possessórias, assinale a alternativa correta.

- (A) O ato praticado por Júlio configura turbulação e enseja a propositura de Ação de Manutenção de Posse.
- (B) Caso Roberto ingresse com a Ação Possessória cabível, poderá cumular, ao pedido possessório, a condenação de Júlio à reparação por perdas e danos, pelos danos causados ao imóvel no ato da invasão.
- (C) Caso Roberto ingresse com o tipo de Ação Possessória incorreta para o caso, o Juiz deverá extinguir a Ação para que Roberto ingresse com a Ação adequada.
- (D) A Ação Possessória proposta por Roberto, no dia 05 de fevereiro de 2019, deverá seguir o Procedimento Comum.

- (E) Na petição inicial, Roberto não precisará provar a data do ato de invasão praticado por Júlio, já que esta não tem relevância jurídica para o processo.

79. Segundo o Código de Processo Civil em vigor, assinale a alternativa que NÃO apresenta um requisito da petição inicial.

- (A) Número do Registro Geral (RG) do autor e do réu.
- (B) Estado civil do autor e do réu.
- (C) A opção ou não do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.
- (D) Número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do autor e do réu.
- (E) As provas com que o autor pretende demonstrar o pedido e suas especificações.

80. A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações apresentadas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, e observado o disposto no Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172/1966. A respeito da Competência Tributária, assinale a alternativa correta.

- (A) O não-exercício da competência tributária não a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.
- (B) É vedado aos Estados e aos Municípios, mas não à União, cobrar impostos de templos de qualquer culto.
- (C) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerão à competência legislativa daquela responsável pela arrecadação do tributo.
- (D) À União, é autorizado instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, mesmo que importe distinção ou preferência em favor de determinado Estado ou Município.
- (E) É vedado à União, mas não aos Estados e Municípios, cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda.

81. A respeito da classificação dos Tributos, assinale a alternativa que se refere à Taxa.

- (A) A taxa é o tributo vinculado que incide porque o imóvel foi valorizado em decorrência de obra pública.
- (B) A taxa é a modalidade de tributo contraprestacional, que depende sempre de uma ação estatal.
- (C) A taxa não é tributo, segundo a legislação nacional vigente a respeito da matéria.
- (D) A taxa é o tributo instituído para atender despesas extraordinárias em razão de calamidade pública, guerra externa ou de sua iminência.
- (E) A taxa é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal relativa ao contribuinte.

82. No que se refere à Ação Penal e suas espécies, assinale a alternativa correta.

- (A) A ação penal privada é exercida pelo ofendido, mediante denúncia do Ministério Público.
- (B) A ação penal pública condicionada é exercida pelo ofendido e independe de denúncia do Ministério Público.
- (C) A ação penal privada é exercida pelo ofendido, mediante requisição do Ministro da Justiça.
- (D) A ação penal pública incondicionada será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- (E) A ação penal pública incondicionada será promovida por denúncia do Ministério Público.

83. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto. No que se refere ao exame de corpo de delito, com fundamento no que dispõe o Código de Processo Penal Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) O exame de corpo de delito será feito em qualquer dia, sempre em horário diurno.
- (B) Não é necessário que o exame de corpo de delito seja realizado por perito oficial portador de diploma de curso superior, bastando que se trate de pessoa com ampla *expertise* e experiência na área.

- (C) A realização de exame de corpo de delito terá prioridade de realização quando se tratar de crime que envolva violência doméstica e familiar.
- (D) O juiz ou a autoridade policial negará o exame de corpo de delito requerido pelas partes, quando não for necessário ao esclarecimento da verdade.
- (E) O exame de corpo de delito poderá ser suprido com a confissão do acusado.

84. A Lei nº 8.072/1990 dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. A respeito dos Crimes Hediondos, assinale a alternativa correta.

- (A) A pena imposta pelo cometimento de crime hediondo deverá ser cumprida inicialmente em regime fechado ou semiaberto, mediante decisão fundamentada do Juiz.
- (B) O crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, tentado ou consumado, também é considerado crime hediondo, contudo o de posse ilegal de arma de fogo de uso restrito, não.
- (C) Os crimes hediondos são insuscetíveis de anistia, graça e fiança, porém são suscetíveis de indulto.
- (D) A epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º, do Código Penal) é considerada crime hediondo.
- (E) Em caso de sentença condenatória de crime hediondo, o réu não poderá recorrer em liberdade.

85. Os casos que constituem abuso de autoridade, a forma de exercício do direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal estão regulados pela Lei nº4.898/1965. Com base no que dispõe a referida lei, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Constitui abuso de autoridade qualquer atentado aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício do voto.
- (B) O abuso de autoridade sujeitará o seu autor à sanção administrativa, além da civil e penal, a qual poderá consistir em advertência, destituição de função, demissão, perda do cargo e a inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública por prazo de três anos.
- (C) Quando o abuso for cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar, de qualquer categoria, poderá ser cominada a pena autônoma ou acessória, de não poder o acusado exercer funções de natureza policial ou militar no município da culpa, por prazo de um a cinco anos.
- (D) Considera-se autoridade, para os efeitos dessa lei, quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, ou militar, ainda que transitoriamente e sem remuneração.
- (E) O inquérito administrativo obedecerá às normas estabelecidas nas leis municipais, estaduais ou federais, civis ou militares, que estabeleçam o respectivo processo.

86. Acerca da Psicologia do Desenvolvimento, é possível afirmar que há várias escolas de pensamento. Dentre as seguintes alternativas, qual apresenta a linha que busca entender os processos psíquicos e o desenvolvimento, principalmente a partir da internalização de relações interpessoais?

- (A) Teoria das relações objetivas.
- (B) Psicologia do Ego.
- (C) Psicologia do *Self*.
- (D) Teoria Cognitivo-Comportamental.
- (E) Teoria Comportamental Dialética.

87. De acordo com a Lei nº 11.340/2006, que trata da violência contra a mulher, a violência psicológica é uma das formas de agressão possíveis. Considerando o exposto, qual alternativa apresenta uma das formas de violência psicológica descritas nessa Lei?

- (A) Abuso de álcool.
- (B) Controle de crenças.
- (C) Episódios de raiva.
- (D) Falta de controle de impulsos.
- (E) Agressões físicas.

88. Em casos de abuso sexual, uma perícia psicológica pode auxiliar na tomada de providências legais necessárias. No entanto, é possível não haver vestígios ou marcas físicas que sirvam de indicadores da situação ocorrida para a perícia médica. Nesses casos, é correto afirmar, a respeito da perícia psicológica, que

- (A) as marcas físicas servirão como indicadores do abuso sexual.
- (B) se deve buscar a confissão do abusado.
- (C) se deve buscar a confissão do abusador.
- (D) a situação psicológica definirá o abuso sexual.
- (E) não há indicadores específicos que determinem o abuso sexual.

89. No contexto das atividades psicológicas, alguns tipos de documentos psicológicos são produzidos. Um tipo específico de documento é produzido quando se deve relatar informações para amparar a tomada de ações, decisões ou encaminhamentos. Com base no exposto, qual documento é esse?

- (A) Atestado médico.
- (B) Declaração.
- (C) Atestado psicológico.
- (D) Relatório psicológico.
- (E) Laudo psicológico.

90. O Conselho Federal de Psicologia, em contribuição ao Ministério do Trabalho, emitiu um documento de Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil (CFP, 1992), no qual descrevia a função de várias ocupações dos psicólogos, dentre elas, a de psicólogo jurídico. Segundo o referido documento, o(a) psicólogo(a) jurídico(a) colabora, dentre outros, com

- (A) o âmbito jurídico.
- (B) o cumprimento e o rigor das leis.
- (C) a prevenção da violência.
- (D) o aumento da desigualdade.
- (E) o enriquecimento das famílias.

91. O Estatuto do Idoso, de acordo com o próprio documento, visa à regulamentação dos direitos assegurados das pessoas consideradas idosas. Essa categoria se refere a pessoas com idade igual ou superior a

- (A) 55 anos.
- (B) 60 anos.
- (C) 65 anos.
- (D) 70 anos.
- (E) 58 anos.

92. Preencha as lacunas e assinale a alternativa correta.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é possível afirmar que é considerada criança a pessoa com até ____ anos incompletos de idade, e adolescente quem apresentar de ____ anos a ____ anos de idade.

- (A) 14 / 16 / 19
- (B) 12 / 14 / 18
- (C) 10 / 12 / 19
- (D) 12 / 12 / 18
- (E) 10 / 10 / 18

93. Uma das disposições descritas no Estatuto da Pessoa com Deficiência se refere à avaliação da deficiência, a qual considera quatro itens. Dentre as seguintes alternativas, qual NÃO corresponde a um desses itens?

- (A) A volição que permeia o desenvolvimento de uma deficiência.
- (B) Os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo.
- (C) Os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais.
- (D) A limitação no desempenho de atividades.
- (E) A restrição de participação.

94. Uma das funções do profissional da Psicologia, nos diversos âmbitos em que está inserido, é a da Avaliação Psicológica. De acordo com a Resolução CFP nº 009/2018, que estabelece diretrizes para a realização da Avaliação Psicológica, é correto afirmar que a avaliação psicológica tem como objetivo

- (A) avaliar fenômenos psicológicos.
- (B) prover informações para a tomada de decisões.
- (C) classificar os diversos graus de inteligência.
- (D) produzir um laudo psicológico.
- (E) produzir um relatório psicológico.

95. Na situação de realização de uma perícia, é possível afirmar que há uma determinada estrutura específica para o trabalho pericial concernente às responsabilidades da Psicologia, descrita na Resolução CFP nº 008/2010. Considerando o exposto, quais são as funções possíveis dos profissionais da Psicologia na realização de uma perícia e qual é a relação entre essas funções?

- (A) Psicólogo Juiz e Psicólogo Perito – o Psicólogo Juiz tem autoridade sobre o Psicólogo Perito.
- (B) Psicólogo Perito e Psicólogo Assistente Técnico – não deve haver intervenção de um na dinâmica de trabalho do outro.
- (C) Psicólogo Perito e Psicólogo Assistente Técnico – o Psicólogo Perito tem autoridade sobre o Psicólogo Assistente Técnico.
- (D) Psicólogo Avaliador e Psicólogo Assistente Técnico – não deve haver intervenção de um na dinâmica de trabalho do outro.
- (E) Psicólogo Avaliador e Psicólogo Juiz – o Psicólogo Avaliador realiza uma avaliação psicológica para possibilitar a tomada de decisão do Psicólogo Juiz.

96. Acerca do grupo dos transtornos psicóticos, é possível indicar a esquizofrenia como um de seus principais representantes. Considerando os sintomas típicos da esquizofrenia, assinale a alternativa que apresenta três desses sintomas.

- (A) Instabilidade de humor, alucinações e discurso desorganizado.
- (B) Conversões, delírios e alucinações.
- (C) Compulsões alimentares, obsessões e delírios.
- (D) Discurso desorganizado, obsessões e alucinações.
- (E) Delírios, alucinações e discurso desorganizado.

97. Episódios de raiva, com agressões e falta de controle de impulsos, podem estar associados a alguns transtornos psicopatológicos. Em algumas situações mais específicas, eles podem ser respostas a eventos muito agudos e traumáticos que ocorreram e que geraram reações de medo e impotência. O enunciado refere-se a qual transtorno neurótico?

- (A) Transtorno de estresse pós-traumático.
- (B) Transtorno obsessivo-compulsivo.
- (C) Transtorno dissociativo.
- (D) Transtorno da personalidade.
- (E) Transtornos relacionados a substâncias.

98. Delírios paranoides podem ser sintomas da esquizofrenia paranoide, porém podem ocorrer também com o uso de substância. Dentre as seguintes alternativas, qual apresenta a substância que mais promove delírios paranoides?

- (A) Maconha.
- (B) Haxixe.
- (C) Cocaína.
- (D) LSD.
- (E) Álcool.

99. O impulso de expor os genitais para uma pessoa desavisada pode caracterizar uma parafilia, mais precisamente o exibicionismo. Quais características, dentre as seguintes alternativas, indicam se tratar de uma parafilia e não de um ato experimental?

- (A) Ser recorrente e compulsivo.
- (B) Ser compulsivo e prazeroso.
- (C) Ser exibicionista e masoquista.
- (D) Estar associada à esquizofrenia.
- (E) Ser compulsivo e obsessivo.

100. O conceito de normalidade é de difícil definição e grande controvérsia. Do mesmo modo, é importante, por exemplo, para o estabelecimento de políticas assistenciais. Um modo possível de definição é o estabelecimento de critérios. Qual, dentre os seguintes critérios, NÃO pode ser classificado como um critério de definição de normalidade?

- (A) Normalidade como ausência de doença.
- (B) Normalidade ideal.
- (C) Normalidade como excelência.
- (D) Normalidade estatística.
- (E) Normalidade como bem-estar.

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EDITAL Nº 001/2018 - PCES
NÍVEL SUPERIOR

**PERITO OFICIAL CRIMINAL - ÁREA 8 - CIÊNCIAS
ECONÔMICAS, DIREITO OU PSICOLOGIA**

Nome do Candidato _____

Inscrição _____

**Composição do Caderno**

Língua Portuguesa	01 a 15
Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações	16 a 20
Noções de Direito Administrativo	21 a 30
Noções de Direito Processual Penal	31 a 40
Noções de Direito Penal	41 a 50
Conhecimentos Específicos	51 a 100

**Instruções**

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
3. O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
6. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
7. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

MANHÃ**PROVA
04**

LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

Língua Portuguesa

Utilize o Texto I para responder as questões de 01 a 11

Dicas de Segurança: Em casa

- Em sua residência, ao atender um chamado, certifique-se de quem se trata, antes mesmo de atendê-lo. Em caso de suspeita, chame a Polícia.
- À noite, ao chegar em casa, observe se há pessoas suspeitas próximas à residência. Caso haja suspeita, não estacione; ligue para a polícia e aguarde a sua chegada.
- Não mantenha muito dinheiro em casa e nem armas e joias de muito valor.
- Quando for tirar cópias de suas chaves, escolha chaveiros que trabalhem longe de sua casa. Dê preferência a profissionais estabelecidos e que tenham seus telefones no catálogo telefônico.
- Evite deixar seus filhos em casa de colegas e amigos sem a presença de um adulto responsável.
- Cuidado com pessoas estranhas que podem usar crianças e empregadas para obter informações sobre sua rotina diária.
- Cheque sempre as referências de empregados domésticos (saiba o endereço de sua residência).
- Utilize trancas e fechaduras de qualidade para evitar acesso inoportuno. O uso de fechaduras auxiliares dificulta o trabalho dos ladrões.
- Não deixe luzes acesas durante o dia. Isso significa que não há ninguém em casa.
- Quando possível, deixe alguma pessoa de sua confiança vigiando sua casa. Utilize, se necessário, seu vizinho, solicitando-lhe que recolha suas correspondências e receba seus jornais quando inevitável.
- Ao viajar, suspenda a entrega de jornais e revistas.
- Não coloque cadeados do lado de fora do portão. Isso costuma ser um sinal de que o morador está viajando.
- Cheque a identidade de entregadores, técnicos de telefone ou de aparelhos elétricos.
- Insista com seus filhos: eles devem informar sempre onde estarão, se vão se atrasar ou se

forem para a casa de algum amigo. É muito importante dispor de todos os telefones onde é possível localizá-los.

- Verifique se as portas e janelas estão devidamente trancadas e jamais avise a estranhos que você não vai estar em casa.

Adaptado de <https://sesp.es.gov.br/em-casa>. Acesso em: 30/jan./2019.

1. Assinale a alternativa cujo conectivo apresentado relaciona corretamente as seguintes frases, preservando-lhes o sentido: “Não deixe luzes acesas durante o dia. Isso significa que não há ninguém em casa.”

- (A) Porque.
- (B) Embora.
- (C) Também.
- (D) Contudo.
- (E) Portanto.

2. Assinale a alternativa em que a palavra seja formada por prefixação.

- (A) Entregadores.
- (B) Estranhos.
- (C) Fechaduras.
- (D) Inoportuna.
- (E) Chaveiro.

3. No excerto “[...] jamais avise a estranhos que você não estará em casa.”, será obrigatório o uso do sinal indicativo da crase, no caso de o termo em destaque ser substituído por

- (A) vizinhos da rua.
- (B) vizinhança toda.
- (C) entregadores.
- (D) cobradores.
- (E) quem quer que seja.

4. O texto de apoio, por caracterizar-se como uma lista de instruções ao público-alvo, apresenta, predominantemente, o discurso

- (A) argumentativo.
- (B) narrativo.
- (C) relatado.
- (D) injuntivo.
- (E) preditivo.

5. Considere o trecho “Caso haja suspeita, não estacione; ligue para a polícia e aguarde a sua chegada.” e assinale a opção correta quanto ao uso de pontuações alternativas.
- (A) Caso haja suspeita. Não estacione, ligue para a polícia e aguarde a sua chegada.
(B) Caso haja suspeita, não estacione; ligue para a polícia, e aguarde a sua chegada.
(C) Caso haja suspeita, não estacione. Ligue para a polícia e aguarde a sua chegada.
(D) Caso haja suspeita, não estacione, ligue para a polícia, e aguarde a sua chegada!
(E) Caso haja suspeita; não estacione. Ligue para a polícia! (e aguarde a sua chegada).
6. Assinale a alternativa em que as duas palavras são acentuadas de acordo com a mesma regra.
- (A) Elétricos – possível.
(B) Convém – dê.
(C) Estará – técnicos.
(D) Residência – cópias.
(E) Polícia – localizá-los.
7. Assinale a alternativa em que a locução verbal em destaque pode ser substituída pelo verbo principal conjugado no mesmo tempo e modo verbal da locução, sem modificar o sentido da oração.
- (A) “Cuidado com pessoas estranhas que podem usar crianças [...] para obter informações sobre sua rotina diária.”
(B) “[...] jamais avise a estranhos que você não vai estar em casa.”
(C) “[...] eles devem informar sempre onde estarão [...]”
(D) “Antes de sair, você precisa verificar se as portas e janelas estão devidamente trancadas [...]”
(E) “Isso costuma ser um sinal de que o morador está viajando.”
8. A acentuação é de suma importância ao entendimento do texto. Nesse sentido, assinale a alternativa em que a retirada dos acentos gráficos não configura erro isoladamente, mas pode gerar alterações no sentido ou na classe das palavras, quando em um texto.
- (A) Polícia – cópias.
(B) Telefônico – está.
(C) Residência – dê.
(D) Domésticos – catálogo.
(E) Responsável – possível.
9. Todas as frases que seguem apresentam oração subordinada temporal, EXCETO
- (A) “Ao viajar, suspenda a entrega de jornais e revistas.”
(B) “Quando for tirar cópias de suas chaves, escolha chaveiros que trabalhem longe de sua casa.”
(C) “Em sua residência, ao atender um chamado, certifique-se de quem se trata.”
(D) “Caso haja suspeita, não estacione; ligue para a polícia e aguarde a sua chegada.”
(E) “À noite, ao chegar em casa, observe se há pessoas suspeitas próximas à residência.”
10. Considerando as regras de regência e de colocação pronominal, assinale a alternativa redigida corretamente.
- (A) Lembre-se de suspender a entrega de jornais e revistas.
(B) Lembre da suspensão da entrega de jornais e revistas.
(C) Não esqueça-se de trancar portas e janelas.
(D) Não esqueça de trancar portas e janelas.
(E) É mais preferível pedir que o vizinho recolha as correspondências do que suspender sua entrega.
11. No trecho “Seus filhos devem informar sempre [...] se vão se atrasar [...]”, os termos em destaque classificam-se, respectivamente, como
- (A) conjunção subordinativa causal – partícula de realce.
(B) pronome apassivador – conjunção subordinativa condicional.
(C) conjunção subordinativa conformativa – pronome apassivador.
(D) pronome reflexivo – conjunção integrante.
(E) conjunção integrante – pronome reflexivo.

Utilize o Texto II para responder as questões de 12 a 15



Disponível em: <www.jobbj.blogspot.com/2016/01/calvin-e-manipulacao-da-midia.html>. Acesso em: 10/fev./2019.

12. Em relação aos sentidos construídos pela tirinha, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O sacrifício feito com o cérebro representa a renúncia à racionalidade e à individualidade.
- (B) No primeiro quadro, os motivos de agradecimento constituem uma gradação.
- (C) Sem os adjetivos, a crítica da tirinha não seria construída.
- (D) Os agradecimentos feitos por Calvin constroem o humor do texto, por meio da ironia a comportamentos alienantes.
- (E) A relação estabelecida entre a tigela de tapioca morna e o cérebro alude à falta de criticidade do ser humano.

13. Quanto às escolhas lexicais no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O pronome demonstrativo “esta” está inadequado por ter função anafórica.
- (B) No segundo quadrinho, “obrigado” deveria estar flexionado no feminino para concordar com “artificialidade das soluções rápidas”.
- (C) O termo “poderoso da mídia de massa” classifica-se como um aposto.
- (D) Por se tratar de um gênero textual informal, a linguagem utilizada por Calvin é inadequada.
- (E) O pronome demonstrativo “esta” é adequado por fazer referência espacial a um objeto próximo do falante.

14. Assinale a alternativa que analisa corretamente o valor semântico das expressões em destaque, nos excertos que seguem.

- (A) “[...] obrigado por elevar a emoção[...]” – consequência.
- (B) “[...] obrigado por [...] reduzir o pensamento[...]” – lugar.
- (C) “Obrigado pela artificialidade das soluções rápidas [...]” – condição.
- (D) “[...] manipulação traíçoeira dos desejos humanos para fins comerciais – finalidade.
- (E) “Mantenha sua luz oscilante para sempre.” – lugar.

15. Em “Esta tigela de tapioca morna representa meu cérebro.”, ocorre voz ativa. Passando-se a oração para a voz passiva, tem-se

- (A) “Representam meu cérebro em uma tigela de tapioca morna.”.
- (B) “Representa-se esta tigela de tapioca morna pelo meu cérebro.”.
- (C) “Nesta tigela de tapioca morna, meu cérebro é representado.”.
- (D) “No meu cérebro, representam-se tigelas de tapiocas mornas.”.
- (E) “Meu cérebro é representado por esta tigela de tapioca morna.”.

Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações

16. A respeito das penas disciplinares, assinale a alternativa correta.

- (A) Para aplicação da pena disciplinar, não serão considerados os danos ao serviço público decorrentes da transgressão.
- (B) São penas disciplinares previstas no Estatuto dos Funcionários Policiais do Espírito Santo, dentre outras, a advertência, a suspensão, a demissão e a prisão administrativa por período não superior a 30 dias.
- (C) A comprovação de motivo de força maior para prática da agressão é causa atenuante da pena.
- (D) A aplicação das penas de suspensão até 60 dias, de destituição de função, de alteração compulsória de localização e de advertência será precedida de investigação sumária.
- (E) O fato de o funcionário policial haver cometido a infração sob a influência de violenta emoção provocada por ato injusto de terceiros é causa de justificação da transgressão.

17. A respeito do ato de reintegração, é correto afirmar que

- (A) a reintegração somente será possível por meio de determinação constante em sentença judicial.
- (B) a reintegração é o reingresso do funcionário policial afastado do serviço público, com pleno ressarcimento dos vencimentos, direitos e vantagens ligados ao cargo.
- (C) é dispensada a inspeção médica especializada no funcionário policial reintegrado.
- (D) o funcionário policial que for considerado incapaz ou inválido será readaptado.
- (E) não sendo possível a reintegração do funcionário policial, ele será aposentado, com a remuneração do cargo.

18. São prerrogativas dos funcionários policiais, EXCETO

- (A) portar armas, mediante autorização do órgão competente.
- (B) o desempenho de cargos e funções compatíveis com a sua condição hierárquica.
- (C) o uso de insígnia e identificação funcional, somente quando estiver em serviço.

- (D) assistência jurídica prestada pelo Estado, quando submetido a processo em juízo em razão do exercício do cargo.
- (E) assistência médico-hospitalar às expensas do Estado, quando ferido ou acidentado em serviço.

19. A respeito dos vencimentos, remuneração e descontos dos funcionários policiais, assinale a alternativa correta.

- (A) Remuneração é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo, fixada em lei.
- (B) Vencimento é a retribuição que representa a totalidade do ganho.
- (C) O funcionário policial não perderá o vencimento ou a remuneração quando no exercício de mandato eletivo federal ou estadual.
- (D) Serão descontadas dos vencimentos do funcionário policial as faltas destinadas ao seu casamento, ainda que limitadas a oito dias consecutivos.
- (E) A exoneração e a demissão do funcionário policial em débito para com a Fazenda Pública implicarão na inscrição da quantia devida em dívida ativa.

20. Assinale a alternativa correta a respeito da ajuda de custo e das diárias do funcionário policial.

- (A) É considerada falta grave conceder diárias com o objetivo de remunerar serviços ou encargos outros ou recebê-las com a violação das normas específicas constantes no Estatuto da categoria.
- (B) Será concedida ajuda de custo ao funcionário policial que se deslocar da sede em objeto de serviço, para indenização de despesa de alimentação e pousada.
- (C) Será concedida diária ao funcionário policial, ainda que o deslocamento constitua exigência permanente do cargo.
- (D) Não é autorizada a cumulação da percepção de ajuda de custo e diárias.
- (E) A ajuda de custo, em hipótese alguma, será paga antecipadamente.

Noções de Direito Administrativo

21. O poder conferido à Administração para restringir, frenar, condicionar, limitar o exercício de direitos e atividades econômicas dos particulares, a fim de preservar os interesses da coletividade, denomina-se

- (A) Poder Regulamentar.
- (B) Poder Normativo.
- (C) Poder de Polícia.
- (D) Poder Vinculado.
- (E) Poder Discricionário.

22. A Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, do Estado do Espírito Santo, disciplina os casos em que se dará a VACÂNCIA, a qual ocorrerá EXCETO no caso de

- (A) Ascensão.
- (B) Exoneração.
- (C) Destituição de Cargo em Comissão.
- (D) Aposentadoria.
- (E) Demissão.

23. De acordo com a Teoria dos Atos Administrativos, o requisito de validade do ato, discricionário e que consiste na “situação fática ou jurídica cuja ocorrência autoriza ou determina a prática do ato”, denomina-se

- (A) Competência.
- (B) Finalidade.
- (C) Objeto.
- (D) Forma.
- (E) Motivo.

24. Tendo como base a Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, do Estado do Espírito Santo, assinale a alternativa INCORRETA no que se refere aos direitos e vantagens do servidor do Estado do Espírito Santo.

- (A) Os vencimentos dos servidores públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário são idênticos para cargo de atribuições iguais ou semelhantes, observando-se, como parâmetro, aqueles atribuídos aos servidores do Poder Executivo.
- (B) O menor vencimento atribuído aos cargos de carreira não poderá ser inferior a um trinta avos do maior vencimento.
- (C) O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de cinquenta por cento em relação à hora normal de trabalho.

(D) Por ocasião das férias do servidor público, ser-lhe-á devido um adicional de um terço da remuneração percebida no mês em que se iniciar o período de fruição.

(E) Constituem indenizações ao servidor público a ajuda de custo, as diárias e o auxílio-transporte.

25. Assinale a alternativa que corresponda a um órgão/entidade que pertença à Administração Pública Direta.

- (A) Agência Reguladora.
- (B) Agência Executiva.
- (C) Departamento de Estradas e Rodagens – DER.
- (D) Secretaria do Tesouro Nacional.
- (E) Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ.

26. Qual dos seguintes órgãos NÃO está vinculado ao Poder Judiciário?

- (A) Superior Tribunal Militar – STM.
- (B) Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
- (C) Tribunal de Contas da União – TCU.
- (D) Tribunal Superior Eleitoral – TSE.
- (E) Tribunal Superior do Trabalho – TST.

27. Dentro da organização da Administração Pública, pode-se conceituar o processo de desconcentração como

- (A) a distribuição de competências entre órgãos dentro da mesma pessoa jurídica, a fim de permitir o mais adequado e racional desempenho das atividades estatais.
- (B) o fenômeno inerente à Administração Indireta, que consiste na criação de entidades para atividades de fiscalização e regulação de um determinado setor.
- (C) a prestação de serviço ao Poder Público, por meio de contrato de gestão ou termo de parceria com empresas do setor privado.
- (D) a transferência de poderes e atribuições para um sujeito distinto e autônomo do ente federativo criador.
- (E) o ato de criação de pessoas jurídicas meramente administrativas, sem a característica de ente político.

28. A seguinte definição: “Pessoa jurídica de direito privado administrada exclusivamente pelo poder público, instituída por um ente estatal, com a finalidade prevista em lei e sendo de propriedade única do Estado.” se refere

- (A) a entes do sistema “S”.
- (B) à Fundação Pública.
- (C) à Sociedade de Economia Mista.

- (D) à Empresa Pública.
- (E) à Agência Reguladora.

29. O princípio pelo qual a Administração Pública exerce controle sobre seus próprios atos, tendo a possibilidade de anular os ilegais e de revogar os inoportunos, denomina-se

- (A) Princípio da Legalidade.
- (B) Princípio da Autotutela.
- (C) Princípio da Motivação dos Atos Administrativos.
- (D) Princípio da Continuidade Administrativa.
- (E) Princípio da Moralidade Administrativa.

30. O desdobramento do Poder Hierárquico pelo qual o agente superior detém a prerrogativa para o exercício de competência de atribuições originárias de seus subalternos denomina-se

- (A) Poder Disciplinar.
- (B) Avocação.
- (C) Delegação.
- (D) Subordinação.
- (E) Poder Regulamentar.

Noções de Direito Processual Penal

31. O direito de ação penal é o direito público subjetivo de se pedir ao Estado-Juiz a aplicação do direito penal objetivo a um caso concreto. Sobre a ação penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A representação é retratável até o recebimento da denúncia pelo Juízo.
- (B) A ação penal, nas contravenções, só será iniciada com o auto de prisão em flagrante.
- (C) Ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo, caberá intentar a ação pública subsidiária da pública.
- (D) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.
- (E) As fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas não poderão exercer a ação penal.

32. Sobre o direito de queixa e representação condicionantes da ação penal, vigora no Código de Processo Penal qual das seguintes regras?

- (A) O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.
- (B) O órgão do Ministério Público não poderá dispensar o inquérito, ainda que, com a representação, forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal.
- (C) O Ministério Público não poderá desistir da ação penal pública condicionada já recebida pelo Juízo.
- (D) A queixa, quando a ação penal for privativa do ofendido, jamais poderá ser aditada pelo Ministério Público.
- (E) Não existe perempção na ação penal privada.

33. Sobre jurisdição e competência, assinale a alternativa integralmente de acordo com o que prescreve o Código de Processo Penal.

- (A) A distribuição dos autos jamais será determinante para a fixação da competência jurisdicional.
- (B) A competência será, de regra, determinada pela natureza da infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- (C) Compete ao Tribunal do Júri o julgamento de todos os crimes contra a vida previstos no Código Penal, consumados ou tentados.
- (D) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pela prerrogativa de função.
- (E) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.

34. Jurisdição é o poder atribuído, constitucionalmente, ao Estado para aplicar a lei ao caso concreto, compondo litígios e resolvendo conflitos. Sobre a temática da competência jurisdicional, assinale a alternativa correta.

- (A) Continência significa o liame existente entre infrações, cometidas em situações de tempo e lugar que as tornem indissociáveis, bem como a união entre delitos, uns cometidos para, de alguma forma, propiciar, fundamentar ou assegurar outros, além de poder ser o cometimento de atos criminosos de vários agentes reciprocamente.
- (B) A conexão e a continência não são ordinariamente consideradas causas suficientes para a modificação da competência.
- (C) Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação.
- (D) No concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência deste.
- (E) A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento inclusive no concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores (vara da infância e juventude).

35. A respeito das competências por prevenção e prerrogativa de função, assinale a alternativa correta.

- (A) Caso um juiz decida um *habeas corpus* impetrado contra delegado que estaria constringendo ilegalmente algum suspeito, torna-se ele prevento para decidir o processo futuramente instaurado.
- (B) Verificar-se-á a competência por prevenção toda vez que, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a este relativa, ainda que anterior ao oferecimento da denúncia ou da queixa.
- (C) Competirá, originariamente, aos Tribunais Regionais Federais o julgamento dos advogados públicos dos Estados ou Territórios.

- (D) Ao Supremo Tribunal Federal, competirá, privativamente, processar e julgar os governadores dos Estados.
- (E) A competência pela prerrogativa de função é tão somente dos tribunais superiores (STF, STJ, TST, STM e TSE), relativamente às pessoas que devam responder perante eles por crimes comuns e de responsabilidade.

36. Sobre o rito especial dos processos sobre crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, o que prescreve o direito processual penal brasileiro?

- (A) Nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, competirá o processo e julgamento aos juízes leigos até o recebimento da denúncia.
- (B) Se não for conhecida a residência do acusado, ou este se achar fora da jurisdição do juiz, ser-lhe-á nomeado advogado público filiado à procuradoria respectiva ao ente federativo, a quem caberá apresentar o pedido de suspensão dos autos até a devida citação.
- (C) A resposta não poderá ser instruída com documentos e justificações, mas tão somente com a indicação de eventuais testemunhas abonatórias.
- (D) Na instrução criminal dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos e nos demais termos desse tipo de processo, observar-se-á o disposto nos capítulos do Código de Processo Penal relativos após processos de rito comum.
- (E) O Juízo não poderá rejeitar a denúncia antes que se efetive a fase instrutória do processo penal com o interrogatório do réu.

37. Acerca do inquérito policial brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) A presidência da investigação de natureza criminal é privativa da polícia judiciária.
- (B) É permitido ao Ministério Público conduzir o inquérito policial como autoridade máxima.
- (C) A autoridade policial pode contrariar a moralidade ou a ordem pública na reprodução simulada de fatos concernentes a crimes contra a dignidade sexual.
- (D) A competência de apuração das infrações penais e da sua autoria não excluirá a de outras autoridades administrativas que não a polícia judiciária, a quem, por lei, seja cometida a mesma função.
- (E) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito, caberá recurso para o Tribunal Regional Federal.

38. Sobre os prazos e demais disposições comuns sobre o inquérito policial brasileiro, é correto afirmar que

- (A) o inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão.
- (B) os prazos de término do inquérito policial são disciplinados unicamente pelo Código de Processo Penal.
- (C) os prazos comuns do inquérito policial devem findar rigorosamente em 15 dias úteis.
- (D) o inquérito deverá terminar no prazo de 90 dias, quando o indiciado estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- (E) os prazos do inquérito policial contar-se-ão em dias úteis, contado o prazo do dia inicial e descontado o prazo do dia derradeiro.

39. Nos crimes de ação penal pública,

- (A) o inquérito policial será iniciado a requerimento do ofendido ou de seu procurador, excluídos os seus descendentes.
- (B) o requerimento do ofendido deverá conter imprescindivelmente a narração do fato, com todas as circunstâncias.
- (C) o inquérito policial será iniciado mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.
- (D) o inquérito policial poderá ser iniciado ainda que a ação pública dependa de representação, estando ela inicialmente ausente.
- (E) o inquérito policial não poderá extrapolar o prazo de 30 dias corridos quando se tratar de indiciados soltos, ainda que a autoridade policial requeira dilação.

40. O interesse de agir da ação penal deve ser analisado sob três aspectos distintos: a necessidade de obtenção da tutela jurisdicional pleiteada; a adequação entre o pedido e a proteção jurisdicional que se pretende obter; e a utilidade, que se traduz na eficácia da atividade jurisdicional para satisfazer o interesse do autor. Sobre essa temática, assinale a alternativa correta.

- (A) A obrigatoriedade de oferecer a denúncia significa que, em sede de alegações orais (ou de memoriais), o Ministério Público estará sempre objetivamente obrigado a pedir a condenação do acusado.

- (B) A utilidade consiste no ajustamento da providência judicial requerida à solução do conflito subjacente ao pedido.
- (C) A representação do ofendido, nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, não é uma condição da ação penal.
- (D) Por força do princípio da obrigatoriedade, reservam-se aos órgãos persecutórios criminais todo e qualquer critério político ou de utilidade social para decidir se atuarão ou não.
- (E) A "justa causa" é o suporte probatório mínimo (em regra constituído no inquérito policial) que deve lastrear toda e qualquer acusação penal.

Noções de Direito Penal

41. A conduta de deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos, configura

- (A) crime de abuso de autoridade, previsto na Lei nº 4.898/1965.
- (B) crime contra a administração pública, previsto no Código Penal.
- (C) crime contra a ordem tributária, previsto na Lei nº 8.137/1990.
- (D) crime previsto na Lei nº 11.343/2006 (Lei Antidrogas).
- (E) crime hediondo, previsto na Lei nº 8.072/1990.

42. Nos termos do artigo 107 do Código Penal, extingue-se a punibilidade

- (A) pela anistia, mas não pela graça ou indulto.
- (B) pelo perdão aceito, nos crimes de ação penal pública.
- (C) pela prescrição e decadência, mas não pela perempção.
- (D) pela retroatividade de lei que não mais considera o fato criminoso.
- (E) pela retratação do agente, em qualquer delito contra o patrimônio.

43. De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução, mas não os efeitos penais da sentença condenatória.
- (B) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, exceto se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- (C) Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.
- (D) Considera-se praticado o crime no momento em que o agente atinge o resultado pretendido.
- (E) Em nenhuma situação, a lei brasileira pode ser aplicada aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada.

44. Considerando as disposições do Código Penal em relação ao concurso de pessoas, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- (B) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.
- (C) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
- (D) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, ainda que elementares do crime.
- (E) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

45. De acordo com a Lei nº 8.072/1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras

providências, assinale a alternativa correta.

- (A) É considerado crime hediondo o homicídio, quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, exceto se cometido por um só agente.
- (B) Não é considerado hediondo o crime de epidemia com resultado morte.
- (C) Não é considerado hediondo o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.
- (D) É considerado hediondo o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.
- (E) Não é considerado hediondo o crime de homicídio qualificado.

46. Em relação aos crimes contra a Administração Pública, é correto afirmar que

- (A) não se equipara a funcionário público, para os efeitos penais, quem exerce emprego em entidade paraestatal.
- (B) o funcionário público que deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, para satisfazer sentimento pessoal, pratica o crime de condescendência criminosa.
- (C) no crime de corrupção passiva, a pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.
- (D) pratica o delito de prevaricação o funcionário público que deixar, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.
- (E) não constitui crime contra a Administração Pública abandonar cargo público, fora dos casos permitidos em lei.

47. Segundo dispõe o artigo 7º, inciso I, do Código Penal, fica sujeito à lei brasileira, embora cometido no estrangeiro, o crime

- (A) de genocídio, ainda que o agente seja estrangeiro e não resida no Brasil.
- (B) contra o patrimônio do Presidente da República.
- (C) contra a liberdade de Ministro das Relações Exteriores.
- (D) contra o patrimônio de fundação instituída pelo Poder Público.
- (E) contra a vida de empregado de Sociedade de Economia Mista.

48. O agente que pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se, age amparado por qual causa excludente de ilicitude?

- (A) Legítima defesa.
- (B) Estado de necessidade.
- (C) Estricto cumprimento de dever legal.
- (D) Exercício regular de direito.
- (E) Consentimento do ofendido.

49. Um servidor público estadual apropriou-se de um computador, do qual tinha a posse em razão de seu cargo, a fim de entregá-lo como presente para sua esposa. Qual foi o delito praticado por esse servidor?

- (A) Furto.
- (B) Concussão.
- (C) Peculato.
- (D) Prevaricação.
- (E) Corrupção passiva.

50. Assinale a alternativa que apresenta crimes que admitem a forma culposa.

- (A) Homicídio, lesão corporal e emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- (B) Concussão, injúria e dano.
- (C) Prevaricação, homicídio e omissão de socorro.
- (D) Homicídio, lesão corporal e peculato.
- (E) Advocacia administrativa, dano e lesão corporal.

Conhecimentos Específicos

51. "Conjunto de pagamentos (ou recebimentos) de valor nominal igual, que se encontram dispostos em períodos de tempo constantes, ao longo de um fluxo de caixa". O enunciado refere-se ao conceito de

- (A) depreciação.
- (B) correção monetária.
- (C) série uniforme de capitais.
- (D) investimento de longo prazo.
- (E) crédito direto ao consumidor.

52. A respeito do cálculo financeiro em contextos inflacionários, assinale a alternativa que corresponde à indexação de valores.

- (A) IPCA.
- (B) Correção dos valores nominais de uma data, em moeda representativa de mesmo poder de compra em momento posterior.
- (C) Somatório do valor atual do desconto racional composto de cada parcela da anuidade.
- (D) Devolução do principal em parcelas desiguais.
- (E) Misto entre o Sistema Francês de Amortização e o Sistema de Amortização Constante.

53. Dentre os seguintes índices, qual tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias com rendimentos de 1 a 40 salários mínimos?

- (A) IPCA.
- (B) IGP.
- (C) IPC.
- (D) IPP.
- (E) IPCH.

54. A respeito da alavancagem operacional, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A alavancagem operacional consiste na promoção do crescimento das vendas a fim de aumentar o lucro bruto do negócio, mantendo os custos fixos.
- (B) A medida da alavancagem operacional se dá pela proporção entre os custos fixos e os custos variáveis.
- (C) A alavancagem operacional pode funcionar como instrumento para que as empresas criem novos produtos e aumentem suas vendas.
- (D) Se a organização tiver uma alavancagem operacional e financeira boa, pequenas alterações nas vendas resultarão em grandes flutuações na lucratividade.
- (E) A diferença básica entre alavancagem operacional e financeira é que, enquanto a alavancagem operacional avalia o efeito das despesas com juros, a financeira mede o efeito dos custos fixos.

55. Em relação ao elemento que diferencia o fluxo de caixa e o custo de produção, assinale a alternativa correta.

- (A) O fluxo de caixa evidenciará somente as entradas operacionais, enquanto o custo de produção considera especificamente os juros sobre o capital investido.
- (B) O Sistema de Amortização Constante é o que diferencia o fluxo de caixa e o custo de produção.
- (C) O fluxo de caixa indica a relação das entradas e saídas financeiras. No custo de produção, são apropriados apenas a depreciação e os juros sobre o capital investido.
- (D) O índice que irá corrigir a inflação do período é o que diferencia o fluxo de caixa e o custo de produção.
- (E) O tipo de série uniforme a ser utilizado para o cálculo de ambos agregados é o que diferencia o fluxo de caixa e o custo de produção.

56. A respeito do Valor Presente Líquido (VPL), assinale a alternativa INCORRETA.

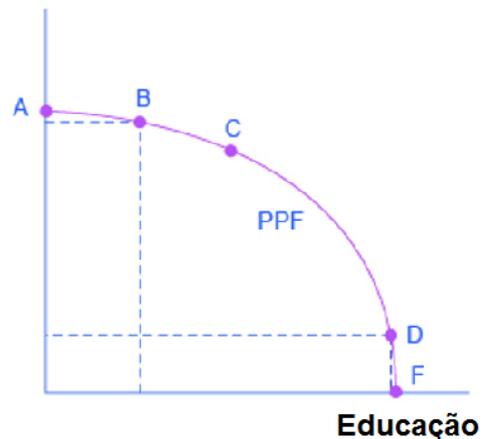
- (A) O VPL consiste na concentração de todos os valores esperados de um fluxo de caixa na data zero.
- (B) A taxa de juros que é descontada no cálculo do VPL corresponde ao custo de capital, também chamado de custo de oportunidade.
- (C) A taxa de desconto utilizada no cálculo do VPL deve refletir o valor do dinheiro no tempo, o custo de capital e o risco do projeto.
- (D) Se o VPL é menor que 0, recomenda-se o investimento no projeto.
- (E) O VPL é calculado subtraindo o valor presente do fluxo de caixa projetado (VP) do investimento inicial.

57. Assinale a alternativa que apresenta o conceito de preços macroeconômicos.

- (A) Constituem-se, integralmente, pelas taxas de salários.
- (B) Contemplam os preços de um determinado mercado que opera em concorrência perfeita.
- (C) Afetam, sem exceção, todos os setores e decisões de investimento em uma economia.
- (D) Representam, exclusivamente, a demanda agregada externa.
- (E) São determinados pela taxa de lucro vigente em uma dada economia.

58. O seguinte gráfico ilustra uma fronteira de possibilidades de produção de Assistência médica x Educação.

Assistência médica



Considerando o gráfico, o que ocorreu no ponto "F"?

- (A) A sociedade hipotética alocou todos os seus recursos em assistência médica.
- (B) A sociedade hipotética alocou todos os seus recursos em educação.
- (C) A sociedade hipotética tem recursos suficientes para produzir uma combinação de assistência médica e educação que seja fora da fronteira de possibilidades de produção.
- (D) A sociedade hipotética não alocou seus recursos.
- (E) A sociedade hipotética alocou 50% dos seus recursos em assistência médica e 50% em educação.

59. Assinale a alternativa que apresenta o que relaciona a quantidade demandada de um bem com o nível de renda, *coeteris paribus*.

- (A) Cesta de Consumo.
- (B) Isocusto.
- (C) Bens de Giffen.
- (D) Curva de Engel.
- (E) Curva de Oferta.

60. *Coeteris paribus*, quando ocorre uma mudança no preço do papel A4, de forma a alterar o poder de compra do consumidor (Estado), tal mudança de consumo que daí resulta intitula-se

- (A) efeito de longo-prazo.
- (B) efeito crawling-peg.
- (C) efeito-preço constante.
- (D) efeito Oliveira-Tanzi.
- (E) efeito-renda.

- 61. A respeito da Teoria do Consumidor e a Escolha Ótima, assinale a alternativa correta.**
- (A) No ponto ótimo, a curva de indiferença não pode se cruzar com a reta orçamentária.
 - (B) A escolha ótima corresponderá à cesta ofertada pelo consumidor.
 - (C) Se ambos os bens são normais, a curva de renda-consumo tem inclinação negativa.
 - (D) No ponto ótimo, a curva de indiferença se cruza com a reta orçamentária.
 - (E) As preferências não são homotéticas se todas as curvas de indiferença são relacionadas por expansões proporcionais ao longo de raios.
- 62. "É aquele que poderia ser alcançado e sustentado no futuro, usando-se eficiente e plenamente os fatores de produção ao longo do tempo.". O enunciado refere-se à definição de**
- (A) hiato do produto.
 - (B) PIB real.
 - (C) preço nominal.
 - (D) produto potencial.
 - (E) PIB *per capita*.
- 63. Considerando as relações de uma economia com o "Resto do Mundo", assinale a alternativa que apresenta a identidade macroeconômica básica.**
- (A) $I = S_p + S_g + S_e$
 - (B) $I = S_p + S_g$
 - (C) $I = S_p + S_e$
 - (D) $I = S_p$
 - (E) $I = S_g + S_e$
- 64. Em Política Monetária, *coeteris paribus*, o que ocorre quando o Banco Central aumenta o nível das reservas bancárias?**
- (A) Empréstimos de liquidez.
 - (B) Diminuição da oferta de moeda.
 - (C) Taxa de redesconto.
 - (D) Aumento da taxa de câmbio real.
 - (E) Redução dos gastos do governo.
- 65. Qual é a taxa de juros de um capital de R\$ 10.000.000,00 que foi aplicado durante 7 meses e rendeu juros de R\$ 140.000,00?**
- (A) 0,1% a.m.
 - (B) 1,4% a.m.
 - (C) 0,7% a.m.
 - (D) 2% a.m.
 - (E) 0,2% a.m.
- 66. A Lei nº 8.072/1990 dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. A respeito dos Crimes Hediondos, assinale a alternativa correta.**
- (A) A pena imposta pelo cometimento de crime hediondo deverá ser cumprida inicialmente em regime fechado ou semiaberto, mediante decisão fundamentada do Juiz.
 - (B) O crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, tentado ou consumado, também é considerado crime hediondo, contudo o de posse ilegal de arma de fogo de uso restrito, não.
 - (C) Os crimes hediondos são insuscetíveis de anistia, graça e fiança, porém são suscetíveis de indulto.
 - (D) A epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º, do Código Penal) é considerada crime hediondo.
 - (E) Em caso de sentença condenatória de crime hediondo, o réu não poderá recorrer em liberdade.

67. Os casos que constituem abuso de autoridade, a forma de exercício do direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal estão regulados pela Lei nº 4.898/1965. Com base no que dispõe a referida lei, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Constitui abuso de autoridade qualquer atentado aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício do voto.
- (B) O abuso de autoridade sujeitará o seu autor à sanção administrativa, além da civil e penal, a qual poderá consistir em advertência, destituição de função, demissão, perda do cargo e a inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública por prazo de três anos.
- (C) Quando o abuso for cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar, de qualquer categoria, poderá ser cominada a pena autônoma ou acessória, de não poder o acusado exercer funções de natureza policial ou militar no município da culpa, por prazo de um a cinco anos.
- (D) Considera-se autoridade, para os efeitos dessa lei, quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, ou militar, ainda que transitoriamente e sem remuneração.
- (E) O inquérito administrativo obedecerá às normas estabelecidas nas leis municipais, estaduais ou federais, civis ou militares, que estabeleçam o respectivo processo.

68. A respeito dos Crimes de Tortura, regulados pela Lei nº 9.455/1997, assinale a alternativa correta.

- (A) A pena prevista para o crime de tortura consistente em submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo, é de reclusão de dois a cinco anos.
- (B) A pena prevista para aquele que se omite em face de condutas que caracterizam crimes de tortura, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, é de um a três anos.
- (C) O agente público que pratica uma das condutas que caracterizam crimes de tortura terá a pena aumentada em dois terços.
- (D) O agente público condenado por crime de tortura perderá o cargo, função ou emprego público e sofrerá interdição para

seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

- (E) O crime de tortura é insuscetível de fiança ou graça, mas é suscetível de anistia.

69. Com base na Lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, assinale a alternativa correta.

- (A) Subtrair criança ou adolescente do poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto, constitui crime punido com pena de detenção de dois a cinco anos, e multa.
- (B) A autoridade judiciária poderá aplicar medida socioeducativa ainda que o ato praticado pelo adolescente não constitua ato infracional.
- (C) A sentença que deferir a adoção não produz efeito desde logo, devendo a apelação, em qualquer caso, ser recebida nos efeitos devolutivo e suspensivo.
- (D) Alguns dos crimes definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente são de ação penal pública condicionada à representação.
- (E) O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente.

70. O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência. O Juizado Especial Criminal está regulado pela Lei nº 9.099/1995. No que se refere ao Procedimento nos Juizados Especiais Criminais, segundo a referida Lei, é correto afirmar que

- (A) todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.
- (B) a sentença, que deverá conter o relatório, mencionará os elementos de convicção do Juiz.
- (C) em nenhuma hipótese poderá ser oferecida queixa oralmente.
- (D) da decisão de rejeição da denúncia ou queixa não caberá apelação.

- (E) em sede de Juizados Especiais Criminais não cabem Embargos de Declaração, em razão do princípio da celeridade processual que rege o procedimento.

71. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 22 de novembro de 1969, também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, foi incorporada ao Direito Brasileiro por meio do Decreto nº 678/1992. Segundo essa importante legislação internacional, é correto afirmar que

- (A) as penas privativas da liberdade devem ter por finalidade essencial a punição, a reforma e a readaptação social dos condenados.
(B) toda pessoa tem direito à nacionalidade do Estado em cujo território estiver domiciliada, se não tiver direito à outra.
(C) toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais.
(D) todo o acusado tem direito de defender-se, devendo, contudo, ser assistido por um defensor de sua escolha.
(E) em casos expressamente previstos em lei é autorizada a expulsão coletiva de estrangeiros.

72. Constitui(em) objetivo(s) fundamental(is) da República Federativa do Brasil previstos no artigo 3º da Constituição Federal:

- (A) erradicar a pobreza e o desemprego e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
(B) garantir o desenvolvimento cultural.
(C) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
(D) a irretroatividade da lei penal, salvo para beneficiar o réu.
(E) garantir o direito de propriedade.

73. No Brasil, a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, a segurança pública é exercida por quais órgãos?

- (A) Forças armadas, polícias federais, civis, militares e corpo de bombeiros.
(B) Polícias federais, civis, militares e corpo de bombeiros.

- (C) Ministério público, polícias federais, civis e militares.
(D) Ministério público, polícias federais, civis, militares e corpo de bombeiros.
(E) Forças armadas, polícias federais, civis e militares.

74. Para o Direito Administrativo, o princípio que determina privilégios jurídicos, sobrepondo o interesse público ao particular, privilegiando a administração pública em face dos administrados e garantindo à Administração Pública prerrogativas e obrigações não extensíveis aos administrados, é denominado

- (A) princípio da supremacia do interesse público.
(B) princípio da indisponibilidade do interesse público.
(C) princípio da legalidade.
(D) princípio da impessoalidade.
(E) princípio da moralidade.

75. Com fundamento na Lei nº 8.666/1993, que regulamenta as licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, sobre licitação, assinale a alternativa correta.

- (A) É indispensável a realização de licitação mesmo quando a União tiver de intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
(B) Em casos excepcionais, previstos em lei, à administração pública, é permitido descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha vinculada.
(C) A tomada de preços é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes em edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 dias.
(D) O procedimento licitatório caracteriza ato administrativo formal, independentemente da esfera da Administração Pública que o pratique.
(E) A concorrência e o leilão não são modalidades licitatórias.

76. Em relação aos Sindicatos, observada a legislação nacional a respeito da matéria, é correto afirmar que

- (A) é possível a criação de mais de um sindicato da mesma categoria em uma mesma base territorial.
- (B) os sindicatos não devem participar das negociações coletivas de trabalho da categoria que representam.
- (C) não há vedação à sindicalização dos militares.
- (D) é vedada, ao servidor público civil, a associação sindical.
- (E) segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, é livre a associação profissional ou sindical, observados os termos constitucionais.

77. Segundo a legislação processual trabalhista, a respeito dos Recursos na Justiça do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Os recursos são interpostos por simples petição.
- (B) A interposição do Recurso permite a execução provisória até a penhora, salvo exceções legais.
- (C) O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial.
- (D) Os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial devem proceder o depósito recursal.
- (E) Os recursos têm efeito meramente devolutivo, salvo exceções previstas em lei.

78. A respeito do Negócio Jurídico, assinale a alternativa correta.

- (A) Para ser válida, a declaração de vontade depende de forma especial, ainda que a lei não a exija.
- (B) A renúncia não deve ser interpretada de forma restrita.
- (C) O silêncio, por si só, não importa anuência, ainda que as circunstâncias ou os usos o autorizem e não seja necessária a declaração de vontade expressa.
- (D) A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico, ainda que seja relativa, ou cesse antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- (E) Para ser válido, o negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, determinado ou determinável e forma prescrita e não defesa em lei.

79. De acordo com o que dispõe a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei do país em que nasceu a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
- (B) Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país do comprador.
- (C) No Direito Brasileiro, não ocorre o fenômeno chamado de repristinação automática, ou seja, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência, salvo em caso de disposição específica nesse sentido.
- (D) A sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país de nacionalidade do defunto ou do desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens.
- (E) A competência da autoridade judiciária brasileira, para conhecer ações relativas a imóveis situados no Brasil, é relativa ou concorrente.

80. Júlio, no dia 25 de agosto de 2018, após muitas ameaças, invadiu o imóvel onde Roberto residia com sua família, localizado na cidade de São Paulo (SP), e o impediu de entrar no imóvel, trocando todas as fechaduras e mantendo a casa constantemente fechada. Durante a invasão, Júlio causou vários danos ao imóvel de Roberto. Com base no caso apresentado e nas disposições do Código de Processo Civil em vigor, sobre Ações Possessórias, assinale a alternativa correta.

- (A) O ato praticado por Júlio configura turbacão e enseja a propositura de Ação de Manutenção de Posse.
- (B) Caso Roberto ingresse com a Ação Possessória cabível, poderá cumular, ao pedido possessório, a condenação de Júlio à reparação por perdas e danos, pelos danos causados ao imóvel no ato da invasão.
- (C) Caso Roberto ingresse com o tipo de Ação Possessória incorreta para o caso, o Juiz deverá extinguir a Ação para que Roberto ingresse com a Ação adequada.
- (D) A Ação Possessória proposta por Roberto, no dia 05 de fevereiro de 2019, deverá seguir o Procedimento Comum.

- (E) Na petição inicial, Roberto não precisará provar a data do ato de invasão praticado por Júlio, já que esta não tem relevância jurídica para o processo.

81. Segundo o Código de Processo Civil em vigor, assinale a alternativa que NÃO apresenta um requisito da petição inicial.

- (A) Número do Registro Geral (RG) do autor e do réu.
(B) Estado civil do autor e do réu.
(C) A opção ou não do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.
(D) Número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do autor e do réu.
(E) As provas com que o autor pretende demonstrar o pedido e suas especificações.

82. A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações apresentadas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, e observado o disposto no Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172/1966. A respeito da Competência Tributária, assinale a alternativa correta.

- (A) O não-exercício da competência tributária não a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.
(B) É vedado aos Estados e aos Municípios, mas não à União, cobrar impostos de templos de qualquer culto.
(C) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerão à competência legislativa daquela responsável pela arrecadação do tributo.
(D) À União, é autorizado instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, mesmo que importe distinção ou preferência em favor de determinado Estado ou Município.
(E) É vedado à União, mas não aos Estados e Municípios, cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda.

83. A respeito da classificação dos Tributos, assinale a alternativa que se refere à Taxa.

- (A) A taxa é o tributo vinculado que incide porque o imóvel foi valorizado em decorrência de obra pública.
(B) A taxa é a modalidade de tributo contraprestacional, que depende sempre de uma ação estatal.
(C) A taxa não é tributo, segundo a legislação nacional vigente a respeito da matéria.
(D) A taxa é o tributo instituído para atender despesas extraordinárias em razão de calamidade pública, guerra externa ou de sua iminência.
(E) A taxa é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal relativa ao contribuinte.

84. No que se refere à Ação Penal e suas espécies, assinale a alternativa correta.

- (A) A ação penal privada é exercida pelo ofendido, mediante denúncia do Ministério Público.
(B) A ação penal pública condicionada é exercida pelo ofendido e independe de denúncia do Ministério Público.
(C) A ação penal privada é exercida pelo ofendido, mediante requisição do Ministro da Justiça.
(D) A ação penal pública incondicionada será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
(E) A ação penal pública incondicionada será promovida por denúncia do Ministério Público.

85. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto. No que se refere ao exame de corpo de delito, com fundamento no que dispõe o Código de Processo Penal Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) O exame de corpo de delito será feito em qualquer dia, sempre em horário diurno.
- (B) Não é necessário que o exame de corpo de delito seja realizado por perito oficial portador de diploma de curso superior, bastando que se trate de pessoa com ampla *expertise* e experiência na área.
- (C) A realização de exame de corpo de delito terá prioridade de realização quando se tratar de crime que envolva violência doméstica e familiar.
- (D) O juiz ou a autoridade policial negará o exame de corpo de delito requerido pelas partes, quando não for necessário ao esclarecimento da verdade.
- (E) O exame de corpo de delito poderá ser suprido com a confissão do acusado.

86. O impulso de expor os genitais para uma pessoa desavisada pode caracterizar uma parafilia, mais precisamente o exibicionismo. Quais características, dentre as seguintes alternativas, indicam se tratar de uma parafilia e não de um ato experimental?

- (A) Ser recorrente e compulsivo.
- (B) Ser compulsivo e prazeroso.
- (C) Ser exibicionista e masoquista.
- (D) Estar associada à esquizofrenia.
- (E) Ser compulsivo e obsessivo.

87. O conceito de normalidade é de difícil definição e grande controvérsia. Do mesmo modo, é importante, por exemplo, para o estabelecimento de políticas assistenciais. Um modo possível de definição é o estabelecimento de critérios. Qual, dentre os seguintes critérios, NÃO pode ser classificado como um critério de definição de normalidade?

- (A) Normalidade como ausência de doença.
- (B) Normalidade ideal.
- (C) Normalidade como excelência.
- (D) Normalidade estatística.
- (E) Normalidade como bem-estar.

88. Acerca da Psicologia do Desenvolvimento, é possível afirmar que há várias escolas de pensamento. Dentre as seguintes alternativas, qual apresenta a linha que busca entender os processos psíquicos e o desenvolvimento, principalmente a partir da internalização de relações interpessoais?

- (A) Teoria das relações objetais.
- (B) Psicologia do Ego.
- (C) Psicologia do *Self*.
- (D) Teoria Cognitivo-Comportamental.
- (E) Teoria Comportamental Dialética.

89. De acordo com a Lei nº 11.340/2006, que trata da violência contra a mulher, a violência psicológica é uma das formas de agressão possíveis. Considerando o exposto, qual alternativa apresenta uma das formas de violência psicológica descritas nessa Lei?

- (A) Abuso de álcool.
- (B) Controle de crenças.
- (C) Episódios de raiva.
- (D) Falta de controle de impulsos.
- (E) Agressões físicas.

90. Em casos de abuso sexual, uma perícia psicológica pode auxiliar na tomada de providências legais necessárias. No entanto, é possível não haver vestígios ou marcas físicas que sirvam de indicadores da situação ocorrida para a perícia médica. Nesses casos, é correto afirmar, a respeito da perícia psicológica, que

- (A) as marcas físicas servirão como indicadores do abuso sexual.
- (B) se deve buscar a confissão do abusado.
- (C) se deve buscar a confissão do abusador.
- (D) a situação psicológica definirá o abuso sexual.
- (E) não há indicadores específicos que determinem o abuso sexual.

91. No contexto das atividades psicológicas, alguns tipos de documentos psicológicos são produzidos. Um tipo específico de documento é produzido quando se deve relatar informações para amparar a tomada de ações, decisões ou encaminhamentos. Com base no exposto, qual documento é esse?

- (A) Atestado médico.
- (B) Declaração.
- (C) Atestado psicológico.

- (D) Relatório psicológico.
(E) Laudo psicológico.
- 92. O Conselho Federal de Psicologia, em contribuição ao Ministério do Trabalho, emitiu um documento de Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil (CFP, 1992), no qual descrevia a função de várias ocupações dos psicólogos, dentre elas, a de psicólogo jurídico. Segundo o referido documento, o(a) psicólogo(a) jurídico(a) colabora, dentre outros, com**
- (A) o âmbito jurídico.
(B) o cumprimento e o rigor das leis.
(C) a prevenção da violência.
(D) o aumento da desigualdade.
(E) o enriquecimento das famílias.
- 93. O Estatuto do Idoso, de acordo com o próprio documento, visa à regulamentação dos direitos assegurados das pessoas consideradas idosas. Essa categoria se refere a pessoas com idade igual ou superior a**
- (A) 55 anos.
(B) 60 anos.
(C) 65 anos.
(D) 70 anos.
(E) 58 anos.
- 94. Preencha as lacunas e assinale a alternativa correta.**
- De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é possível afirmar que é considerada criança a pessoa com até ____ anos incompletos de idade, e adolescente quem apresentar de ____ anos a ____ anos de idade.**
- (A) 14 / 16 / 19
(B) 12 / 14 / 18
(C) 10 / 12 / 19
(D) 12 / 12 / 18
(E) 10 / 10 / 18
- 95. Uma das disposições descritas no Estatuto da Pessoa com Deficiência se refere à avaliação da deficiência, a qual considera quatro itens. Dentre as seguintes alternativas, qual NÃO corresponde a um desses itens?**
- (A) A volição que permeia o desenvolvimento de uma deficiência.
(B) Os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo.
- (C) Os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais.
(D) A limitação no desempenho de atividades.
(E) A restrição de participação.
- 96. Uma das funções do profissional da Psicologia, nos diversos âmbitos em que está inserido, é a da Avaliação Psicológica. De acordo com a Resolução CFP nº 009/2018, que estabelece diretrizes para a realização da Avaliação Psicológica, é correto afirmar que a avaliação psicológica tem como objetivo**
- (A) avaliar fenômenos psicológicos.
(B) prover informações para a tomada de decisões.
(C) classificar os diversos graus de inteligência.
(D) produzir um laudo psicológico.
(E) produzir um relatório psicológico.
- 97. Na situação de realização de uma perícia, é possível afirmar que há uma determinada estrutura específica para o trabalho pericial concernente às responsabilidades da Psicologia, descrita na Resolução CFP nº 008/2010. Considerando o exposto, quais são as funções possíveis dos profissionais da Psicologia na realização de uma perícia e qual é a relação entre essas funções?**
- (A) Psicólogo Juiz e Psicólogo Perito – o Psicólogo Juiz tem autoridade sobre o Psicólogo Perito.
(B) Psicólogo Perito e Psicólogo Assistente Técnico – não deve haver intervenção de um na dinâmica de trabalho do outro.
(C) Psicólogo Perito e Psicólogo Assistente Técnico – o Psicólogo Perito tem autoridade sobre o Psicólogo Assistente Técnico.
(D) Psicólogo Avaliador e Psicólogo Assistente Técnico – não deve haver intervenção de um na dinâmica de trabalho do outro.
(E) Psicólogo Avaliador e Psicólogo Juiz – o Psicólogo Avaliador realiza uma avaliação psicológica para possibilitar a tomada de decisão do Psicólogo Juiz.

98. Acerca do grupo dos transtornos psicóticos, é possível indicar a esquizofrenia como um de seus principais representantes. Considerando os sintomas típicos da esquizofrenia, assinale a alternativa que apresenta três desses sintomas.

- (A) Instabilidade de humor, alucinações e discurso desorganizado.
- (B) Conversões, delírios e alucinações.
- (C) Compulsões alimentares, obsessões e delírios.
- (D) Discurso desorganizado, obsessões e alucinações.
- (E) Delírios, alucinações e discurso desorganizado.

99. Episódios de raiva, com agressões e falta de controle de impulsos, podem estar associados a alguns transtornos psicopatológicos. Em algumas situações mais específicas, eles podem ser respostas a eventos muito agudos e traumáticos que ocorreram e que geraram reações de medo e impotência. O enunciado refere-se a qual transtorno neurótico?

- (A) Transtorno de estresse pós-traumático.
- (B) Transtorno obsessivo-compulsivo.
- (C) Transtorno dissociativo.
- (D) Transtorno da personalidade.
- (E) Transtornos relacionados a substâncias.

100. Delírios paranoides podem ser sintomas da esquizofrenia paranoide, porém podem ocorrer também com o uso de substância. Dentre as seguintes alternativas, qual apresenta a substância que mais promove delírios paranoides?

- (A) Maconha.
- (B) Haxixe.
- (C) Cocaína.
- (D) LSD.
- (E) Álcool.

.....
ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.
.....

